

v. 21 n. 2
jul./dez. 2020



Dossiê
GÊNERO E SEXUALIDADE I:
Corpos, Políticas e Estéticas

SUMÁRIO

v. 21, n. 2 (2020 – Julho/Dezembro)

DOSSIÊ GÊNERO E SEXUALIDADE I: Corpos, Políticas e Estéticas

EDITORIAL

Os editores

5

DOSSIÊ

NOTA EM MEMÓRIA A LOURDES MARIA BANDEIRA, QUE NOS DEIXOU RECENTEMENTE NO DIA 12 DE SETEMBRO DE SETEMBRO DE 2021
NOTE IN MEMORY TO LOURDES MARIA BANDEIRA, WHO RECENTLY LEFT US ON SEPTEMBER 12, 2021

Lore Fortes (UFRN)

6-7

POR ONDE ANDA O ATIVISMO FEMINISTA HOJE?
WHERE IS FEMINIST ACTIVISM TODAY?

Lourdes M. Bandeira (UnB)

8-38

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DO DIREITO PARA COMPREENDER A TEMÁTICA DE GÊNERO
CONTRIBUTIONS OF THE SOCIOLOGY OF LAW TO UNDERSTAND THE GENDER ISSUE

Anna Christina Freire Barbosa (UNEB)

Lore Fortes (UFRN)

39-54

CADEIAS REPRODUTIVAS DO TRABALHO
WORK REPRODUCTIVE CHAINS

Heloísa de Sousa (UFRN)

Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes (Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA)

55-76

OS DESAFIOS DA COMUNIDADE LGBTQIA+ NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19
THE CHALLENGES OF THE LGBTQIA+ COMMUNITY IN THE CONTEXT OF SOCIAL ISOLATION IN THE TIME OF COVID-19 PANDEMIC

Walisson Angélico de Araújo (UFBA)

Paulo Falcão Alves (UALg)

77-91

ENTREVISTA

ENTREVISTA A PATRÍCIA TOVAR

Lore Fortes (UFRN)

92-96

ARTIGOS COM TEMÁTICA LIVRE

GRAFO DO DESEJO COMO TEORIA DA LINGUAGEM: INTENCIONALIDADE E ATOS DE FALA

*GRAPH OF DESIRE AS THEORY OF LANGUAGE:
INTENTIONALITY AND SPEECH ACTS*

Leonardo Domingos Braga da Silva (UFRN)

97-113

A DINÂMICA SOCIAL EM JOGO: PRÁTICAS DIDÁTICAS EM SOCIOLOGIA COM O JOGO DE CARTAS AGÊNCIA

*SOCIAL DYNAMICS AT PLAY: DIDACTIC PRACTICES
IN SOCIOLOGY WITH THE AGENCY CARD GAME*

Peterson Roberto da Silva (UFSC)

Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana (UFSC)

114-139

POIESIS

DEMANDAS À DIGNIDADE *APPEALS TO DIGNITY*

Aryanne Queiroz (UERN)

140-141

RESENHAS

DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES NO PENSAMENTO DE ELLEN WOOD *DEMOCRACY AND CLASS STRUGGLE IN ELLEN WOOD'S THOUGHT*

Pedro Henrique Generino de Alcântara (Assembleia Legislativa de Pernambuco - ALEPE) 142-146

SOBRE A ARMADILHA DA IDENTIDADE: RAÇA E CLASSE NOS DIAS DE HOJE *ABOUT THE IDENTITY TRAP: RACE AND CLASS TODAY*

Diógenes Fagner de Lima (Secretaria da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba) 147-150

EXPEDIENTE

EXPEDIENTE

151-152

EDITORIAL

A Revista CRONOS publica mais um fascículo no ano de 2021/2.

Neste número, apresentamos um Dossiê intitulado *GÊNERO E SEXUALIDADE I: Corpos, Políticas e Estéticas*, organizado por Lore Fortes e Anna Christina Freire Barbosa, no qual recebemos uma grande contribuição de Lourdes Maria Bandeira, que possivelmente deve ter sido seu último artigo escrito em vida, fazendo uma excelente revisão do feminismo no Brasil, desde suas origens até os dias de hoje. Infelizmente, Lourdes nos deixou no último dia 12 de setembro. Por esse motivo, iniciamos este número com uma *Nota em Memória a Lourdes Maria Bandeira*, elaborada por Lore Fortes.

O Dossiê ainda inclui mais três artigos: um apresentando contribuições da Sociologia do Direito relacionadas à temática de gênero; o segundo desenvolvendo um conceito novo, “Cadeias Reprodutivas do Trabalho”, como resultado de uma tese de doutorado sobre o trabalho doméstico assumido pelas mulheres na nossa sociedade ocidental; o terceiro apresenta resultados de uma pesquisa realizada em Portugal e no Brasil sobre a Comunidade LGBTQI+ em tempos de pandemia da covid-19.

Mantendo o mesmo formato tradicional da revista *Cronos*, apresentamos, na Seção de Temática Livre, dois artigos: um aborda o debate entre agência e estrutura no campo de ensino de Sociologia, utilizando o jogo como recurso didático; o outro discute a constituição da identidade por meio da linguagem, recorrendo a

Zizek e Lacan. Em seguida, há uma entrevista sobre o tema gênero, com a Profa. Dra. Patrícia Tovar, antropóloga colombiana e feminista, radicada há muitos anos nos Estados Unidos e professora da universidade americana Anthropology Department John Jay College of Criminal Justice, em Cunny/EUA. Em continuidade, apresentamos um texto na seção de arte, ou *poiesis*, de Aryanne Queiroz (UERN), concluindo com duas resenhas de Ciência Política.

A bela capa que apresenta a temática desta edição foi elaborada por Geovane de Souza Almeida, nosso auxiliar de editoração, também conhecido por seu nome artístico Gigio Almeida, o poeta dos espaços. Finalizando, deixamos registrada nossa intenção reiterada de manter, sempre que possível, esse formato assumido tradicionalmente pela revista *Cronos* e manifestamos a nossa satisfação pelo fato de termos tido, neste número, além do presente que nos foi dado por Lourdes M. Bandeira (UnB), a contribuição de dois professores estrangeiros: Patricia Tovar, de NY/EUA e Paulo Falcão Alves (UALg/Portugal)

OS EDITORES

NOTA EM MEMÓRIA À LOURDES MARIA BANDEIRA QUE NOS DEIXOU RECENTEMENTE, NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2021

NOTE IN MEMORY TO LOURDES MARIA BANDEIRA,
WHO RECENTLY LEFT US ON SEPTEMBER 12, 2021



Esta nota, em memória a nossa colega, amiga, feminista, ativista e formuladora de políticas para as mulheres, demonstra nossa gratidão e reconhecimento pela grande mulher que sempre foi!

Lourdes Bandeira completou seu doutorado na UnB, onde foi professora titular do Departamento de Sociologia (SOL) desde 2005 e foi editora-chefe da revista *Sociedade e Estado*, publicação do SOL, por uma década. Fez ainda dois pós-doutorados: na França e em Coimbra. Desenvolveu uma rica trajetória científica com inúmeras pesquisas e 128 publicações, entre livros, artigos para periódicos e capítulos de livros. Dessas publicações, destacamos os trabalhos de crítica à violência contra mulheres e de combate ao feminicídio, que influenciaram discussões no Congresso Nacional em temas sobre equidade de gênero. Lourdes Bandeira participou da Secretaria de Planejamento e Gestão de Políticas para Mulheres da Presidência da República, onde assumiu o cargo de gestora entre 2008 e 2011 e de secretária adjunta entre 2012 e 2015. Recentemente, também coordenava o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem). Dessa forma, deixou

importante contribuição por sua grande competência em gestão.

Como gaúcha, nos perguntamos sobre sua forte ligação com o Nordeste e descobrimos que em uma entrevista para a Secretaria de Comunicação da UnB (2018), a professora revelou que seu engajamento com a causa feminista veio enquanto estava em João Pessoa (PB) e participava de movimentos em defesa dos direitos humanos, isso ainda nos anos de ditadura brasileira. Foi nesse período que registrou que as notícias de mortes de mulheres eram diárias e que havia perdido duas alunas.

Agora, vamos trazer algumas recordações pessoais até o momento de sua participação na revista *Cronos*. Inicia com as recordações de minha relação com Lourdes desde 1999 quando me acolheu muito simpática na minha volta da Alemanha e término do meu doutorado na UnB no ano 2000.

Lourdes fez parte de minha banca final e, depois de minha defesa, fomos nos reencontrar somente 10 anos depois em Natal/RN. Lourdes tinha vindo como convidada especial para um evento da UFRN e veio com suas amigas da Secretaria de Política para Mulheres e, nessa oportunidade,

tivemos um feliz reencontro. Dali em diante, ficamos mais em contato e uma amizade mais forte se construía gradativamente. Recentemente a procurei para participar de um Dossiê intitulado *Gênero e Sexualidade* e Lourdes aceitou imediatamente quando lhe contei a importância de sua participação nessa fase da revista. E foi assim que ela nos presenteou com um artigo importantíssimo e que retrata a sua longa trajetória como cientista social especializada em feminismo, ativista e com a consciência clara das políticas sociais necessárias para prosseguirmos na luta pela igualdade de gênero.

Ao rever o que Lourdes nos deixou, além de todo o legado das muitas publicações, do exemplo de sua luta ativista feminista e de seu empenho em implementar políticas para mulheres brasileiras, acredito que o mais importante tenha sido o fato de ter sido uma grande formadora na luta de mulheres, formando gerações e ajudando a fomentar o debate pela igualdade de gênero. Para uma mulher feminista, ela foi uma cientista social completa, além de ativista e com sua atuação política muito importante. Como pessoa, sempre foi muito exigente consigo e com seus orientandos e orientandas, mas essa sua característica foi porque reconhecia as potencialidades de cada pessoa e com essa postura levava todos e todas a se descobrirem nesse processo de criação acadêmica. Consigo própria tive uma consciência crítica que com os anos a tornou uma pessoa suave e muito humana.

Estamos todos muito felizes de poder fazer essa homenagem para Lourdes, mostrando esse seu lado humano e exemplar como pessoa. Lourdes nos deixou um artigo maravilhoso, em que ela fez uma avaliação de todo o movimento feminista

no Brasil nas últimas quatro décadas e que constituirá um grande legado que nos deixa muito orgulhosos de podermos ser o veículo de comunicação por meio da revista *Cronos*.

Lore Fortes

(Coeditora da Revista Cronos)

POR ONDE ANDA O ATIVISMO FEMINISTA HOJE?¹

WHERE IS FEMINIST ACTIVISM TODAY?

Profa. Lourdes M. Bandeira/UnB
<https://orcid.org/0000-0002-7666-5338>

RESUMO

O artigo busca entender – por meio da metáfora da “onda” os diversos momentos de ativismos e de lutas feministas, em contextos históricos próprios e com suas particularidades, no plano internacional e suas influências e repercussões no Brasil. A 1ª “onda” pode ser caracterizada, a partir das primeiras décadas do século passado, com as sufragistas, sofre refluxos, para ir navegando, no plano nacional, até os anos 1970, com a chegada da 2ª “onda”. As demais sobreposições “marítimas” percorreram o(s) ativismo(s) e a(s) luta(s) feminista(s) que caracterizaram, na entrada do século XXI, a 3ª “onda”. Para tanto foi realizado um recorrido sócio-histórico pela bibliografia para se chegar na 4ª “onda” na primeira década do século XXI. Então foi possível identificar a existência de novos tipos de ativismos e de organizações com renovação geracional que dispõem de meios tecnológicos de comunicação inovadores. Rupturas e tensões foram identificadas, mas há, inegavelmente, avanços nas conquistas feministas. Vale destacar que qualquer tentativa de “classificação” sempre traz algum resquício de “arbitrariedade”.

Palavras-chave: onda(s), movimento feminista, ativismo, mulher, luta e poder.

ABSTRACT

The article seeks to understand - through the metaphor of the “wave” the different moments acts of activism and feminist struggles, in their own historical contexts and with their particularities, at the international level and its influences and repercussions in Brazil. The 1st “wave” can be characterized, from of the first decades of the last century, with the suffragettes, suffers reflux, to navigating, at the national level, to the 1970s, with the arrival of the 2nd “wave”. The other “maritime” overlaps covered the activism(s) and struggle(s) feminist(s) who characterized, in the entry of the 21st century, the 3rd “wave”. For so much was carried out a socio-historical by the bibliography to arrive in the 4th “wave” in the first decade of the XXI century. So it was possible to identify the existence of new types of activism and of organizations with generational renewal who have the technological means of innovative communication. Ruptures and tensions have been identified, but there are, undeniably, advances in the achievements feminists. It is worth noting that any attempt at “classification” always brings some emblance of “arbitrariness”.

Keywords: wave(s), movement feminist, activism, woman, struggle and power.

¹ Texto apresentado em 1ª Versão no MR10 - *Ativismos feministas, política e poder*. Durante o 43º ANPOCS-2019 – CAXAMBU, MG. (22/10/2019).

INTRODUÇÃO

Um dos objetivos deste ensaio é justamente refletir sobre a diversidade dos movimentos feministas, suas intersecções e diálogos, seja com a área de conhecimento – da sociologia, por exemplo, seja a dos movimentos sociais. Este texto se ancora na discussão histórica-sociológica, a partir da configuração das “ondas” inter-cruzadas que caracterizam o movimento feminista. O que nos leva a perguntar por onde anda o ativismo feminista hoje? Como um movimento, é um jogo de dinâmicas, continuidades e descontinuidades que resulta nas diversas pluralidades, especificidades de suas componentes, em diversos territórios e reivindicações, conflitos e tensões. Para buscar compreender a complexidade desse jogo dinâmico, retoma-se, histórica e culturalmente, a análise das **múltiplas "vagues" (vagas, ondas) em suas intensidades e interconexões**, que possibilitam evidenciar questionamentos, avanços e lacunas ainda tão presentes.

No decorrer das “ondas” o ativismo feminista, iniciado no século XX, apresentou apostas teóricas e políticas colocadas pela pluralidade do sistema de diferenciação e de hierarquia social que “remodelou” a “existência” de múltiplas mulheres; por exemplo, a emergência da “4ª onda” feminista, já no século XXI, evidencia a participação de novas gerações, com forte presença nos avanços midiáticos, tecnológicos e mídias sociais. O que caracteriza e/ou representa as “ondas” ?

I. O ATIVISMO FEMINISTA E O NASCIMENTO DAS “ONDAS”: A HISTÓRIA SOCIOPOLÍTICA DE CONTINUIDADES E DESCONTINUIDADES²

A metáfora da “vague”, em tradução literal do francês como vaga ou onda marinha, simboliza a potência da força da natureza, seu poder e sua mudança. Retomar essa metáfora significa recuperar uma parte da história do ativismo e das mobilizações feministas internacionais em contextos políticos e intelectuais específicos, cujos “reflexos” fizeram-se sentir no Brasil como em alguns países da América Latina.

Ao apropriar-me dessa metáfora, constato que ainda tem utilidade acadêmica e política, pois, outras pesquisadoras, dela já fizeram uso³. Quando se pensa em onda, vem à mente a imagem de uma camada superficial da água do mar. Equívoco! As ondas mais violentas vêm das profundezas oceânicas. Como resultado da ação do vento, seus movimentos internos causam ondulações. Quanto maior a velocidade do vento, maior é sua duração. Se algumas são superficiais, outras são consequências de furacões, tsunamis, ou de terremotos advindos das profundezas oceânicas (MOTA, 2017).

A metáfora das ondas possibilita delimitar fenômenos, ativismos, dinâmicas, períodos, tempos históricos das pesquisas construídas na encruzilhada dos diversos grupos, assim como aborda questões militantes, acadêmicas e motivações

² Vale lembrar, que o uso da metáfora da “vaga” não é consenso. A primeira tese no domínio da história que populariza essa metáfora foi da socióloga francesa Sylvie Chaperon, que faz uso crítico dessa metáfora, desde os anos 1945-1970 (CHAPERON, 1996 apud PAVARD, 2018).

³ Jane MICHELL, 2018 (op. cit).

políticas, o que faz com que seus significados possam se (re)significarem, por um lado; por outro, cria atos de resistência e de subversão a tudo que é imposto como normativo para as mulheres, em geral.

Ao evocar as temporalidades das mobilizações feministas, pode-se delimitar períodos e contextos de “instabilidade” (HARDING, 2019), passos úteis para pensar tensões, ações, reescrever a história, transmiti-la, quando não a ensinar, tornando possível assegurar a transmissão e a renovação geracional no campo militante e acadêmico. Tomada como movimento político, serve para enfatizar a diversidade de mobilizações feministas, de sua extrema fluidez entre o escopo descritivo e o prescritivo da metáfora. Há momentos fortes durante os quais se forma, se propaga e se quebra; há momentos de calma, o que possibilita pensamentos e reflexões. Precipitada pela tempestade, força e fortaleza, a onda, paradoxalmente, evidencia fraquezas (MICHELL, 2018). Exemplo desses movimentos mais “frágeis” tem sido a busca pela renovação das principais estratégias, métodos, reflexões, políticas e temas abordados pelas ativistas das jovens gerações, que frequentemente associadas às inovações – via as redes sociais – evidenciam uma potencialidade que vem sendo entendida como um fator explicativo do surgimento de uma 4ª onda feminista.

Assim, é possível definir uma onda como um “momento” ou “estado” de avanço no ativismo feminista, durante o qual é reconfigurado e transformado em resposta inclusiva às mulheres de diversos contextos sociais. Porém, não se desfaz completamente da concomitância

da resistência em relação àquelas que foram historicamente excluídas (quilombolas, índias, negras, homossexuais), e que hoje buscam serem incluídas na esfera do trabalho, da educação, e da política institucional.

Para afirmar que houve [há] uma “onda” feminista, são indicadores cruciais: i) o reconhecimento de um crescente comprometimento feminista, em todos os patamares sociopolíticos; ii) um aumento acentuado de interesse pelo feminismo e pelas questões que suscita, sobretudo nas esferas privado/pública; iii) a provocação de debates críticos, nem sempre concordantes, entre ativistas, historiadoras, feministas e especialistas em movimentos sociais. Tais “critérios” têm sido amplamente seguidos.

Como articular o tempo e o espaço das ondas feministas que se mobilizam, se desdobram, se intensificam e se sobrepõem nos níveis local, nacional, regional e internacional, articulando cronologias, como parecendo uma “revolução permanente”, como questionado por Michell (2018)?

De fato, uma das principais características do ativismo feminista é sua fragmentação, não apenas nas concepções teórico-epistemológicas, mas em função das várias concepções de opressão e subordinação das mulheres, assim como da maneira de combatê-las, extensivo à condição empírica-militante, dependendo da dispersão temporal e geográfica dos grupos que as reivindicam. Tal diversidade vem causando dificuldades e acalorados debates sobre como “classificar” e “caracterizar” a crítica feminista. Conforme apontado por Bertrand (2017), desde o início da década de 1970 já se elaboravam

algumas tipologias teóricas, na qual distinguam as “diversas” classificações: feminismos liberais, radicais e marxistas, unidos pelo separatismo lésbico e feminismo socialista.

Nada contra a formulação da tipologia, porém esta indica mais um “tipo ideal” do que real, muitas vezes, impedindo a visibilidade de seus desdobramentos, dinâmicas e interdependências. Ao contrário da metáfora da “onda”, que evidencia como os ativismos emergem, se entrecruzam, se transformam precisamente em momentos de renovação teórico epistemológica, política e geracional, criando outras estratégias e maneiras para definir os contornos desse complexo movimento e da crítica feminista como campo de estudo.

Por fim, trata-se, pois, de captar momentos “históricos” que caracterizam a dinâmica e o entrecruzamento das “ondas”, sem fazer uma genealogia do feminismo. Aqui a metáfora constitui o próprio “objeto” e a estratégia da análise para enfatizar como o feminismo vem mudando suas configurações e expressividades – detectando elos, avanços e lacunas – desde as primeiras décadas do século XX para “nouvelle vagues”, 3ª e 4ª ondas. Evoca, para além da renovação acadêmica, política e geracional, novas tensões e bandeiras de lutas que se fazem presentes no século XXI.

Pretendo que estas breves reflexões possam nos incentivar a não esmorecer diante deste momento sombrio e negacionista dirigido ao feminismo no Brasil. Pois tal qual argumenta Mota (2017), acredito que é necessário propagar a esperança. Diante das veias abertas que sangram, neste momento o movimento feminista inspira esperança.

II. 1ª ONDA: AS SUFRAGISTAS NA LUTA PELOS DIREITOS POLÍTICOS E CIVIS

A 1ª onda do feminismo, no contexto internacional, caracterizou-se pela luta das mulheres inglesas pelo direito ao voto, representado recentemente pelo filme: *As Sufragistas*⁴. Embora tenha sido protagonizado somente por mulheres brancas, resgata a luta pelo voto feminino na Inglaterra de 1912⁵. As *suffragettes*, como ficaram conhecidas, possibilitaram a ruptura com o silêncio e deram voz às trabalhadoras pobres e desoladas. A 1ª onda feminista gerou importantes debates entre as feministas expandindo-se às mulheres no ocidente.

No Brasil sentiram-se os reflexos do contexto internacional, abraçando a luta sufragista pelo direito ao voto, iniciada em 1910. A luta sufragista ficou

⁴ A produtora Sarah Gavron retrata uma das principais lutas das mulheres na Inglaterra, *As Sufragistas*. Destaca personagens reais, como a líder Emmeline Pankhurst. O filme foi roteirizado por Abi Morgan, que destaca o argumento principal – as manifestações que levaram à conquista do voto feminino na Inglaterra, com restrições, em 1918, e finalmente aberto a todas as mulheres, em 1928.

⁵ Segundo Julia Warren, o movimento das sufragistas na Inglaterra teve início em 1897 com a criação da National Union of Women's Suffrage Societies – NUWSS (União Nacional das Sociedades de Mulheres Sufragistas), mas a inquietação das mulheres pela busca por direitos já vinha desde 1792. Naquele ano, a britânica Mary Wollstonecraft foi pioneira ao lançar um livro sobre direitos femininos, intitulado *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher (1792)*. Disponível em: <https://mdemulher.abril.com.br/cultura/quem-foram-as-sufragistas-da-vida-real/>. Acesso em: 13 out. 2019.

conhecida pelo protagonismo da bióloga Bertha Lutz, reconhecida como cientista de importância, que estudou no exterior e, quando de regresso ao Brasil, fez campanha pública pelo voto. Na década de 1920, teve participação destacada na Conferência Pan-Americana pelo direito ao voto feminino, realizada em Baltimore/EUA. A conquista do voto feminino teve seu protagonismo, além de outras sufragistas, pois, segundo Pinto (2010, p. 16):

Foi uma das fundadoras da ‘Federação Brasileira pelo Progresso Feminino’, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro.

Em fevereiro de 1932, com a promulgação do novo Código Eleitoral Brasileiro por Getúlio Vargas, “concedia-se” o direito de voto às mulheres, maiores de 18 anos e alfabetizadas em igualdade com os homens. Desde aquele momento, um grande contingente feminino ficou de fora, isto é, o das mulheres analfabetas, sobretudo, constituído pelas mulheres negras. Vale registrar que:

A princípio, as bandeiras levantadas pela primeira onda do feminismo foram convencionalmente identificadas com a luta das chamadas

‘feministas liberais, mulheres de classe média e alta, na época inspiradas pelas noções de Estado e Democracia fomentadas pela Revolução Francesa e pela ideia de ampliação dos direitos presentes na ‘Carta de Declaração dos Direitos do Homem’ às Mulheres (MARCELINO, 2018).

A luta das sufragistas foi associada a diversas outras formas de opressão e de exploração feminina, em âmbito internacional, que, em condições precárias de trabalho, por exemplo, foram vítimas do incêndio ocorrido na fábrica da Triangle Shirtwaist, em Nova York, em 25 de março de 1911. Um grande desastre industrial que causou a morte de mais de uma centena de pessoas (129 mulheres e 23 homens) que morreram queimadas ou se precipitaram do edifício⁶.

Desde então, já se impunha uma expressa divisão sexual do trabalho no interior do processo produtivo, manifestada na distribuição diferenciada de tarefas, nos salários menores recebidos pelas trabalhadoras, além de terem que lidar com todo tipo de assédio moral e sexual. No espaço doméstico, eram, mais uma vez, exploradas, ao receber um tratamento conservador pelos maridos, que lhes cobravam bom desempenho nas lidas domésticas, no cuidado dos filhos, e no desempenho sexual de esposa. Em outras palavras, as mulheres em geral, mas sobretudo as trabalhadoras viviam uma vida miserável, não possuíam praticamente

⁶ Vale lembrar que o incêndio da Triangle Shirtwaist, associado à morte das operárias mulheres, teria sido a referência para instituir o Dia Internacional da Mulher. De fato, este já havia sido proposto em 1910, um ano antes do incêndio. Foi durante a II Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, Dinamarca, que a militante e intelectual alemã Clara Zetkin apresentou uma resolução para que se criasse uma “jornada especial, uma comemoração anual todas as mulheres trabalhadoras”.

nenhum direito civil e político garantido perante o Estado (MARCELINO, 2018). Alguns exemplos, registrados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM, 1986)⁷, no caso do Sindicato das Chapeleiras e das Costureiras, em manifesto de 1917, proclamaram: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (CNDM, 1986, p.5). Ainda, relatam que eram submetidas a longas jornadas de trabalho, após a qual ainda tinham que “agradar e satisfazer” os desejos sexuais de seus mestres, como forma de assegurar seu emprego.

Em outras palavras, a 1ª onda feminista não desarticulou a opressão das mulheres trabalhadoras com a “potencialização” do capitalismo que assumia formas diversas de exploração, em situações precárias de sobrevivência. Desde então, ao participarem das lutas, as mulheres eram marcadas por condições de vulnerabilidades, seja pela imposição da violência sexual, ao se submeterem à opressão na esfera privada e no trabalho, por ser excluídas e anuladas em sua humanidade; em síntese, diminuídas à condição de objeto manipulável (BIROLI, 2017).

Na maioria das vezes, esquecidas e deixadas de fora da história “oficial”, as mulheres pretas, embora submetidas à segregação racial, tiveram um protagonismo histórico extenso durante a 1ª onda do feminismo; algumas já se alinhavam à luta contra a escravidão, desde o século

XIX, tanto nos EUA como aqui, conforme registros históricos (DEL PRIORI, 1997, 2000) Nos EUA, a luta sufragista estava combinada com a luta contra a escravidão. Segundo Marcelino (2018):

Histórias como a de Harriet Tubman, também conhecida por Black Moses, são muito importantes de serem destacadas nesse sentido. Tubman foi uma afro-americana abolicionista, que lutou pela liberdade, contra a escravidão e guiou dezenas de outros escravos para a liberdade. No pós-guerra, foi protagonista do movimento sufragista norte-americano, tornando-se uma de suas principais oradoras⁸.

Por sua vez, depois de 1932, o ativismo feminista no Brasil ficou “esmorecido”, praticamente durante toda a primeira metade do século XX, quando se instalou o Estado Novo – 1937-1945. O mesmo ocorreu na Europa e EUA, com a guerra e a expansão dos movimentos fascistas. Foram poucas as manifestações do ativismo feminista que não transcenderam o período entre guerras, permanecendo quase “invisível” nacional e internacionalmente. A situação mudou com a visibilidade trazida pela publicação do livro Segundo Sexo de Simone de Beauvoir (1949), na França, no qual estabeleceu um novo paradigma: “não se nasce mulher, torna-se mulher”, com fortes repercussões incontestes, no início dos anos de 1960.

No Brasil, a partir de 1964, com a instalação do regime militar, movimentos de resistência se fizeram sentir, por parte

⁷ Brochura do CNDM: **Mulheres trabalhadoras e suas lutas**. Brasília, CNDM, 1986.

⁸ *Apud* Marcelino (2018), detalhes de sua história podem ser lidos neste post: <http://www.geledes.org.br/harriet-tubman/>.

das mulheres, de trabalhadores/as, da igreja, de camponeses/as contra o golpe militar que se instalava. Paradoxalmente, este foi reafirmado pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, composta por uma série de manifestações públicas ocorridas entre 19 de março e 8 de junho de 1964, liderada por mulheres das camadas médias e ricas da sociedade brasileira, e por militares e demais setores conservadores (BANDEIRA; MELO, 2010). Todos consideraram o discurso realizado pelo então presidente João Goulart, no comício na Central do Brasil, em 13 de março daquele mesmo ano, como uma ameaça comunista representada pelas ações dos grupos radicais⁹. Período mais duro foi vivido, a partir da promulgação do Ato Institucional no. 5 (AI-5), publicado em dezembro de 1968, que transformava o Presidente da República em um verdadeiro ditador, cuja repressão intensificou-se, de maneira geral, atingindo, inclusive estudantes, mulheres militantes e acadêmicas.

O ativismo feminista não transcendeu o período entre guerras, permanecendo quase “invisível”, isto é, por um longo período de “refluxo” nacional e internacionalmente. Já na segunda metade do século XX, com a emergência da retomada de fôlego, com o surgimento do movimento de “maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a universidade da Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos (PINTO, 2010). Por sua vez, no contexto internacional americano, surge a pílula anticoncepcional (1960), que abriu um novo paradigma para a sexualidade feminina, influenciado

também pelo lançamento do livro *Mística Feminina*, de Betty Friedan (1963), no qual a autora expõe os papéis da mulher na sociedade industrial, e particularmente no âmbito das “domésticas de tempo integral”. O livro tornou-se um *best seller*, e impulsionou a 2ª onda feminista, elevando o movimento para um patamar de visibilidade inacreditável.

Outras influências também ocorreram, entre elas vindas do movimento *hippie*, estruturado na contramão dos valores morais conservadores vigentes ao expressar o slogan: “paz e amor”, que instigava a plena liberdade às mulheres, sobre seus corpos e sexualidade, ao propor o lema do “amor é livre”. Naquela conjuntura, o movimento feminista ressurgiu com toda sua força, e as mulheres tematizam sobre seus corpos e sexualidade, assim como sobre as relações de poderes as quais estavam vivendo. Segundo Pinto (2010, p. 17):

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta *última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo*. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher [de gênero] – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias”.

⁹ Informações disponíveis: Lamarão, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2020. Acesso em: 09 set. 2019.

Todavia, é necessário registrar que nos EUA surge com força o movimento *Black Power*¹⁰ (poder negro), que foi proeminente no final dos anos 1970 início dos 1980, enfatizando o orgulho racial e a criação de instituições políticas e culturais negras para cultivar e promover os direitos civis e os interesses coletivos da população negra, avançando na direção de visibilidade dos valores negros. Contou com a participação de mulheres feministas negras. O nome que se destacou foi de Ângela Davis, surgindo como uma das principais lideranças nessa luta. Ativista desde os primeiros anos de sua juventude, a norte-americana fez parte do Partido Comunista e do movimento Panteras Negras. Em pouco tempo, Ângela havia se tornado uma das principais referências na luta pelos direitos dos/as negros/as¹¹. As feministas abrem assim o caminho aos movimentos multiculturalistas das décadas seguintes, ao denunciarem os valores universalistas como aquele dos grupos brancos dominantes (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009).

Portanto, a metáfora da 1ª “onda” explicita tantos as conquistas e os avanços, como também os momentos de “amortecimentos” e calmarias para vir a ressurgir com toda a força, já na segunda metade do século XX, com a conhecida 2ª onda. Centenas de movimentos e de ativismos, no universo ocidental, iriam se potencializar trazendo novas questões e abrindo um chão mais propício às feministas. O Brasil não ficou impune a tais

influências, ao contrário, muitas foram incorporadas e reavivaram-se ao participar com força na 2ª onda.

III. 2ª ONDA: A CONSTRUÇÃO DAS MARCAS IDENTITÁRIAS

Concordando com Pavard (2018), a 1ª e a 2ª ondas são categorias que se consolidaram no contexto do ativismo internacional – sobretudo americano, como explica a historiadora Astrid Henry:

No final da década de 1960 e no início da década de 1970, as feministas começaram a se identificar como a “segunda onda” do movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, designaram o período de 1920 (obtenção do voto) como a “primeira vaga” e a partir de 1970 com a construção do feminismo da diferença chega-se a segunda onda (HENRY, 2004, *apud* PAVARD, 2018, p. 58).

Pode-se afirmar que a 2ª onda, na esfera internacional, foi iniciada com a abertura da I Conferência Internacional da Mulher, realizada na cidade do México, em 1975, patrocinada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Na ocasião foram declarados os próximos dez anos como a década da mulher. Para o movimento feminista internacional, a discussão política marcou aquela conferência, na busca pelo reconhecimento da identidade feminina.

¹⁰ A Expressão foi criada por Stockley Carmichael, militante radical do movimento negro nos Estados Unidos, após sua 27ª detenção, em 1966.

¹¹ Informação disponível no texto: BRASIL / ÁFRICA BLACK POWER: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA E CULTURA por Kauê Vieira. Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/black-power-instrumento-de-resistencia-e-cultura/>. Acesso em: 29 nov. 2019.

Pertencer ao movimento representava a realização de uma nova ideologia (...) de sentido e de valores comuns. A essa nova ideologia denominou-se de ‘sororidade’ (...) mas as questões da identidade racial ou nacional dividem o movimento, e a solidariedade comum das mulheres é rapidamente questionada pela suspeita da ignorância dos problemas próprios de cada grupo identitário, pelo temor de novas formas de dominação entre homossexuais e heterossexuais (...) entre mulheres brancas e mulheres negras... (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 146).

Por sua vez, no Brasil, aconteceu, naquele ano, uma semana de debates sob o título O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. No mesmo ano, a médica Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), percorrendo vários estados do país, até 1979, para formar Comitês Femininos pela Anistia, assim unificando a luta pela redemocratização do Brasil. No mesmo ano, acabou ocorrendo a morte do jornalista Vladimir Herzog, na prisão, seguindo-se, na Catedral da Sé, da primeira grande manifestação popular de protesto, desde publicação do AI-5, (12/1968). O ativismo feminista se fez participante em todos estes episódios (BANDEIRA, 2000; PINTO, 2010).

De fato, como qualquer movimento social profundo, o desenvolvimento da 2ª onda resultou em múltiplos fatores de interações e avanços já iniciados desde a 1ª onda. O núcleo central contou com o engajamento do conjunto da vida das militantes e direcionou-se na busca pela plena cidadania das mulheres e de seus direitos

sociais, conferidos a outros grupos sociais, uma vez que as mulheres trabalhadoras não gozavam de seus direitos políticos e escassamente de direitos civis. Embora as vozes dessas e da “consciência” da opressão fossem ainda tênues, já começavam a manifestar-se desde 1968.

O silenciamento definitivo do movimento feminista foi rompido com a chegada da *nouvelle vague* (1970/1980), quando emergiram os pilares do pensamento feminista internacional, que trouxeram ao conhecimento das feministas brasileiras novos olhares, com a vinda de Betty Friedan ao Brasil, em 1971, ao introduzir a polêmica em torno da heroína doméstica, ocasião em que lançou seu livro. Foi recepcionada pela cientista e feminista Rose Mary Muraro, cujas entrevistas dadas à imprensa causaram muita repercussão em pleno regime militar. Por sua vez, outra influência deve-se à escritora estadunidense Kate Millett, ativista feminista e autora de *Política Sexual* (1970), que defendia a igualdade de gêneros e que se tornou um marco para o movimento feminista mundial, ao colocar o sexo como categoria política legítima, a qual acabou por gerar a bandeira da época: “o pessoal é político”, isto é, propugnava uma nova “construção Social” (HOLANDA, 2019, p. 20). Essas influências foram acrescidas à anterioridade de Simone de Beauvoir, cujo livro *Segundo Sexo*, publicado em 1949, afirmava a máxima: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Além das “máximas” acima, todas incorporadas pelo movimento de mulheres, foi acrescido o slogan “meu corpo me pertence”, que remete à questão da contracepção, da “maternidade voluntária”, de ter

o direito de escolher ter ou não ter filhos. Romper com a maternidade “forçada” como uma forma de escravidão, defender o direito à descriminalização do aborto, foram fortes demandas, em vista de que deixariam de acentuar tanto as desigualdades, entre as mulheres mais afortunadas, em relação ao aborto, e as mulheres pobres que não tinham outra escolha senão recorrer a prática das ‘curiosas’ ou ‘criadoras de anjos’ para abortarem.

Na 2ª onda buscou-se mudanças nas estruturas das mentes, rompendo com a autoridade masculina imposta pela sociedade patriarcal hegemônica e hierárquica, com mais participação das mulheres na educação, nos negócios, na política ou em qualquer outro espaço público. A saída dessas dos espaços privados e familiares representou uma tentativa de implodir com a ordem patriarcal. A propósito, a ativista Shulamith Firestone (1970)¹², pioneira do movimento de mulheres em Nova York, explicitava que:

Do ponto de vista feminista radical, o novo feminismo não é simplesmente o renascimento de um importante movimento pela igualdade social. Esta é a segunda onda da revolução mais popular da história. Enquanto isso, Kate Millet, em sua tese intitulada - *Política Sexual*, (1970), deseja ver uma ‘segunda onda da revolução sexual’” (STUDER; THÉBAUD, 2004 *apud* PAVARD, 2017).

No Brasil, não menos importante foi a 2ª onda, demarcada por um momento-chave na história da luta das mulheres, com a chegada do processo de redemocratização, meados dos anos 1980, no qual o

ativismo feminista toma fôlego, na luta por políticas públicas destinadas às mulheres. Momento em que surgem inúmeras formas de organizações, no contexto de emergência dos movimentos sociais (grupos, coletivos, jornais, SOS, entre outros), cuja centralidade estava posta nas questões do combate à violência doméstica contra as mulheres (BANDEIRA, 2010). Era reforçado e reafirmado, pela igreja católica, por meio das “Comunidades Eclesiais de Base”, a resistência contra a ditadura, uma vez que predominava, sobretudo, na região Nordeste o latifúndio patriarcal em contradição com a pobreza extrema e a fome endêmica juntos às populações camponesas. O grito da resistência foi retomado, em alguma medida, pelo movimento “revolucionário” das Ligas Camponesas, em Pernambuco e na Paraíba, onde havia sido destruído pela ditadura militar desde 1964 (BANDEIRA, 2007).

A década de 1980, em grande medida, foi pródiga na movimentação do ativismo feminista, seja pelo acesso às políticas públicas, seja pela inserção na produção de várias áreas da ciência, seja na expansão dos estudos sobre as mulheres nas universidades como destacou a cientista Keller (2006). Se a emergência da pílula anticoncepcional (1960) possibilitou mudanças na condição da sexualidade feminina, outra conquista legislativa ocorrida em 1977 para as mulheres brasileiras foi a aprovação do divórcio instituído oficialmente com a emenda constitucional número 9, de 28 de junho de 1977, regulamentada pela lei 6515 de 26 de dezembro do mesmo ano. De autoria do senador Nelson Carneiro, a nova norma foi objeto

¹² Shulamith Firestone publicou *A Dialética do Sexo: Um Estudo da Revolução Feminista* (1970). A obra tornou-se um clássico da 2ª onda do feminismo. Este foi o primeiro livro de Firestone, publicado quando o autor tinha apenas 25 anos.

de grande polêmica na época, principalmente pela influente contrariedade da igreja católica. A lei permitia extinguir por inteiro os vínculos de um casamento e autorizava que a pessoa pudesse casar-se novamente¹³. Período em que predominavam os chamados “anos de chumbo”, a aprovação do divórcio foi importante, pois, de longe, ainda, já se anunciavam os ares da abertura democrática.

No decorrer da década de 1980, foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de sexo/gênero: o Programa de Assistência Integral à Saúde Mulher (PAISM), lançado pelo Ministério da Saúde (1983), anunciado como uma nova e diferenciada abordagem sobre a saúde da mulher.

O PAISM constituiu-se também na primeira vez em que o Estado brasileiro propôs explicitamente, e implantou, embora de modo parcial, um programa que contemplava a regulação da fecundidade. Isso suscitou suspeitas acerca de possíveis intenções ocultas de controle da natalidade. Porém, analisando brevemente a história desse Programa e seu significado social, conclui-se que o

PAISM foi pioneiro, inclusive no cenário mundial, ao propor o atendimento à saúde reprodutiva das mulheres, no âmbito da atenção integral à saúde, e não mais a utilização de ações isoladas em planejamento familiar.¹⁴

Seguiu-se a criação dos conselhos estaduais da Condição Feminina, criados em São Paulo e Minas Gerais, em 1983, e, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)¹⁵, em 1985; além desses, criou-se a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher (DEAM), em São Paulo (1985)¹⁶. Todas essas políticas revigoraram o combate à ditadura, ao patriarcado na busca pela volta das liberdades democráticas.

Ademais, vale destacar que o pioneirismo das feministas brasileiras da 2ª onda foi fortemente influenciado pelos grupos de mulheres organizados no exterior, que “exiladas” em função da ditadura militar, naquele momento, contribuíram à “formação” do pensamento [históriare] do feminismo brasileiro: o Grupo Latino-Americano de Mulheres, em Paris, fundado pela escritora brasileira Danda Prado (*apud* CARDOSO, 2004)¹⁷ e o Círculo de Mulheres

¹³ Informação disponível no site: <https://ibdfam.jusbrasil.com.br/noticias/2273698/a-trajetoria-do-divorcio-no-brasil-a-consolidacao-do-estado-democratico-de-direito>. Acesso em: 22 out. 2019).

¹⁴ Consultar: OSIS, Maria José Martins Duarte. PAISM: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Disponível: <https://www.scielosp.org/article/csp/1998.v14suppl1/S25-S32/>. Acesso em: 03set. 2019.

¹⁵ O CNDM, criado pela lei federal no. 7.353, de 29 de agosto de 1985, e regulamentado pelo Decreto no. 6.412 de 25 de março de 2008, foi criado como a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para as mulheres, na esfera federal. Atualmente é completamente desconsiderado pela atual política.

¹⁶ Embora tenha sido criada a DEAM, há quase quatro décadas, atualmente, em 91,7% das cidades brasileiras não há Delegacia de Atendimento à Mulher, pois, estão concentradas, sobretudo, nas capitais.

¹⁷ Danda Prado era filha do historiador Caio Prado Júnior. Viveu em Paris, de 1971 a 1974. Doutorou-se em Ciências Sociais, escritora e herdeira da editora Brasiliense, criada por seu pai. Danda era feminista, e atuou intensamente no movimento durante sua permanência em Paris. Em sua trajetória estão encontrados com Simone de Beauvoir e Jean-Paul Sartre, durante os anos de 1970. Quando da vinda do casal ao Brasil, teve a oportunidade de recebê-los em São Paulo. Suas obras mais conhecidas são *Ser Esposa – A Mais Antiga Profissão* (1978), na qual discute questões clássicas do feminismo, e o volume *O que é o aborto?*, publicado pela coleção Primeiros Passos, SP: Brasiliense, 1984.

Brasileiro, também criado em Paris (1976), com a participação de brasileiras exiladas, articulados ao movimento feminista francês, participavam em passeatas e ações públicas identificando-se com suas reivindicações, muitas das quais eram as mesmas daqui. Expressavam suas ideias em pequenas publicações, cujas repercussões desses dois grupos acabaram por influenciar fortemente as ideias feministas no Brasil. Prova disso foi a aparição do primeiro jornal, *Nós Mulheres*, criado em São Paulo (1976), que pode ser considerado “a primeira publicação do feminismo brasileiro contemporâneo a declarar-se feminista”, segundo Maria Morais (1990).

Em 1979, quando a Anistia possibilitou o retorno dessas mulheres do exílio, os dois grupos deixaram de existir, e essas se engajaram nos movimentos aqui atuantes, com destaque para a socióloga Elisabeth Sousa Lobo, que inovou, nos anos 1980, as pesquisas sobre gênero e trabalho no Brasil, dedicando-se ao ensino e à pesquisa onde era docente, na USP. Manteve intenso intercâmbio intelectual com pesquisadoras da Europa, dos Estados Unidos e do Canadá. Tinha como inspiração a atuação militante e política de Emma Goldman¹⁸, a qual dedicou uma pequena brochura: *Emma Goldman*. São Paulo: Brasiliense, 1983. Encampava a afirmação da filósofa francesa Elsa Dorlin,

de que “O sexo é, antes de mais nada, político”. Por isso, a problemática da dominação entre os sexos e suas consequências sempre foi central na Sociologia do Trabalho, na qual contribuiu, de maneira original, ao publicar o livro: *A Classe Operária tem Dois Sexos*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

De volta ao Brasil, o protagonismo do ativismo feminista também se fez presente nos trabalhos da Constituinte de 1988, articulado à atuação das mulheres parlamentares, ao CNDM, pautado pelo compromisso das feministas como canal de representação dos interesses do movimento de mulheres¹⁹. Dessa forma, a campanha nacional realizada pelo CNDM “Constituinte prá valer tem que ter palavra de mulher” cuja expressividade materializou-se com a “Carta das Mulheres” encaminhada aos constituintes, em 1987 (MELO; SCHUMAHER, [201-]), ganhou força e visibilidade às demandas feministas. Também se multiplicaram os estudos com a presença das mulheres nos processos da produção científica e tecnológica, em particular na pesquisa, assim como a participação nas instâncias de decisão (SARDENBERG, 2007). O que não significa que a produção e a circulação do conhecimento, no mundo acadêmico, deixavam de ser demarcadas pela inclusão desigual das mulheres (BIROLI, 2017).

¹⁸ Emma Goldman foi uma anarquista lituana, conhecida por seu ativismo, seus escritos políticos e conferências que reuniam milhares de pessoas nos Estados Unidos. Teve um papel fundamental no desenvolvimento do anarquismo na América do Norte na primeira metade do século XX. Além disso, foi celebrada por seus admiradores, como uma livre pensadora e “mulher rebelde”, e achincalhada pelos adversários como defensora de assassinatos políticos e revoluções violentas. Seus escritos e conferências abrangeram uma variedade de assuntos, incluindo o sistema prisional, liberdade de expressão, capitalismo e casamento e emancipação das mulheres. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Emma_Goldman. Acesso em: 12 jul. 2020.

¹⁹ Vale destacar que, no pós-ditadura militar, as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1986, levaram 26 mulheres ao Parlamento nacional, um fato inédito na história do país. Com a Constituição de 1988 (a “Constituição Cidadã”), a igualdade de direitos entre mulheres e homens foi garantida pela primeira vez na legislação brasileira.

Não menos importante foram as organizações de mulheres feministas da sociedade civil, por meio da criação de Organizações Não Governamentais (ONGs), com destaque para as duas pioneiras: o SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, fundada em 1981, pioneira na região nordeste. É uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, com sede na cidade do Recife/PE. A outra foi o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), criada em julho de 1989, em Brasília/DF, por um grupo de mulheres feministas, que assumiram a luta pela regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988²⁰. Essas pioneiras tinham como objetivo mais amplo provocar tanto a participação das mulheres nas esferas públicas e políticas como a criação de políticas públicas a elas dirigidas.

Vale destacar que, embora as lutas das mulheres negras remontem desde o Brasil colonial, a intensificação e institucionalização dessas se verifica somente na última década do século XX, quando o Movimento Feminista Negro e o Movimento Negro ressurgem com força no anos 1990, pautados por uma luta contra o(s) racismo(s) no contexto da retomada da democracia, com vista à extinção das desigualdades sociais e pela visibilidade da cidadania das mulheres pretas (RODRIGUES; PRADO, 2010), o que garantiu sua vitalidade na década seguinte.

Como visto, cada onda atinge sua “maturidade” sem deixar de ser seminal em relação à antecedente e à emergente, todas prosseguem com maior [ou menor]

importância levando a inovações, a novas tensões na atuação do ativismo feminista, na esfera pública-política e privada. Seus fluxos e refluxos trouxeram novas configurações às dinâmicas do ativismo feminista brasileiro, apesar de sua origem e marcas identitárias iniciais configuradas pelas mulheres da classe média intelectualizada, “influenciadas” pelo contexto feminista internacional (França e EUA), construíram o diálogo possível com outros segmentos ativistas de mulheres – trabalhadoras, sindicalizadas, grupos de mães pela sobrevivência, lutadoras pela creche, pelo combate à violência doméstica, acabando por estimular a presença de redes de militantes, e, por fim, preservar sua marca identitária e coletiva, desconstruindo marcadores essencialistas e universalistas. A maior crítica a esse momento é feita pelos grupos feministas negros, não sem razão. A chegada da 3ª onda anuncia uma questão importante: a incorporação do “paradigma” das relações de gênero.

IV. 3ª ONDA: AS PLURALIDADES FEMINISTAS E A EXPANSÃO DA MILITÂNCIA FEMINISTA

Com os avivamentos militantes dos anos 1990 e as transformações no universo de ativismos feministas, a metáfora das ondas conheceu uma outra vida, apesar das críticas que lhe eram dirigidas. A década de 1990 indica o renascimento militante com novas demandas. O feminismo da 3ª onda,

²⁰ Fonte: <https://www.cfemea.org.br/index.php/cfemea/nossa-historia>. Acesso em: 10 nov. 2019.

já voltado para a entrada no século XXI, visava desafiar os resquícios das definições “essencialistas” da feminilidade presentes na 2ª onda que colocaria ênfase demais nas experiências das mulheres brancas de classe média-alta; de alguma maneira desconsiderou a percepção de que as mulheres são de “muitas cores, etnias, nacionalidades, religiões, e origens culturais”.

Após a Conferência das mulheres, protagonizada pela ONU (Pequim, 1995), visibiliza-se solidariedades ativistas transnacionais, uma vez que o contexto político internacional, já mudando desde a década anterior (fim da Guerra Fria, descrédito da matriz ideológica marxista, e a queda do muro de Berlim (1989)), novos conflitos políticos, religiosos, migratórios e humanitários emergiram, em particular o conflito árabe-israelense, os fluxos migratórios oriundos do leste europeu, sucedidos na chegada do século XXI pelo ataque às Torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, em New York. As consequências dessa nova configuração política internacional “reforçou as oposições, reais ou supostas, entre emancipações e religiões, e a divisão entre o norte e o sul” (ROCHEFORT, 2010 *apud* PAVARD, 2018).

Das mudanças que incidiram sobre a condição feminina, seguem dois exemplos: primeiro, Condoleezza Rice, cientista política e diplomata, de origem afro-americana foi a primeira mulher a ser secretária de Estado servindo na administração do presidente George W. Bush entre 2005 e 2009, nos EUA. Ela se manifestou como sendo intersetorialista, com a consciência de que a opressão feminina não é apenas sobre sexo, mas também sobre raça, classe, idade, entre outras questões. Instigou o fortalecimento

da militância feminista negra, com a presença da jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw (2002), ao introduzir o “feminismo interseccional”, enfatizando a existência de vários eixos de desigualdades, pluralidades, diferenças raciais, de gênero, de classe e sexualidades; a estas acrescentou-se a condição religiosa, regional-territorial, geracional e profissional, se abrindo a tantas outras para identificar suas múltiplas intersecções. Todas, em certa medida, se fizeram presentes com maior visibilidade na chegada da 3ª onda, constituindo-se em um denso e complexo caldeirão, em que as relações de poder ainda permaneciam mais desiguais.

Um segundo exemplo refere-se à interpretação pós-estruturalista da condição de gênero e da sexualidade, cuja centralidade assenta-se no surgimento e na disseminação da teoria *queer*, notadamente provocada pela filósofa americana Judith Butler, no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (1990); estimulou o pensamento e a ação, com vistas a desnaturalizar ainda mais as identidades de gênero entendidas como *performances* e propondo não mais centrar o feminismo no *priori* do sujeito mulher (DORLIN, 2008). Assim, uma nova geração de ativistas denominadas LGBT (lésbicas, gays, bis, trans) iniciava sua participação amplamente, renovando e defendendo a convergência de lutas. São essas novas associações que encontram na teoria *queer*, a partir dos anos 1990, o restabelecimento de uma “certa osmose entre movimento homossexual e movimento feminista” após as dissensões ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 (CHAUVIN, 2005 *apud* PAVARD, 2018, p. 131).

No Brasil, a 3ª onda marcou o contexto intelectual pela institucionalização de estudos de gênero nas principais universidades brasileiras, influenciadas pelo cenário internacional (feministas americanas, canadenses e seguido pelas francesas), o que repercutiu em um ativismo acadêmico voltado à reflexão e à conscientização. Vale registrar que, desde o final dos anos 1980, iniciativas acadêmicas ocorriam com a criação dos Núcleos de Estudos sobre as Mulheres, nas principais universidades públicas (USP, UnB, UFMG, UFBA, UFSC, entre outras), o que possibilitou criar disciplinas e desenvolver pesquisas, a partir da crítica feminista, alterando os olhares e paradigmas predominantes, sobretudo no âmbito das ciências sociais, sem, no entanto, deixar de enfrentar profundas resistências.

No domínio acadêmico, instituições como a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), criada em 1978, desde cedo propicia a presença de dois GTs temáticos: “Mulher e Trabalho”, coordenado pela Profa. Heleieth Saffioti/UNESP; e “Mulher e Política”, coordenado pela Profa. Fanny Tabac/PUC/Rio, os quais permaneceram até final dos anos 1980, quando da “unificação” desses no GT “Relações de Gênero”, que durou até 1999. Em 2005 foi criado o GT “Gênero na Contemporaneidade”, cuja permanência foi apenas de dois anos. Na sequência, evidenciou-se uma pulverização sobre a questão gênero, em diferentes grupos de trabalho, cuja temática foi sendo incorporada, em reflexões com maior especialização sobre temas relacionados: corpo, sexualidade, violência de gênero, reprodução, homossexualidade,

masculinidade, destacando que ganha ênfase a crítica à construção da imagem feminina pelos meios de comunicação em massa.

Assim, no decorrer da 3ª onda continuou sendo estimulada, a partir de 2000, uma enorme e diversificada militância, coincidindo com o período que correspondeu à institucionalização de estudos sobre mulheres, feminismo e relações de gênero: “dentro dos gêneros, e entre os gêneros” (SCOTT, [200-]; HARDING, 2019), como forte efetivação nas universidades brasileiras. As feministas acadêmicas de então “impuseram” novas leituras tanto ao marxismo como ao freudismo (HARDING, 2019, p.95), que entendia o “homem” como “arrasadoramente universal”. Nesta direção a autora questionava-se:

(...) tudo aquilo que tínhamos considerado ‘útil’, com base na experiência social das mulheres brancas, ocidentais, burguesas, e heterossexuais, acaba por nos parecer particularmente suspeito, assim que começamos analisar a experiência de qualquer outro tipo de mulher.

Harding, ao mesmo tempo, aproveitou para sugerir algumas críticas voltadas ao interior do movimento feminista considerado “hegemônico”, ou seja, em que medida as feministas não se utilizaram do mesmo instrumental teórico – não por conspiração, mas em virtude do padrão histórico patriarcal que as levou a fazer uma teoria “unicamente” para mulheres de uma mesma origem social? Porque deixaram de se fazer ouvir outras vozes e outras mulheres, de fora, - presumindo, pois, que os problemas destas, seriam os

problemas de todas? Em que o feminismo não se utilizou das mesmas estratégias “perigosamente” patriarcais? Conclui afirmando (HARDING, 2019, p. 97): “temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos de classe, raça e cultura, e por que ficam de fora das análises do feminismo?”.

Nessa direção, o ativismo e visibilidade do Movimento Feminista das Mulheres Negras, brasileiro, expressou uma crítica legítima e contundente ao feminismo branco e hegemônico estabelecido, a partir do uso da categoria de gênero.

Sem dúvida, trata-se de uma crítica pertinente, que se fez presente também no contexto internacional, onde foi “forjado” o termo da 3ª onda. Nos Estados Unidos, a historiadora Astrid Henry (2004)²¹ lembra que essa é particularmente popularizada por Rebecca Walker (1992)²², em um artigo publicado na revista Magazine: “Tornando-se a terceira onda”. Rebecca Walker, nascida em 1969, era filha de Alice Walker, reconhecida escritora afro-americana que escreveu *La Couleur Pourpre (A cor púrpura)*²³. Defendeu um feminismo que aceita a complexidade das identidades individuais (ela mesma era bissexual e birracial) e levou em conta outras lutas que não só foram as da questão racial e da mulher. Seu texto teve boa ressonância e, em 1994, foi nomeada uma das 50 líderes mais influentes pela revista *Times* (PAVARD, 2018).

A geração de mulheres feministas, que contou com a presença de Rebecca Walker, foi “racialmente mista” e fundamentada no questionamento das identidades de gênero e das múltiplas identidades sexuais racializadas, assentadas na abordagem intersetorial. Da mesma forma, no Brasil, a feminista negra Lélia Gonzales (1988)²⁴, pioneira em questionar o feminismo sob uma ótica racial, contrapunha-se ao fato da matriz assentada nos pilares do feminismo brasileiro ser eurocêntrico, pautado na trajetória de mulheres brancas, de classe média, opondo-se ao silenciamento em relação às especificidades das mulheres negras e latino-americanas (SANTOS, 2013).

Para Lélia Gonzales, a perspectiva da interseccionalidade torna-se uma estratégia epistemológica proposta a “levar em conta as inúmeras fontes da identidade, embora não tenha a pretensão de propor uma nova teoria globalizante sobre a mesma” (CRENSHAW, 2002; HIRATA, 2014, p. 62). De qualquer maneira, há sempre que se considerar, que na abordagem intersetorial destacam-se as relações de poder que inter cruzam os grupos de mulheres, deixando como rastro as práticas de violência de gênero.

Trazer à visibilidade a luta das mulheres negras – por meio da estratégia teórico metodológica da interseccionalidade, possibilitou dar significado a(s) sua(s) experiência(s), cujas especificidades não

²¹ Henry, Astrid (2004). *Not my mother's sister: generational conflict and third-wave feminism*. Bloomington: Indiana University Press. EUA. ISBN 978-0-253-21713-4

²² Consultar Fonte: [https://teachrock.org/wp-content/uploads/Handout-1-Rebecca-Walker-%E2%80%99CI-Am-the-Third-Wave%E2%80%99D.pdf?x96081\(12/07/2020\)](https://teachrock.org/wp-content/uploads/Handout-1-Rebecca-Walker-%E2%80%99CI-Am-the-Third-Wave%E2%80%99D.pdf?x96081(12/07/2020)).

²³ O romance *A cor púrpura* tornou-se um filme americano (1985), dirigido por Steven Spielberg, com roteiro de Menno Meyjes, baseado no romance da premiada autora afro-americana Alice Walker.

²⁴ Fonte: “Por um feminismo afrolatinoamericano.” Revista Isis Internacional. (8), out. 1988. (acesso: 12/11/2019)

encontravam espaço de discussão quer no debate feminista hegemônico, quer no debate antirracista, mesmo sabendo-se que a condição de gênero e de raça interagem com outros marcadores sociais da diferença e, desse modo, “determinam” as experiências diversas vividas pelas mulheres negras.

A crítica feminista, a partir da estratégia interseccional, foi fundamental para romper com as interpretações reducionistas e/ou essencialistas, sobretudo, quando as situações de conflito afloram. No contexto atual brasileiro, Rodrigues e Prado (2010, p. 451) destacam que:

() a singularidade do Movimento de Mulheres Negras frente ao Movimento Negro e ao Movimento Feminista revela a existência de conflitos intra e inter movimento, disputa de tendências, de poder, por acesso a recursos, os impasses do modelo ONG versus o modelo Movimento Social de base, assim como combinações entre esses e a questão do ambíguo impacto da institucionalização do Movimento de Mulheres Negras, sua adoção pelo Estado e por organismos internacionais de regulação. Esse movimento tem se revelado contraditório e polissêmico em suas ações públicas, dinâmica interna e relações com os demais movimentos sociais, demonstrando, como afirma Melucci (1996), que não há uma unidade ou substância própria ao movimento, pelo contrário, são sistemas cotidianos de luta social com sentidos múltiplos e com formas diversas de sociabilidades.

Assim, a 3ª onda trouxe e possibilitou a urgência de um feminismo ativista negro que falasse de pluralidades e de suas questões em relação à mulher negra

brasileira, como a presença de militantes cada vez mais jovens. Observa-se que foi a partir da segunda metade da década de 1990 que se acelerou o processo de mudanças acerca das questões raciais, marcado fortemente por uma aproximação entre o Movimento Negro e o Estado brasileiro. Alguns acontecimentos, um de âmbito nacional e outro internacional, podem ser destacados consensualmente pelas/os pesquisadoras/es sobre a importância desse processo: i) a Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida (1995), ano de comemoração do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares; ii) marco para a aprovação das cotas raciais em universidades públicas foi a III Conferência Mundial Contra o Racismo, convocada pela ONU em 1997; e iii) a primeira conferência patrocinada pela Organização das Nações Unidas, realizada entre 31 de agosto e 8 de setembro de 2001 na cidade de Durban, na África do Sul. Foi presidida por Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda e a presidente da Comissão de Direitos Humanos nas Nações Unidas.

No Brasil, não menos importante, foi a instalação do sistema de cotas de acesso ao ensino superior público [ações afirmativas] aprovado pelo Projeto de Lei 73/99, instituído para implementar o ingresso de estudantes negras/os nas Instituições públicas de Ensino Superior (LIMA, 2010). A instituição pioneira a instalar o sistema de cotas raciais em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual estabeleceu 50% das vagas do processo seletivo destinadas a alunas/os egressas/os de escolas públicas cariocas. No caso o pioneirismo se deveu a UERJ,

que, em 2003, se tornou a primeira universidade do país a adotar cotas raciais. Na ocasião, do total de vagas oferecidas, 45% foram destinadas aos cotistas²⁵.

A política pública se fez presente com a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), efetivada em 21 de março de 2003, homenagem ao Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial. Foi transformada em Ministério em fevereiro de 2008, e representou, sem dúvida, uma inflexão política e institucional no tratamento da temática racial pelo Estado brasileiro.

Embora a 3ª onda se caracterize por um período curto de apenas (1990-2010), evidencia-se um posicionamento político e teórico multirracial e multiculturalista, buscando romper com os “essencialismos” monolíticos feministas dos anos 1970, isto é, vistos a partir de uma mulher única, monolítica e universal. Do ponto de vista pós-estruturalista e pós-colonial, tratou-se de promover um feminismo mais plural e inclusivo, que além de instigar novas questões teóricas e políticas, contemplou a emergência de uma nova geração de ativistas que reivindicam outra(s) forma(s) de fazer feminismo(s). A metáfora das ondas vai mudando de significado(s). Parece emancipar-se da ideia de ser apenas um “vasto movimento” ou “momento histórico” único, fortalecendo as sobreposições, tornando-se o ancoradouro de “novas” identidades, de gerações e de atuações políticas.

Portanto, se a 3ª onda trouxe à tona várias questões, dinâmicas, movimentos e ressignificados, pois, já traz em si, as

condições seminais que permitem anunciar a chegada de 4ª onda: novos fluxos e refluxos, no sentido de que interesses renovados pelo ativismo feminismo, em redes, mídia, ou com o uso da parafernália virtual e tecnológica se estabeleceu, assim como a cultura marcada pela conjuntura da pós-modernidade acentuada, a partir de 2010.

4ª ONDA: NOVAS GERAÇÕES DE FEMINISTAS MUDIÁTICAS, MOVIMENTOS EM REDES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Internacionalmente, embora sem pleno consenso, designa-se a 4ª onda, a partir da primeira década do século XXI, caracterizada pelo ativismo *online*, por novas linguagens, novos movimentos urbanos, pelo uso das ferramentas da internet e redes sociais (*facebook, twitter, instagram, You Tube e os blogs como o Feministing*). Com grande expressividade na França, onde foi publicado o livro de Aurore Koechlin, *The Feminist Revolution* (2019), o qual tornou-se referência para abrir e alimentar os debates referentes a 4ª Onda referente à jovem geração militante feminista. Destacam-se ainda *O feminismo para os 99%: um manifesto, capitalismo patriarcal*, de Silvia Federici (2019) e *Bread and Roses: antagonismo de gênero e classe sob o capitalismo*, de Andrea D’Atri (2019).

Koechlin, após retomar a perspectiva histórica das diferentes ondas feministas surgidas na França, aborda

²⁵ Fonte: <http://redeglobo.globo.com/globouniversidade/noticia/2013/08/em-2003-uerj-se-torna-primeira-universidade-do-pais-a-dotar-cotas.html>. Acesso em: 03 ago. 2013.

principalmente o nascimento da 4ª onda com reflexos internacionais. Destaca a questão das diferentes correntes teóricas às quais os setores mais ativos e militantes dessa nova onda se referem, como a teoria da reprodução social e a interseccionalidade. No último capítulo da obra, debate as diferentes estratégias e decide por uma estratégia “feminista, marxista e revolucionária” (CUFF, 2019, não paginado). Suas repercussões expandem-se para além do contexto francês, influenciando inclusive segmentos de mulheres islâmicas.

Muitas mulheres jovens que se engajam na 4ª onda, no entanto, não abandonaram as “velhas” bandeiras feministas: o *status quo* de opressão das mulheres; a(s) oposição a(s) misoginia(s); o desafio de expandir a politização a outras mulheres das mais variadas faixas etárias e condições socioeconômicas, a luta por salários iguais, as questões relativas ao corpo; combate à violência de gênero, a descriminalização do aborto. Essas são questões que atingem as mulheres de maneira geral, independentemente de sua(s) especificidade(s).

A “qualificação” da nova geração ativista do século XXI se baseia na “bandeira da liberdade plena”, pois os preconceitos estão caindo, a visibilidade nos espaços públicos tem sido cada vez maior. A exemplo – a *Primavera Feminista* (MARTINS, 2017)²⁶, manifestações que se ampliam com o feminismo transnacional,

atingindo países e regiões, nem sempre promissoras em relação aos direitos e cidadania das mulheres. Um dos exemplos mais contundentes ocorreu a partir da crise econômica do capitalismo internacional (2008) nos Estados Unidos, que demarcou um momento histórico sentido com a “Marcha das Mulheres” (março, 2017), ocorrida em Washington, ao protestarem contra a misoginia, e os posicionamentos sexistas do eleito presidente Donald Trump. Pediam mais respeito às mulheres, à população negra, aos imigrantes, aos muçulmanos, aos deficientes físicos. A marcha reuniu mais de 500 mil pessoas na capital. O protesto globalizou-se, expandindo-se para diversos países e outras partes do mundo.

No contexto francês, por sua vez, grupos de jovens do liceu se tornaram ativistas, e suas reivindicações se espalharam pelo mundo por intermédio das redes sociais, com o *slogan* deliberadamente provocador: *Ni putes Ni soumises* (Nem putas (prostitutas) nem submissas). Manifestação fundada nas regiões da periferia parisiense, na Primavera de 2002²⁷, tendo como liderança uma jovem feminista de origem islâmica – Fadela Amara²⁸. Foi lançado na ocasião um manifesto denunciando o machismo e a violência por parte dos homens.

Muitas foram as marchas organizadas contra a violência nas periferias de Paris, até então sempre desconsideradas

²⁶ Ao tratar da “Primavera Feminista”, com cenário brasileiro, MARTINS (op. cit, 2018), assim se expressa no seu texto: (...) as marchas/manifestações/protestos públicos mais numerosos ocorridos na capital do Brasil e protagonizados por mulheres, o que inclui a Marcha das Vadias (Brasília, 2012), a Marcha das Mulheres Negras (Brasília, 2015), a Marcha das Margaridas (Brasília, 2015) e a Greve Internacional de Mulheres – 8 março (Brasília, 2017).

²⁷ Atualmente, à associação - *Ni Putes Ni Soumises* - é representado por comitês internacionais, em mais de 20 países europeus e africanos.

²⁸ AMARA, Fadela et ZAPPI, Sylvia (Colaboradora). *Nem Putas nem Submissas*. Paris, Other Editions, 2003.

e invisibilizadas pelo governo. A explosão dessas acentuou-se com *l'affaire du foulard*²⁹, isto é, com a “interdição do uso do cachecol” pelas jovens islâmicas que frequentavam o liceu público francês. Em apenas alguns meses, esse movimento, tornando-se uma associação, conquistou uma audiência importante entre o público, a mídia e os movimentos políticos. Argumentavam que, no momento de plena globalização, a luta está ocorrendo aqui e lá, dentro e fora, já que as mulheres estão “ligadas” em redes, ao mesmo tempo, em que são as primeiras vítimas da retirada da identidade e do relativismo cultural, o que resultou em um aumento assustador do obscurantismo. Trata-se de uma luta corajosa e difícil da emancipação para todas as mulheres imigrantes francesas que pretendeu levar com o corpo e a força a demanda pela “libertação” do patriarcado (PAVARD, 2018).

Na mesma direção, outras tantas manifestações e movimentos ocorreram, com destaque para A Marcha das Vadias (The SlutWalk)³⁰; movimento surgido, a partir de um protesto (abril, 2011), em Toronto, Canadá, e desde então se internacionalizou, aterrissando em vários países, entre eles o Brasil, por meio das redes sociais. Divulgado nas páginas do Facebook, trouxe novas narrativas urbanas que ganharam outros sentidos ao desfrutar da era digital global, adentrando em lugares privados e públicos. Protestaram contra a crença de que as mulheres que

são vítimas de estupro o teriam provocado assim como outras práticas de violência. Por isso, mobilizadas internacionalmente, marcharam contra a violência machista!

Segundo informações coletadas no texto de Pavard (2018), destacam-se ainda as manifestações que circularam pelo mundo contra a oposição ao(s) assédio(s) sexual(is) e a outras manifestações de violência contra as mulheres, como as situações de assédio virtual. Vários escândalos galvanizam o movimento, incluindo o estupro coletivo ocorrido em Nova Délhi (2012), na Universidade de Columbia e em Nova Iorque. A estudante de artes visuais Emma Sulkowicz, que diz ter sido estuprada no primeiro dia de aula de seu segundo ano na universidade de Columbia, iniciou a manifestação “Perfomance do colchão” (2017), carregando um colchão pelo *campus* uma vez que seu estuprador ainda estaria nesse local. Recentemente, subiu ao palco para receber seu diploma junto com o colchão e foi aplaudida pela turma³¹.

O outro escândalo sexual foi o do megaprodutor Harvey Weinstein, um dos homens mais poderosos da indústria do cinema. Em julho de 2017, o jornal The New York Times publica uma reportagem detalhando as acusações que indicavam décadas da prática de assédio(s) sexual(is) cometido(s) por Harvey Weinstein. Atrizes como Rose McGowan e Ashley Judd foram as primeiras a detalhar as denúncias.

²⁹ Texto de Valérie AMIRAUX: ‘L’affaire du foulard’ en France Retour sur une affaire qui n’en est pas encore une. Fonte: <https://www.erudit.org/fr/revues/socsoc/2009-v41-n2-socsoc3594/039268ar/>. (18/02/2010).

³⁰ Dantielli Assumpção Garcia e Lucília Maria Abrahão e Sousa. A Marcha das Vadias nas redes sociais: Um discurso da militância?. Disponível em: <file:///D:/Usuario/Downloads/504-1296-1-SM.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

³¹ Fonte: <https://www.otempo.com.br/interessa/comportamento/em-protesto-contr-estupro-aluna-leva-colchao-a-formatura-1.1042213> (20/03/2020).

Finalmente, os movimentos #MeToo, ou #BalanceTonPorc em francês (2017), e o *Time's Up*, todos galgaram e ensejaram reconhecimento internacional, o que levou, em dezembro de 2017, a revista *Time* a escolher várias ativistas proeminentes envolvidas no movimento, e apelidadas de “quebradoras de silêncio”, como “Pessoa do Ano”.

No contexto da América Latina, o primeiro evento ocorreu na Argentina (2015), sob o signo: *Ni Una Menos* (Nenhuma a menos). A manifestação foi deflagrada após a morte da adolescente Chiara Páez, de 14 anos, que estava grávida quando foi assassinada pelo namorado de 16 anos. Após o crime, o corpo da jovem foi enterrado no quintal da casa dos avós dele com a ajuda dos seus pais. O crime bárbaro gerou indignação nacional. Ao cunhar a frase: “Nenhuma a Menos” a intenção foi de barrar o alastramento da violência, reivindicar medidas para condenar os assassinatos de crimes de feminicídios. Este movimento expandiu-se pela América Latina deixando marcas muito fortes. Repercutiu no Brasil, onde a cada dia são mortas 12 mulheres (IPEA, 2019).

As conexões do ativismo feminista argentino ligaram-se – virtualmente – a questões políticas mais amplas. Manifestações políticas de diversos grupos ecoaram pela América Latina, sobretudo,

quando da decisão do então presidente Mauricio Macri de receber Jair Bolsonaro, presidente do Brasil: “um militar rodeado de militares”, afirmou a psicóloga Nora Cortiñas³², uma das fundadoras da Associação das Mães da Praça de Maio:

Rechazamos a vinda de Bolsonaro com todas as nossas forças. Ele não tem nada a fazer aqui. Pedimos que vá embora imediatamente. Ele é um genocida. Tem espírito de “genocida”, completou ela à Crônica TV³³

Muito forte a reação de grupos sociais e feministas à ida do Presidente Bolsonaro a Buenos Aires. Este “clima” anticonservadorismo já havia sido deslocado de outros países europeus para a América Latina, em geral. Destacam-se as manifestações da chamada “Primavera Feminista” que repercutiu muito no Brasil, em sua especificidade, pois milhares de mulheres se organizaram e protagonizaram protestos – de norte a sul do país. Martins (2017, p. 23), ao apresentar sua tese, afirma que:

Diversas e numerosas manifestações públicas de mulheres, nomeadas como marchas, compõem o cenário da política brasileira contemporânea, ensejando reflexões sobre formas de participação social e de afirmação de direitos na atualidade(...)as marchas/manifestações/protestos públicos mais numerosos ocorridos na capital do Brasil e protagonizados por mulheres, o que inclui a Marcha das Vadias (Brasília, 2012), a Marcha das Mulheres Negras (Brasília, 2015), a Marcha das

³² Nora Cortiñas teve seu filho o Gustavo Cortiñas, militante do Partido Justicialista e da organização Montoneros, desaparecido em Castelar, província de Buenos Aires, em 15 de abril de 1977, quando trabalhava no Ministério de Economía de la Nación.

³³ Informação disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/manifestantes-pedem-saida-imediata-de-bolsonaro-da-argentina/> (acesso:19/10/2019).

Margaridas (Brasília, 2015) e a Greve Internacional de Mulheres (2019).

Outras manifestações específicas ocorreram, por exemplo, contra o Projeto de Lei (PL) 5069/2013 de autoria do presidente da Câmara, à época, deputado Eduardo Cunha, que reunido com a bancada mais conservadora tentava aprovar uma série de medidas que respondem aos interesses corporativos de seu grupo. Entre essas estava o PL 5069/2013. Este tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto. Jovens mulheres mobilizadas manifestaram-se nas redes com a campanha “Pílula fica, Cunha sai! #ForaCunha”, em contraposição à aprovação da PL 5069, expressando sua indignação e culminou com a ida às ruas, em várias cidades do país, evidenciado um novo *round* do ativismo feminista político³⁴.

As repercussões foram muitas, a ponto de a prova do Enem, da qual participariam mais de três milhões de estudantes, pautar como tema da redação *A violência contra a mulher!* Este tema teve consequências, pois contribuiu para, nas redes sociais, acontecer uma grande “explosão” de relatos no *Facebook* com a *hashtag* #MeuPrimeiroAssédio, em que muitas meninas e jovens se sentiram

encorajadas a denunciar e publicizar sua primeira experiência de assédio nessa rede social.

No Brasil, a primeira Marcha das Vadias ocorreu em São Paulo, em 4 de junho de 2011, organizada pela publicitária curitibana Madô Lopez e a escritora paraguaia Solange De-Ré³⁵. A marcha “impôs” novas linguagens por meio da exibição dos seios e dos corpos pintados, reivindicando direitos e liberdade; grupos de jovens mulheres se manifestaram pedalandando nuas em bicicletas pelas avenidas e ruas de São Paulo, enfatizando a relação do corpo com seu transporte e fazendo destes *outdoors* contra as discriminações e violências às quais são submetidas. As manifestações foram espontâneas, pois, na maioria, as participantes eram mulheres jovens, trabalhadoras sindicalistas, secundaristas, universitárias, estudantes de cursinho, mães. Organizadas sem a presença de “lideranças”, caracterizando-se por uma outra estética e dinâmica urbanas. No primeiro ato realizado em São Paulo, por exemplo, reuniu, aproximadamente, 15 mil pessoas na Avenida Paulista, e ao menos 90% desses participantes eram mulheres³⁶.

Esses grupos reivindicavam novos modos de se apresentarem, de organização, de estar presentes nas mídias, alguns inclusive acolhem homens, rompendo com a teorização política da exclusão

³⁴ Consultar texto de Priscilla Caroline de S. Brito: PRIMAVERA FEMINISTA: A INTERNET E AS MANIFESTAÇÕES DE MULHERES EM 2015 NO RIO DE JANEIRO. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499450296_ARQUIVO_PrimaveraFeminista-ainterneteasmanifestacoesdemulheresem2015noRiodeJaneiro-FazendoGenero.pdf (15/09/2019).

³⁵ A marcha repercutiu em Recife, Belo Horizonte, Brasília e Itabuna e em 2012, no dia 29 de junho, ocorreu a 1ª Marcha das Vadias na cidade de Teresina. No dia 28 de julho de 2012, aconteceu a primeira marcha em São José do Rio Preto, SP. A última marcha foi em Brasília, no dia 21 de junho 2013, e reuniu mais de 3 mil pessoas.

³⁶ Disponível no texto: MAZENOTTI, Priscilla (18 de junho de 2011). Mais de 800 pessoas participam de marcha para reivindicar igualdade de gênero. Agência Brasil. Consultado em 18 de junho de 2011 (https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_das_Vadias).

propugnada pelas feministas dos anos 1970. Em outras palavras, a presença significativa dessas mulheres muito jovens em mobilizações recentes, iniciadas em meio à ascensão do(s) conservadorismo(s), trazem suas próprias questões teóricas e políticas, redefinindo as fronteiras e os significados do ativismo feminista (BERENI, 2012). Exemplo disso foram as manifestações locais da Marcha das Vadias que encarnaram o protesto feminista contra as múltiplas violências, entre essas os estupros, que foram “traduzidos” nos próprios corpos das participantes que constituem os sentidos da ação coletiva. Mobilizadas, as jovens ativistas produziram novos códigos acerca da violência sexual e da sexualidade. A nudez e o uso de roupas “sensuais” são algumas das formas pelas quais o corpo é expressado, visibilizado e utilizado para produzir e comunicar suas mensagens³⁷. Ao mesmo tempo que o utilizam como a nova forma de “território”, onde o colonialismo, o capitalismo, o patriarcado e o racismo ainda querem preservar a dominação e o controle; muitas estratégias são criadas para tanto, e nem sempre a mídia é atenta a tais formas de dominação (ATRI, 2019).

Jovens secundaristas de escolas privadas se manifestaram, em março de 2016, nas grandes cidades brasileiras (RJ, SP, POA) “contra a proibição do uso de shorts em escola”. Um abaixo-assinado que circulou *online*, e contou com milhares de assinaturas, afirmava:

(...) deixe no passado a mentalidade de que cabe às mulheres a prevenção de assédios, abusos e estupros; exigimos que, ao invés de ditar o que as meninas podem vestir, ditem o respeito (...) Ao invés de humilhar meninas por usar shorts em climas quentes, ensine estudantes e professores homens a não sexualizar partes normais do corpo feminino. Nós somos adolescentes de 13-17 anos de idade. Se você está sexualizando o nosso corpo, **“você é o problema”**³⁸.

A entrada no século XXI, por sua vez, marcou também a institucionalização e a “ascensão” das políticas públicas destinadas às mulheres, com a criação da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM/PR (janeiro de 2003); era “articulada” a participação dos movimentos feministas e de mulheres, em função de lutas comuns. A realização de três Conferências Nacionais de Política para as Mulheres, e os decorrentes três Planos Nacionais de Política para as Mulheres (PNPMs) que cobriram o período de (2004 a 2015), eram articulados à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), e a Secretaria de Direitos Humanos (SDH).

Em maio de 2016 tudo desapareceu, diante das pressões pela reforma ministerial, ocorreu a “fundição” das três Secretarias no nominado – Ministério da Cidadania. Representou um retrocesso, que levou à extinção de organismos – simbólica e politicamente históricos para a formulação e implementação de políticas

³⁷ CASTRO, Carla Gomes. Corpo e emoção no protesto feminista: a Marcha das Vadias do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872017000100231. Acesso em: 02 out. 2019.

³⁸ Informações disponíveis no site: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/alunas-protestam-contr-a-proibicao-do-uso-de-shorts-em-escola-de-porto-alegre>. Acesso em: 18 out. 2019.

públicas demandadas pelas mulheres brasileiras e pela sociedade civil³⁹.

No enfrentamento aos retrocessos, as ativistas das diversas ondas se juntaram para enfrentar uma luta *estrutural*, que transcende as diferenças, não apenas na busca pela justiça às mulheres, mas, sobretudo, para não aceitar os retrocessos que se fazem evidentes. Assim, a 4ª onda feminista no Brasil, não deixou de fora feminista “históricas”, embora sejam as jovens que inventam outras expressividades e formas de ativismo(s), para “defender ativos ameaçados”: todas acabaram se unindo! Questões transversais presentes nas gerações passadas e presentes – a persistência da violência de gênero, concentrada no assédio nas ruas, no local de trabalho, nas agressões sexuais nos *campi* universitários, nos crimes de feminicídios de mulheres, além da cultura de estupro (Lei Maria da Penha, 2006; Lei do Feminicídio, 2015) – as especificam e as unem, seja no ativismo, seja nas demandas de políticas públicas. Hoje, essa “união” é fundamental, sem deixar de contemplar suas especificidades, em que o Brasil apresenta os maiores índices de mortes violentas de mulheres negras (66,7%), superior a morte de mulheres brancas, de acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2018).

A 4ª onda apela à equidade de gênero surfando nas mídias sociais transfronteiriças, visando a inclusão de todas as mulheres e rejeitando a dimensão binária da condição de gênero. Deu vida e visibilidade ao tipo de “mulher rebelde”, um híbrido entre a líder e a

denunciante (PAVARD, 2018, p. XX). O ativismo feminista ampliou-se à mídia, em suas representações, para criticar estereótipos e promover novas imagens da mulher emancipada. Novos públicos e grupos subordinados de mulheres são alcançados, de mulheres brancas de elite (1ª onda) a mulheres de classe média e minorias (2ª onda), a mulheres negras e homens LGBTQ (3ª onda), para terminar com o tipo atual de síntese que afeta todas as classes e minorias, globalizadas (4ª onda).

As redes e as mídias sociais tendem a oferecer uma contribuição adicional à democratização das reivindicações feministas. A multivalência da 4ª onda é real, especialmente porque foi forjada, no contexto de tantas outras crises ocorridas no novo milênio, sobretudo das revoltas das populações imigrantes, das classes sociais ainda oprimidas e marginalizadas, do aumento geométrico das desigualdades das mulheres associadas a suas condições da racialidade/etnicidade, da colonialidade nos encontramos, pois tais fenômenos são preocupantes frente ao desengajamento e a inércia do(s) Estado(s).

Por fim, as expressividades da 4ª onda não se configuram apenas nas rupturas geracionais reforçadas a partir da entrada no século XXI, mas têm também dimensões políticas inovadoras. Surgem novas lideranças jovens e autônomas, em relação a partidos políticos, focam, particularmente, sua atenção na mídia, pois são jovens os que dominam os “novos” códigos da comunicação digital, buscam novas parcerias e se infiltram no mundo

³⁹ Segundo manifestação da Agência Patrícia Galvão, 22/09/2015. Disponível: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/mulheres-de-olho/feministas-criticam-ameaca-de-extincao-da-spm-seppir-e-sdh/>. Acesso em: 15 out. 2019.

globalizado. Se reconhecem ao afirmar ter um ativismo que chamam de ‘sextremismo’” (PAVARD, 2018).

A TÍTULO DE CONCLUSÃO: AS INTERSEÇÕES DAS ONDAS FEMINISTAS ENTRE A HISTÓRIA E A MEMÓRIA

Com qual intensidade que a 4ª onda feminista se reflete no Brasil? Dos anos 1970 já se passaram quatro décadas de ativismo feminista, no Brasil, e hoje as novas gerações não podem se furtrar do legado deixado pelas feministas *históricas*, uma vez que se beneficiaram de trabalhos anteriores seminais das ativistas ativas das décadas passadas. Hoje, o contexto político mudou, o qual não assegura, necessariamente, que as conquistas das ondas anteriores estejam asseguradas, pois as ameaçadas pela perda do já conquistado são constantes.

Todos esses movimentos e ativismos feministas trazem como bandeira o grito contra o(s) conservadorismo(s): a expressão de lutas contra as políticas conservadoras que vêm sendo aplicadas nos últimos anos e afetam não só os corpos das mulheres, por meio do caráter deletério das violências, da pauperização ascendente, ou da persistente desigualdade no âmbito da divisão sexual do trabalho. Se esses são fenômenos antigos a serem superados, são acrescidas de outros – teóricos e políticos –, trazidos pelas novas gerações, redefinindo fronteiras.

Apesar de suas limitações, o uso da metáfora da onda indica a(s) encruzilhada(s), o (s)entrecruzamento(s), similarmente presentes no ativismo político e acadêmico, faz com que os significados das ondas podem ser múltiplos, intensos e contraditórios, similar aos ativismos. A metáfora permite delimitar períodos e contextos, evocando continuidades e interrupções, tornando possível fazer a pergunta de transmissão e renovação geracional no campo político e acadêmico. Todavia, uma das críticas pertinentes ao uso da metáfora assevera que:

(...)Poderíamos acrescentar que a metáfora das ondas se concentra em certas áreas geográficas (América do Norte, Europa Ocidental e do Norte, Austrália), deixando de lado outras áreas em que mobilizações feministas são empregadas de acordo com temporalidades distintas, por exemplo na Europa Oriental, África, América do Sul, Ásia, o mundo árabe (Badran 2009, Cîrstocea e Giraud 2015). O ponto focal também está na escala nacional, deixando de lado as mobilizações locais que às vezes mudam no tempo (Godard e Porée 2014; Masclet 2017). (PAVARD, 2018, p. XX).

Parte da crítica é bem aceitável, porém, para o caso da América do Sul e do Brasil, especialmente, a metáfora da(s) onda(s) foi e se tornou uma espécie de “paradigma” referencial, ao que ocorria, concomitantemente, nos EUA e na França. No Brasil, a onda demonstrou utilidade histórica, acadêmica e política, permitindo descrever as mobilizações emergentes com suas próprias especificidades, novas questões, enquanto explicita

as lutas do passado e antevendo mesmo as lutas futuras.

Portanto, a utilidade acadêmica da metáfora se potencializa em delimitar os períodos das pesquisas emergentes em diferentes momentos históricos evocando continuidades e interrupções, ao desenvolver, tanto na ótica geral do ativismo, como nas especializações de pesquisadoras feministas e historiadoras do século XX/XXI, as relações ambíguas e complexas entre teoria e prática ativista, política e academia, todas, de alguma maneira, dialogam e se confrontam, e exatamente nessas tensões é que a reflexão crítica avança, pois, segundo Biroli (2017, p.175-176):

(...)com a permeabilidade desigual das democracias à participação de indivíduos e grupos[é desigual]; as configurações excludentes da esfera pública e suas hierarquias; as conexões entre as relações de poder na esfera doméstica e na esfera pública; institucionalização e efetivação desigual do acesso a direitos de cidadania nas democracias contemporâneas (...) Não se trata de apresentar uma lista ampla ou prioritária de temáticas, mas sim de deixar desde já estabelecido um ponto: o foco das teorias feministas não é específico (as mulheres, o feminino, a agenda feminista); tratam de política, de democracia, de justiça.

Concluo evocando Le Goff (2014, p. 56), que, ao pensar sobre a maneira como a história do feminismo está escrita, nos permite contribuir para a reflexão sobre temporalidades, concomitâncias,

intensidades entre muito tempo e a quebra do tempo, em fatos e eventos, assim como sobre as convenções que levam a “cortar a história em fatias”. Refletir sobre a diversidade de narrativas históricas de acordo com os movimentos dos olhos [...]. Ao invés de observar, no momento feminista, “uma sucessão de ondas, uma perseguindo a outra, deve-se observar que quando o mar nasce, as ondas se sobrepõem, e a mais nova ganhando terreno” .

Assim, a metáfora da “onda”, na imaginação política, como no ativismo feminista, evoca o poder de um movimento que varre a sociedade para transformá-la em profundidade. Como escreveu a feminista e pacifista Marcelle Capy⁴⁰, na primeira edição do periódico *La vague*, em 1918, a “onda feminina”:

(...) Vem de canteiros de obras, oficinas, escolas, campanhas; nasce de todos os lugares onde os corpos das mulheres estão sobrecarregados, onde os corações das mulheres estão partidos. Surge das mulheres que ofegam nas máquinas, empalidecem nos registros; das pessoas famintas, com frio, chorando, pensando. (...) É contra injustiça social, preconceito, erros, violência erigida como dogma. (PAVARD, 2018) *locus* de onde a metamorfose se institui.

⁴⁰ Marcelle Capy: uma voz feminista pacifista de 1913 a 1918. Foi uma feminista numa época em que as francesas não tinham direito de votar. Ela defende os direitos da mulher como escola, trabalho feminino. Marcelle Capy é uma ecologista de vanguarda, muito sensível à beleza da natureza e precursora na importância de preservá-la. Em 1918, ingressou no conselho editorial de *La vague*, onde liderou a página “feminista”. Fonte: texto de Jacques Serieys. (20 de maio de 2021: <http://www.gauchemip.org/spip.php?article1991>).

REFERÊNCIAS

- ATRI, Andrea d'. Faisons-nous face à une nouvelle vague féministe ? 2019. Texto disponível: <https://www.revolutionpermanente.fr/Faisons-nous-face-a-une-nouvelle-vague-feministe-Par-Andrea-d-Atri> (acesso: 11/01/2020).
- BANDEIRA, Lourdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara. A dinâmica de desigualdades e interseccionalidades no trabalho de mulheres da limpeza pública urbana: o caso dos garis. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 160-183, jul./dez. 2015.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo: memória e história. In: SALES, Celecina de Maria Veras *et al* (orgs.). **Feminismo, Memória e História**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Feminismo, relações étnico-raciais e geracionais: políticas públicas. [Entrevista cedida à] Lourdes de Maria Leitão Nunes Rocha. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, v.14, n.1, p. 147-151, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/366/782>. Acesso em: 15 out. 2021.
- BANDEIRA, Lourdes Maria. Maternidade e Cidadania: uma mulher marcada para (sobre)viver. In: STEVENS, Cristina (org.). **Maternidade e Feminismo: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2007.
- BANDEIRA, Lourdes M. e MELO, Hildete. Tempos e Memórias. Movimento Feminista no Brasil. Brasília, SPM, dez/2010.
- BERENI, Laure. **Une nouvelle génération de chercheuses sur le genre. Réflexions à partir d'une expérience située**. Paris: Contretemps, 2012. Disponível em: <https://www.contretemps.eu/une-nouvelle-generation-de-chercheuses-sur-le-genre-reflexions-a-partir-dune-experience-situe>. Acesso em: 09 jun. 2019.
- BERTRAND, David. L'essor du féminisme en ligne Symptôme de l'émergence d'une quatrième vague féministe?. **Reséaux**, [S. l.], v. 208, n. 2, p. 208-232 Disponível: https://www.researchgate.net/publication/325382762_L'essor_du_feminisme_en_ligne_Symptome_de_l'emergence_d'une_quatrieme_vague_feministe. Acesso em: 15 out. 2019.
- BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102, n. 1, p. 173-210, 2017.

BIROLI, Flávia. **Flávia Biroli**: mulheres, política e violência. [S. l.]: Fórum, 2016. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/noticias/flavia-biroli-mulheres-politica-e-violencia/>. Acesso em: 12 out. 2019.

BRASIL. **Tempos e Memórias**: movimento feminista no Brasil. Brasília, DF: SPM, 2010.

CARDOSO, Elizabeth da Penha. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES. **Mulheres trabalhadoras e suas lutas**. Brasília, DF: CNDM, 1986.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, n. 1, p. 171-188, 1. sem. 2002.

CUFF, Cecile. **Autour de La révolution féministe d'A. Koechlin**. [S. l.]: RP Dimanche, 2019. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Autour-de-La-revolution-feministe-d-A-Koechlin>. Acesso em: 05 jan. 2020.

D'ATRI, Andrea. **Faisons-nous face à une nouvelle vague féministe ?**. [S. l.]: Revolution Permanente, 2019. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Faisons-nous-face-a-une-nouvelle-vague-feministe-Par-Andrea-d-Atri> Acesso em: 25 out 2021.

DEL PRIORI, Mary. **Contradições do voto feminino**. [São Paulo]: Folha de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mary-del-priore/2016/09/1816663-contradicoes-do-voto-feminino.shtml>. Acesso em: 23 out. 2019.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DEL PRIORE, Mary. **Mulheres no Brasil Colonial**. São Paulo: Contexto, 2000.

DORLIN, Elsa. **Sexe, genre et sexualités**. Paris: PUF: Philosophies, 2008.

DORLIN, Elsa. Do uso epistemológico e político das categorias “sexo” e “raça” nos estudos de gênero. **Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 5, p. 254-271, maio/out. 2016.

FORTINO, Sabine. De filles en mères. La seconde vague du féminisme et la maternité. **Clio**: femmes, genre, histoire, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 1-18, 1997. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cli0/421>. Acesso em: 15 out. 2021.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Movimentos feministas. *In*: HIRATA, Helena *et al* (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n.1, p. 61-73, 2014.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista: pensamento feminista conceitos fundamentais. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018.

IPEA. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência?. **Cadernos Pagu**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 13-34, jul./dez. 2006.

LAMARÃO, Sérgio. **A Marcha da Família com Deus pela Liberdade**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2020.

LE GOFF, Jacques. **Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?**. Paris: Seuil, 2014.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. **Novos estudos**, São Paulo, v.87, n. 1, p. 77-95, jul. 2010.

MARCELINO, Giovanna. **As Sufragistas e a primeira onda do feminismo**. São Paulo: Movimento, 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/02/3801/>. Acesso em: 11 out. 2019.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **Corporificação e visões de mundo da política feminista e das mulheres na contemporaneidade**: diálogos, imagens e discursos sobre marchas de mulheres (2012–2017). 2018. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Schuma. **A segunda onda feminista no Brasil**. [S. l.: s. n.], [201-]. Disponível em: http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf. Acesso em: 7 out. 2019).

MICHELL, Jane. **Nouvelle Vague Féministe. L'histoire du féminisme nous a appris à compter les vagues. Depuis le début du XX° chaque génération ou presque a connu la sienne et chaque vague a produit ses icônes**. [S. l.]: RP Dimanche, 2018. Disponível em: <https://www.revolutionpermanente.fr/Nouvelle-Vague-Feministe>. Acesso em: 4 out. 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência Feminista dos anos 70**. Araraquara: UNESP, 1990. (Textos, n. 5).

MOTA, Keli Rocha Silva. Feminismo contemporâneo: como ativistas de São Paulo compreendem uma terceira onda do movimento no país. **Extraprensa**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 108-127, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/139729>. Acesso em: 15 out. 2021.

PAVARD, Bibia. Faire naître et mourir les vagues: comment s'écrit l'histoire des féminismes. **Intinéraires**, Paris, v. 11, n. 2, p. 1-18, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/itineraires/3787>. Acesso em: 15 out. 2021.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 14, supl. 1, p. 25-32, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csp/1998.v14suppl1/S25-S32/>. Acesso em: 3 set. 2019.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 445-456, 2010.

SANTOS. Luana Diana dos. Por um Feminismo Plural: escritos de Lélia Gonzalez no Jornal Mulherio. **Gênero na Amazônia**, Belém, v. 4, n. 1, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-4/artigos/artigo-10-luana-santos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. **Estudos Feministas**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-35, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. [S. l: s. n.], [200-]. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoe realidade/article/view/71721>Acesso em: 9 set. 2019.

THE CONVERSATION FRANCE ET PARTENAIRE. **Les armes numériques de la nouvelle vague féministe**. [S. l.]: The Conversation, 2018. Disponível em: <http://theconversation.com/les-armes-numeriques-de-la-nouvelle-vague-feministe-91512>. Acesso em: 15 out. 2021.

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DO DIREITO PARA COMPREENDER A TEMÁTICA DE GÊNERO

CONTRIBUTIONS OF THE SOCIOLOGY OF LAW TO UNDERSTAND THE GENDER ISSUE

Anna Christina Freire Barbosa¹

<https://orcid.org/0000-0001-5307-0828>

Lore Fortes²

<https://orcid.org/0000-0001-5784-4333>

RESUMO

O presente artigo analisa a discussão sobre a desigualdade de gênero que tem sido produzida pelo movimento feminista, ao apresentar, como argumento de legitimação, a necessidade de reconhecimento, tomando por base o fundamento dos direitos humanos e da produção de segurança jurídica. Tece considerações acerca do papel epistemológico da sociologia do direito e da desterritorialização de suas chaves teórico-metodológicas, para viabilizar a compreensão da gramática social em torno da percepção da atuação do sistema de justiça, diante do cenário de problemas postos pelo feminismo relativos à produção da democracia, ao seu alcance e à orientação do direito como campo de poder, expondo criticamente o caso da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) no Brasil.

Palavras-chave: Feminismo; Sociologia do Direito; ciência; Lei Maria da Penha.

RESUMEN

Este artículo analiza la discusión sobre la desigualdad de género que ha producido el movimiento feminista al presentar, como argumento de legitimación, la necesidad de reconocimiento, desde la base de los derechos humanos y la producción de seguridad jurídica. Hace consideraciones sobre el rol epistemológico de la sociología del derecho y la desterritorialización de sus claves teórico-metodológicas, para posibilitar la comprensión de la gramática social en torno a la percepción del desempeño del sistema de justicia, dado el escenario de problemas que plantea el feminismo en torno a la producción de la democracia, su alcance y la orientación del derecho como campo de poder, exponiendo críticamente el caso de la Ley Maria da Penha (Ley 11.340 / 2006) en Brasil.

Palabras llave: Feminismo; Sociología del Derecho; ciencias; Ley Maria da Penha.

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro/BA, Brasil.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil.

INTRODUÇÃO

A Sociologia do Direito é uma disciplina que tem como objeto o estudo das relações entre o campo do direito e a sociedade. Desse modo, analisa as implicações da produção efetiva do direito nas práticas sociais, bem como a posição do direito como ciência e regramento normativo sobre o conjunto da sociedade. Dessa maneira, busca a apreensão dos elementos de relevância que põem em contato o universo dogmático que tende ao direito positivo, com as dinâmicas sociais que, de um lado, produzem o direito como do desenvolvimento histórico de determinada sociedade (FREITAS; COSTA, 2013), a exemplo das tradições, dos costumes e das mobilizações sociais, e, de outro, os efeitos que são derivados do arcabouço teórico-metodológico do direito como ciência aplicada (LOPES, 1997; SILVA; RODRIGUEZ, 2013). Procura, portanto, compreender as mudanças na cultura jurídica, seja o direito reflexo ou causa de mudanças sociais (MADEIRA; ENGELMANN, 2013).

São várias as contribuições na trajetória de consolidação da disciplina, desde os teóricos clássicos, como os jusnaturalistas, passando pela formulação da necessidade de se considerar o direito vivo de Erlich (1986); a teoria da solidariedade social e a teoria da união indissolúvel entre sociedade e direito de Durkheim (1984) até à teoria weberiana a respeito da legitimação da ordem social por meio dos processos de dominação racional (WEBER, 2000) do Estado moderno. Ademais, é fundamental lembrar, ainda, o

papel da teoria desenvolvida por Gurvitch (2001) acerca do pluralismo jurídico, bem como a discussão levantada por Theodor Geiger (1891-1952) voltada à distinção entre o estudo sociológico do direito sob dois aspectos: o formal (norma promulgada) e o material (norma declarada no costume obrigatório sob a forma de tradição) (ROHRER, 1968; TREVES, 2004), dado o caráter dinâmico e processual das relações sociais, e a sua interpenetração com o modo de estabelecimento do direito.

No Brasil, a Sociologia do Direito ganhou expressão na década de 1980, com a corrente teórica do direito alternativo (CARDOSO; FANTI; MIOLA, 2013). Relevante também é a inclusão do papel da discussão epistemológica levantada pela corrente do pluralismo como concepção crítica possível do direito (SANTOS, 1999; WOLKMER, 2004; 2015). Especialmente pelo cenário de redemocratização propiciado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988, com forte mobilização social, momento em que o direito passou a ser objeto de disputa de diversos atores políticos.

Entretanto, para a análise do papel da ação coletiva de atores da sociedade civil, no âmbito do desenvolvimento de estratégias legais, é pertinente recorrer à utilização de outras chaves teóricas, a exemplo da Teoria do Processo Político, a qual se detém na análise institucional, entre as correntes teóricas recentes que se destacaram a partir dos anos 1990, a respeito da análise dos movimentos sociais e da sua influência no campo do direito e do Poder Judiciário.

Para subsidiar a compreensão da gramática social, em torno da percepção

da atuação do sistema de justiça, diante do cenário de problemas postos pelo feminismo relativos à produção da democracia, o presente trabalho expõe o caso da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Utiliza-se, entre outras propostas, da noção de oportunidades políticas e legais desenvolvidas por Tarrow (2009), de modo a permitir a compreensão da vinculação entre os movimentos sociais, o contexto histórico e os condicionantes do ambiente institucional.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DE DIREITOS

Com a centralização do poder pelos Estados nacionais, a partir do século XVII, vários episódios de mobilização ocorreram na Inglaterra, na França e na Alemanha, envolvendo o trabalho industrial e a reprodução cultural, momento histórico em que o movimento operário foi uma forma típica de conflito no processo de industrialização europeia (ENGELS, 2008; MARX; ENGELS, 2010; MARX, 2011). Mas, a partir do final do século XX, se configura um novo padrão macrossocial, com a diluição dos conflitos de trabalho e a perda de centralidade da indústria, trazendo consigo a desregulamentação, processo no qual os sujeitos passaram de classes a minorias excluídas (CASTELLS, 1999).

Necessidades materiais e simbólicas têm se apresentado em uma perspectiva de luta por reconhecimento (GOHN, 2012). No que tange à judicialização do conflito social, há uma transferência de expectativas

quanto à distribuição de riqueza e luta por reconhecimento social (HONNETH, 2009), o que provoca um aumento do espaço discricionário dos agentes do direito (leia-se: as instâncias decisórias do Poder Judiciário) (SORJ, 2004).

Por outro lado, na tentativa de minorar as oposições frente às desigualdades sociais, emergem atores na sociedade civil, tais como as ONGs e os organismos internacionais, visando consolidar práticas para afirmação da identidade via políticas sociais. Nesse sentido, Giddens (2002) aponta para novas dimensões institucionais, especialmente pela comunicação e consequente extensão da percepção e da partilha dos processos sociais em curso. São atores sociais das mais variadas posições: jovens, mulheres, estudantes, grupos étnicos, reivindicando a garantia, por parte do Estado, do direito de fruição a estilos de vida diversos.

Ao analisar o modo de funcionamento da dinâmica do Estado moderno, Marshall (1967) afirma que, quanto às relações existentes entre a cidadania e os direitos civis, estão imbricados três planos: o civil, o político e o social. É justamente nesses termos que se coloca o problema da esfera pública, na medida em que os indivíduos são tocados desigualmente nos planos aludidos (LIMA, 2004). Os elementos da igualdade presumida na ordem republicana, com destaque para a igualdade jurídica em particular, estão na dependência direta de um modelo jurídico-político que contemple a justificativa moral do contrato social.

A cidadania ativa é revelada pela realização de medidas prescritas e proscritas pelo aparato burocrático. Isso significa que

é exigida uma participação ativa do Estado, concretizada na intervenção pública e na prestação de serviços sociais, em que está inserida a tutela dos direitos humanos (BOBBIO, 2004).

Em que pese a diversidade de acepções possíveis (BOUDON; BOURRICAUD, 2001), os movimentos sociais expressam momentos de “crise” da sociedade e atuam como agentes com interferência no *status quo* vigente, e relativamente tanto a normas quanto a valores. Como fenômeno emergente, se caracterizam pela luta por direitos que necessitam de defesa ou conquista.

Desse modo, os movimentos sociais tocam em elementos de tensão de que se ressentem as pessoas no cotidiano, como reações e mobilizações, que se inserem na trama social como sintomas de um *status quo* vigente com maior ou menor intensidade em seus resultados. São formas de reinterpretação da dinâmica social que eclodem em situações de conflito com apelos à igualdade, à liberdade, à justiça e ao respeito a valores eleitos. Alain Touraine (1965; 1994; 2011), ao tratar do tema, coloca três princípios de análise em sua tipologia, quais sejam: a identidade, o adversário e o modelo social desejado pelo movimento. Por meio de estruturas de mobilização, com recursos formais como organizações civis, ou informais, como redes sociais, os grupos criam solidariedade e adquirem controle coletivo sobre os recursos necessários à sua atuação.

Dessa maneira, o exercício da cidadania se dá, fortemente, pela via da consolidação de discursos capazes de afirmar uma nova condição. Nesse sentido, os movimentos sociais contemporâneos

vão se amparar no discurso dos direitos humanos, que pode ser considerado como uma esfera de afirmação da incondicionalidade da igualdade (PEREIRA, 2009). É possível perceber a preocupação concernente aos *status* político e jurídico dos cidadãos como sujeitos cosmopolitas, aspecto da vida coletiva que se constitui, de modo cada vez mais acentuado, como objeto de reivindicação dos movimentos sociais (GOHN, 2011).

A legitimidade da ordem estabelecida passa a requerer novos elementos de conformação de dissensões tendo em vista a multiplicidade de interesses que são manifestados, nem sempre em posições de concordância, com o alargamento das possibilidades de subversões ao sentido de autoridade. Trata-se de atingir a crença no universalismo no processo histórico-político.

A antinomia entre liberdade individual e igualdade revela distância para com a ideologia comum globalizada (SANTOS, 2003), o que desperta, inevitavelmente, questionamentos sobre a forma de gestão dos desiguais e as possibilidades de manutenção dos laços de sociabilidade (SANTOS, 2011a; 2011b; GIDDENS, 2002).

Buscam-se firmar novas identidades em contextos marcados por relações de poder (CASTELLS, 1999), como forma de realinhamento de condições contingentes, seja para legitimá-las, seja para opor resistência, ou, ainda, para redefinir posições por meio de projetos de intervenção, com capilaridade em diversos segmentos da sociedade visando à transformação da sociedade e assim suplantar desigualdades, a exemplo do que ocorre com o movimento feminista.

Desde a questão do sufrágio até às medidas protetivas (ALMEIDA, 2007), em especial as demandas de uma política feminista que tem sido lançada a operar em espaços transnacionais, com um novo enquadramento para a questão da justiça de gênero (FRASER, 2001; 2007; 2009), tem sido buscada a internalização de uma concepção de Estado como ente protetivo (BLAY, 2008), o que fez com que, ao longo das quatro últimas décadas no Brasil, fossem criadas expectativas atinentes à efetivação de ações quanto à garantia da segurança jurídica nos espaços locais.

De acordo com as categorias propostas por Tarrow (2009), os movimentos sociais têm as suas ações vinculadas a contextos sociais e políticos em que se ampliam as oportunidades políticas, com o aparecimento de aliados e de vulnerabilidades dos oponentes. A seguir, vejamos como as categorias propostas por esse autor podem servir à compreensão da influência do movimento feminista na formulação da Lei Maria da Penha.

A NARRATIVA FEMINISTA PARA A PRODUÇÃO DO DIREITO

No cenário mundial, o processo de legitimação do discurso internacional, relativo aos argumentos propostos pelo movimento feminista, ganha fôlego no século XX, a partir de 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu pela primeira vez o Dia Internacional da Mulher, criando, assim, uma oportunidade para uma nova

racionalidade a partir de discussões mais amiúde sobre o tema. Na América Latina, o tema, a partir dos anos 1970, adquiriu contornos advindos de diferenças significativas e de trajetórias diversas entre os países da região.

Durante os anos 1970 e 1980, a segunda onda do feminismo emergiu a partir da resistência e da luta das mulheres contra o autoritarismo, a violência e as limitações para o exercício de cidadania plena relativas às liberdades civis no âmbito dos regimes militares. Grande parte do movimento feminista fora oriunda das organizações da oposição de esquerda e da luta contra o capitalismo e pela democracia, o que lhe permitiu desenvolver um olhar crítico acerca das estruturas de poder relativas ao lugar da mulher na sociedade, o que terminou por levar à rejeição de práticas androcêntricas, bem como à reflexão sobre a necessidade das transformações para a luta política.

Como afirma Vargas (2008), a tônica deste período é de insubordinação no sentido de articular a luta das mulheres com a luta de transformação geral da sociedade e da política. A partir de meados dos anos 1980 e nos anos 1990, muitos países latino-americanos passaram a transitar para governos democráticos. O clima da região nesse período foi marcado por forte pressão dos grupos sociais, incluindo o movimento de mulheres e feministas, por reformas constitucionais, por participação política e por transformações institucionais. No contexto internacional, as conferências mundiais da ONU, voltadas para temas sociais, passaram a influenciar as agendas governamentais dos países da região.

Aliando-se a esse processo, o Brasil, juntamente com os demais membros das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificou convenções, protocolos e planos de ação originados em diferentes eventos internacionais. Incluindo-se aí os relacionados ao tema “mulher”, entre eles, a Carta das Nações Unidas (1945), a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979), a Declaração de Viena (1993), a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993), a Convenção de Belém do Pará (1995), a Declaração de Beijing (1995) e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979). E ainda subscreveu o pacto com Estados-membros das Nações Unidas (2000), para consolidar as Metas do Milênio, assumindo em duas delas o empenho de promover a igualdade de gênero e de empoderar a mulher (terceira meta) e de melhorar a saúde materna (quinta meta).

Sobre esse processo, Ferreira (2007) aponta que conferências mundiais foram norteadoras para a unificação das propostas das mulheres em todo o mundo, e deram ao movimento feminista a clareza de que as desigualdades que atingem as mulheres não têm fronteiras. As agendas das conferências propunham, para todos os países, políticas públicas destinadas a assegurar a igualdade entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços do sistema de seguridade social, assim como equipamentos públicos com condições de alterar o conjunto dos serviços que circunscreviam as mulheres às dependências do lar.

No contexto de democracia participativa no Brasil (DAGNINO, 2000) – “ratificado” pela Constituição de 1988 –, os espaços institucionais de participação, de formulação e de representação de interesses estiveram associados à disponibilidade de informação para alimentar o debate e a participação política.

Nessa perspectiva, a história das lutas sociais do ativismo jurídico transnacional (SANTOS, 2007) pode ser interpretada como uma tendência a incrementar o exercício da cidadania por meio de ações para ampliar direitos, se situando histórica e politicamente. Levando-se em conta que a cidadania ativa está ancorada no pressuposto de uma prática política capaz de exigir o cumprimento de normas jurídicas preestabelecidas, portanto, de garantir segurança jurídica ao nomear as carências dos sujeitos de direitos e de formular novos direitos (FERNÁNDEZ; BARRIENTOS, 2000). A afirmação da incondicionalidade da igualdade, reforçada pelo aparato legal e institucional do Estado, busca a internalização da noção de segurança jurídica (GÜNTHER, 2009), presumida da sua capacidade protetiva do Estado.

Nesse sentido, os movimentos feministas empreenderam um amplo processo de interlocução frente ao Estado, a fim de que este atendesse às demandas sociais e às questões consideradas, até então, de âmbito da vida privada, culminando em 22 de setembro de 2006, com a promulgação da Lei 11.340/2006, após a repreensão do Brasil pela Organização dos Estados Americanos (OEA), por não implementar de fato a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. No Brasil, o aludido cenário

mundial influenciou na constituição da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e no Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, por meio do trabalho desenvolvido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

Em vigor desde então, a Lei Maria da Penha se propõe a dar cumprimento à Convenção para Prevenir, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher; à Convenção de Belém do Pará, da Organização dos Estados Americanos (OEA), ratificada pelo País em 1994; e à Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), da Organização das Nações Unidas (ONU). O texto foi fruto de discussões que tomaram por base proposta elaborada por um conjunto de ONGs (Advocacy, Agende, Cepia, Cfemea, Cladem/IPÊ e Themis), tendo sido reformulada por um grupo de trabalho interministerial, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), e enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional. Foram realizadas audiências públicas em assembleias legislativas das cinco regiões do país, ao longo de 2005, audiências que contaram com a participação de entidades da sociedade civil, de parlamentares e da SPM.

Dessa forma, além de uma pressão política e jurídica internacional, a Lei Maria da Penha foi sancionada no contexto de reivindicações dos movimentos de mulheres no Brasil (PRÁ; EPPING, 2012). As demandas por reconhecimento e por redistribuição, no tocante aos direitos de gênero, provocaram debates a partir de espaços transnacionais, que terminaram por culminar com a construção de planos

e de programas por parte do governo, tanto no plano federal, quanto nos planos estaduais e municipais. Nesse cenário, os diversos discursos foram constituídos, especialmente, em torno da defesa contra a violência de gênero, tendo sido criados instrumentos legais e institucionais voltados para o reenquadramento do papel institucional do Estado, tais como o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres.

Ao se observar a trajetória do movimento feminista até a obtenção da promulgação da Lei Maria da Penha, de acordo com a Teoria do Processo Político, existiu uma relação adaptativa e dinâmica entre a ação coletiva e o Estado. No decurso das relações entre o movimento feminista e os condicionantes políticos-institucionais, foram criadas oportunidades políticas (TARROW, 2009), com adoção da estratégia o desgaste do Estado brasileiro no ambiente internacional e a sua potencial influência no governo do Partido dos Trabalhadores, quando do final do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nesse sentido, foram determinadas alianças para estabelecer litigância junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), tanto do ponto de vista interno, quanto externo, aos movimentos como o Centro de Justiça Internacional e o Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM). A reprimenda decorrente desse processo foi o que

propiciou o ambiente político interno para a campanha de mobilização necessária à criação da Lei Maria da Penha.

Conforme Tarrow afirmou, é necessário que os desafiantes à determinada ordem social “empreguem repertórios de confrontos conhecidos, enquadrem as suas mensagens de forma dinâmica e tenham acesso ou construam estruturas de mobilização unificadoras” (TARROW, 2009, p. 99). E é justamente essa uma das mais importantes características da ação do movimento feminista brasileiro para a aprovação de legislação específica em matéria de violência doméstica e familiar. Isso permitiu a criação de novos tipos penais, arranjos institucionais e instauração de políticas públicas de assistência, como é possível verificar, tanto no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, quanto no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres.

Nesse cenário, ficou evidenciado, por um lado, o uso dos tribunais internacionais como elemento de pressão ao Estado nacional, ao exercer influência sobre a sua capacidade decisória, a sua soberania e, por outro, a utilização do direito como motor de mudança social (MACIEL, 2011). Assim, o problema da violência doméstica rompeu a esfera do ambiente privado e a mulher passou da condição de vítima à condição de protagonista, o que gerou um novo alinhamento pelo exercício de um poder marginal por parte do movimento feminista.

A partir da campanha de mobilização, foi elaborado um novo quadro interpretativo para o papel do Poder Judiciário, com base na *expertise* do movimento feminista no sentido de propiciar o acesso

aos ambientes políticos formais, tanto no plano nacional, quanto no internacional, este último com influência significativa na lógica da dominação (WEBER, 2000), para as questões de gênero. No confronto transnacional, com a focalização na questão da violência doméstica, foi estabelecida uma rede de desafiantes organizados que lograram estabelecer uma agenda própria, acesso às políticas públicas e ao Poder Judiciário.

A ANTIPOLÍTICA DE GÊNERO NO GOVERNO BOLSONARO

Desde o período eleitoral, o tema Gênero e Sexualidade tem chamado a atenção pelas declarações do então candidato a presidente, Jair Bolsonaro. Declarações sobre a questão salarial de gênero; manifestação contrária à conciliação da vida familiar e do trabalho (LIMA, 2015), posições claramente colocadas contra o aborto e até mesmo propondo pena privativa para mulheres que o consumassem. Além disso, em diversas manifestações de palanque, o então candidato a presidente tratou com desprezo e ironia as questões raciais e com ódio à população LGBTQIA+ (CUNHA, 2020). O discurso bolsonarista passou a contradizer todos os documentos internacionais de direitos humanos e de igualdade de gênero, e que, a partir de 2019, com o início do Governo Bolsonaro, não ficou apenas no discurso, mas sim passou a ser chamado de *ideologia de gênero*, interferindo em diversas instituições por meio de uma linguagem. Tal

ideologia é representada por esse discurso, que geralmente acaba por reproduzir preconceitos, estereótipos ou representações negativas (SANTANDER, 2011).

Com base nesse discurso de questionamento da “ideologia de gênero”, inicia-se um projeto político que se fundamenta uma nova prática de governo. Nesse contexto, baseia-se na atuação da Ministra Damares Alves, responsável pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, assim como na mudança de políticas educacionais. Dessa forma, muda radicalmente a apresentação da realidade das mulheres em relação a dados de violência, bem como das pessoas LGBTQIA+, especialmente da população trans no Brasil.

A concepção de gênero era representada, anteriormente, como relação existente entre sexo, gênero e desejo sexual, seguindo uma lógica existente e pré-determinada, na qual o corpo e as características sexuais estão de acordo com uma identidade de gênero e seguindo o seu desejo sexual (BENTO, 2008). Comparada essa concepção de Berenice Bento com a ideologia de gênero do período Bolsonaro, constata-se que, se Bento leva em consideração a orientação sexual baseada no desejo, a ideologia de gênero, apresentada por esse governo, considera o corpo de acordo com a biologia, de modo a só reconhecer sujeitos homens e mulheres (masculino e feminino). Consequentemente, a ideologia bolsonarista fundamenta e dá lugar à transfobia, produzindo e legitimando a violência contra a população LGBTQIA+, trazendo à baila o debate sobre tratamentos de reorientação sexual ou de terapias

de reconversão de gênero, e, por meio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, pretendendo até mesmo modificar normas do Conselho Federal de Psicologia (PUTTI, 2019).

O termo “serviços de saúde sexual e reprodutiva” é questionado porque é associado à luta pró-aborto. O aborto é ilegal e passa a não estar sujeito a penas em casos específicos, e, conseqüentemente, as políticas de saúde sexual e reprodutiva desenvolvidas no Brasil são realocadas ao panorama legal estabelecido.

[...] a Nova Direita rotulou sua resistência aos recém adquiridos direitos de reprodução das mulheres como ‘luta pela vida’; sua posição à recém-conquistada liberdade sexual das mulheres passou a ser chamada de “pró-castidade”; e sua hostilidade à entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho tornou-se ‘pró-maternidade’. Finalmente a Nova Direita criou um nome para si mesma [...] ‘pró-família’ (FALUDI, 2001, p. 245-246).

Essa nova política procura culpar o próprio movimento feminista pela emancipação das mulheres e coloca o empoderamento destas com viés negativo. Dessa forma, essa política legitima um antifeminismo (AGUIAR; PEREIRA, 2019).

Até na política internacional essa nova orientação política conservadora influenciou no Itamaraty, orientando diplomatas a considerar gênero apenas como sexo biológico. “O entendimento do governo brasileiro de que a palavra gênero significa o sexo biológico: feminino ou masculino”, completando “você não tem mais nação, onde você não tem mais

família, onde você não tem mais homem e mulher” (ITAMARATY..., 2019).

Portanto, pode-se concluir que a “ideologia de gênero”, nos discursos adotados pelo governo Bolsonaro, colocou em questão tudo o que pretenda assumir uma postura contrária aos desequilíbrios de gênero, à homofobia, à lesbofobia e à bifobia, e tudo que tem a intenção de assegurar a dignidade de pessoas transsexuais. Dessa forma, se coloca contrária ao debate sobre gênero e sexualidade e à educação da população, prática social fundamentada no respeito entre sujeitos (CUNHA, 2020).

Nesse contexto, a importância da família é ressaltada em uma visão de promoção e de proteção dos direitos humanos, manifestando a necessidade de um ambiente familiar saudável, de modo a garantir a segurança de mulheres e de crianças e contra a violência e a discriminação (CUNHA, 2020).

Em contradição, estão as estatísticas sobre abuso e agressão sexuais na constelação familiar, em que 70% dos casos ocorrem no seio das famílias e:

[...] em que 39,8% dos autores possuem algum vínculo familiar com a vítima e que 51,9% das meninas vítimas dessas violências têm entre 1 e 5 anos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018); igualmente, poderia citar o aumento nos últimos anos do número de feminicídios provocados por armas de fogo e dentro das residências (IPEA, 2019) (CUNHA, 2020, p. 53).

Essa é a contradição entre a realidade revelada pelas estatísticas e o discurso e a orientação de políticas sociais do governo. A política de armas do governo Bolsonaro

tem flexibilizado e ampliado o porte de armas e a compra de munições e, dessa forma, possibilita o aumento de pessoas portando arma de fogo e colocando as mulheres em situação mais vulnerável, o que fica constatado pelas informações do Atlas de Violência (IPEA, 2019).

Ao se observar os mecanismos de funcionamento das dinâmicas sociais que dão amparo ao discurso que legitima a ordem social à estrutura jurídica, o direito produzido está em relação com o que é vivido. As dissensões e lutas no campo político demonstram a diversidade de possibilidades para a construção de direitos, tanto no plano social quanto no normativo. Nesse sentido, ainda permanece útil a proposição metodológica de categorização sociológica do direito vivo elaborada por Erlich (1986), em contraposição à posição normativista de Hans Kelsen (KONZEN; BORDINI, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas políticas travadas pelos movimentos sociais são eivadas de disposições que vão se colocar como correntes de pressão voltadas a influenciar o “espírito do Estado”. São tentativas de mudar a interpretação oficial do Estado por meio dos mecanismos políticos, melhor dizendo, oficializar um novo discurso oficial, como tem ocorrido desde a década de 1960, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, que têm se deparado com grandes movimentos de mobilização de massa motivados por etnia (luta pelos

direitos civis), gênero (feminismo) e estilo de vida (ecologia e contra a globalização).

A relação com o direito como campo de regulação social é ambígua, pois, ora os movimentos sociais estão à margem, ora utilizam o direito para promover os seus interesses, influenciando as tendências de interpretação no plano institucional e, dessa forma, conseguindo avançar nos objetivos do movimento feminista. Tratam de criar, assim, oportunidades políticas e legais, por meio de incentivos ou de constrangimentos no ambiente político-jurídico, no qual ocorrem as demandas por justiça social, buscando alterar em seu favor a disposição dos atores institucionais. O caso da Lei Maria da Penha demonstra como a formação de alianças estratégicas para a atuação em um ambiente favorável pode viabilizar a readequação do quadro interpretativo dos atores políticos e dos institucionais e, desse modo, alterar a sua configuração.

Concluindo, apesar de não ser possível identificar claramente um conceito delimitado de “ideologia de gênero”, essa expressão é constantemente usada no discurso bolsonarista, e se pode constatar que suas táticas têm gerado desigualdades sexuais, legitimando a atuação governamental e deixando as discriminações de gênero em um plano secundário. No campo político, tem como principal intenção desmobilizar pautas e movimentos articulados de grupos estruturados em torno da temática de gênero.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, B. S. de. O Feminismo do Brasil: reflexões. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019.
- AGUIAR, B. S. de; PEREIRA, M. R. O antifeminismo como backlash dos discursos do governo Bolsonaro. Agenda política. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019.
- ALMEIDA, S. S. (org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- BENTO, B. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- BLAY, E. Mulheres, movimentos sociais, partidos políticos e estado. *In*: COSTA, A. A. A. **Teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.
- BLAY, E. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003.
- BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário Crítico de Sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.
- BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: alto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 13 ago. 2014.
- CARDOSO, E.; FANTI, F.; MIOLA, I. **Advocacia de interesse público no Brasil: a atuação das entidades de defesa de direitos da sociedade civil e sua interação com os órgãos de litígio do Estado**. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Reforma do Judiciário, 2013.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CUNHA, L. L. N. La antipolítica de género en el gobierno de Bolsonaro y sus dinámicas de violencia. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 7, n. 14, p. 49, set. 2020. Ediciones Universidad de Salamanca. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14201/reb20207144961.16>. Acesso em: 21 maio 2021.

DAGNINO, E. Em que Estado está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com “perspectiva de gênero”. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L.; NOBRE, M. (org.). **Gênero nas Políticas Públicas**: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista. São Paulo: SOF, 2000.

DURKHEIM, E. **A divisão do trabalho social**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

EHRlich, E. **Fundamentos da Sociologia do Direito**. Tradução René Ernani Gertz. Brasília: UNB, 1986.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

FALUDI, S. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FERNÁNDEZ, P. P.; BARRIENTOS, A. V. **Democratization de la Gestion Municipal Y Ciudadania de las Mujeres**: sistematización de experiências inovadoras – informe final. Chile: Biblioteca de Ideas. Instituto Internacional de Governabilidad, 2000. Paper n. 22. Disponível em: <http://www.iigov.org>. Acesso em: 6 maio 2020.

FERREIRA, M. **As Caetanas vão à luta**: feminismo e políticas públicas no Maranhão. São Luís: EDUFMA; Grupo de Mulheres da Ilha, 2007.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? In: SOUZA, J. **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria contemporânea hoje. Brasília: UNB, 2001.

FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. **Lua Nova**, São Paulo, v. 77, p. 11-39, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n77/a01n7.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2012.

FREITAS, A. C. V. de.; COSTA, E. S. O direito moderno sob a ótica dos clássicos da sociologia: análises e questionamentos. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 69, p. 639-653, set./dez. 2013.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 2002.

GOHN, M. da G. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOHN, M. da G. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GÜNTHER, K. Os cidadãos mundiais entre a liberdade e a segurança. **Novos estudos CEBRAP**, n. 83. p. 11-25, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 18 jul. 2012.

GURVITCH, G. Elementos de Sociología Jurídica. **Editorial Comares**, abr. 2001. (Colección: Crítica del Derecho - Arte del Derecho, n. 10).

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Ed. 34, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

ITAMARATY orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 26 jun. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e- apenas-sexo-biologico.shtml>. Acesso em: 31 maio 2021.

KONZEN, L. P.; BORDINI, H. S. Sociologia do direito contra dogmática: revisitando o debate Ehrlich-Kelsen. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 1. Jan./mar. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2018/35106>. Acesso em: 21 jun. 2021.

LIMA, R. K de. Direitos civis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré-republicana? **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, mar. 2004.

LIMA, V. Jair Bolsonaro diz que mulher deve ganhar salário menor porque engravida. **Revista Crescer**, fev. 2015. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Familia/Maes-e-Trabalho/noticia/2015/02/jair-bolsonaro-diz-que-mulher-deve-ganhar-salario-menor-porque-engravida.html>. Acesso em: 06 jun. 2012.

LOPES, J. R. de L. **Direito e transformação social**. Belo Horizonte: Nova Alvorada, 1997.

MACIEL, D. A. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas. O caso da Campanha da Lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, out. 2011.

MADEIRA, L. M.; ENGELMANN, F. Estudos sociojurídicos: apontamentos sobre teorias e temáticas de pesquisa em sociologia jurídica no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 182-209, jan./abr. 2013.

MARSHALL, T.H. **Classe, cidadania e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K; ENGELS, F. **Luta de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**, v.49, n. 27, jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World Conference on Human Rights**. Vienna Declaration and Programme of Action. Vienna, p. 14-25, jun. 1993. Disponível em: www.onu.org. Acesso em: 06 jun. 2012.

PEREIRA, B. M. Cidadania *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

PEREIRA, M. R. O Feminismo do Brasil: reflexões. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos**. São Carlos, v. 7, n. 3, p. 8-35, 2019.

PRÁ, J.; EPPING, L. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 344, jan./abr. 2012.

PUTTI, A. Damares recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT. **Carta Capital**. ago. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-recebe-grupo-de-ex-gays-e-psicologos-que-defendem-a-cura-lgbt/>. Acesso em: 06 jun. 2012.

ROHRER, E. La Sociologie de Theodor Geiger. **L'Année sociologique** (1940/1948-), Troisième série, Paris, v. 19, p. 101-131, 1968. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27887386>. Acesso em: 24 ago. 2014.

SANTANDER, P. Por qué y cómo hacer análisis de discurso. **Cinta Moebio**, n. 41, p. 207-224, 2011.

SANTOS, B. de S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política. São Paulo: Cortez, 2011a.

SANTOS, B. de S. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011b.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1999.

- SANTOS, C. M. Ativismo jurídico transnacional e o Estado: reflexões sobre os casos apresentados contra o Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Sur - Revista Internacional De Direitos Humanos**, ano 4, n. 7, 2007. Disponível em: http://www.surjournal.org/conteudos/getArtigo7.php?artigo=7,port,artigo_santos.htm. Acesso em: 14 set. 2014.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, F. G.; RODRIGUEZ, J. R. **Manual de sociologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- SORJ, B. **A democracia inesperada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- TOURAINÉ, A. **Qu'est-ce que la démocratie?** Paris: Fayard, 1994.
- TOURAINÉ, A. **Sociologie de l'action**. Paris: Seuil, 1965.
- TREVES, R. **Sociologia do Direito**. Barueri-SP: Manole, 2004.
- VARGAS, V. **Feminismos en América Latina**: Su aporte a la política y a la democracia. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Colección Transformación Global, 2008.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- WOLKMER, A. C. **Ideologia, estado e direito**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- WOLKMER, A. C. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CADEIAS REPRODUTIVAS DO TRABALHO¹

WORK REPRODUCTIVE CHAINS

Heloisa de Sousa²

<https://orcid.org/0000-0002-6522-1360>

Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes³

<https://orcid.org/0000-0003-2857-1502>

RESUMO

Neste artigo analisamos as configurações do trabalho doméstico e de cuidados na vida de uma mulher, moradora da cidade de João Pessoa, a partir da história de vida e observação direta de seu cotidiano e também de revisão bibliográfica e documental. Essa análise é baseada em parte dos resultados da pesquisa de doutorado *Trabalho Doméstico não-remunerado: rupturas, continuidades e adaptações do trabalho doméstico e de cuidados*. Utilizamos a abordagem interseccional como balizadora analítica dos dados obtidos. Por fim, encontramos a existência das cadeias reprodutivas de trabalho, uma rede complexa de trabalho invisível entre as mulheres, que expropria o tempo das mulheres, gera sobrecarga, e provoca o apagamento do fato histórico e geracional relacionado ao trabalho reprodutivo, como um trabalho das mulheres.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico não Remunerado; Divisão Sexual do Trabalho; Trabalho Doméstico e de Cuidados; Mulheres; Cadeias Reprodutivas de Trabalho.

ABSTRACT

In this article we analyze the configurations of domestic work and care work in the life of a woman who lives in João Pessoa, based on her life story and direct observation of her daily life, as well as a bibliographical and documental review. This analysis is based in part on the results of the doctoral research *Unpaid Domestic Labour: disruptions, continuities and adaptations of domestic and care work*. We use the intersectional approach as an analytical guide for the data obtained. Finally, we find the existence of reproductive work chains, a complex network of invisible work among women, which expropriates women's time, generates overcharge, and causes the erasure of the historical and generational fact related to reproductive work, as a work of women.

Keywords: Unpaid Domestic Labour; Sexual Division of labour; Housework and care work; Women; Reproductive work chains.

¹ Parte dos resultados de conclusão da tese de doutorado - Trabalho Doméstico não-remunerado: rupturas, continuidades e adaptações do trabalho doméstico e de cuidados (PPGCS/UFRN).

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: heloisadesousa@hotmail.com.

³ Prof. Dra. Ivaldinete de Araújo Delmiro Gémes - (Universidade Estadual Vale do Acaraú/UVA). Email: ivaldenetedelmiro@gmail.com.

1. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

O debate sobre a igualdade dos sexos é muito mais antigo do que podemos imaginar. Desde as lutas anticoloniais e antiescavidão, as mulheres lutam por igualdade na América Latina. Nem sempre existe consenso a esse respeito, nem registros históricos dessa participação, mas existe concordância que a Revolução Francesa marcou o início do movimento organizado de mulheres. A partir de 1850, mulheres reivindicavam igualdade e direitos ao voto, ao divórcio, a estudar e a exercer determinadas profissões.

Para evidenciar que a questão do trabalho doméstico não é um tema novo, precisamos voltar um pouco no tempo e trazer a época e as condições em que nasce esse debate. Alexandra Kollontai, em plena Revolução Russa (1917), levanta a questão da emancipação da mulher, como mãe e mulher, para que haja a construção de uma nova sociedade, precisando, para isso, a reconstrução de uma nova moral sexual, que não fosse guiada pela moral burguesa, a qual impunha o casamento e a sagrada família como o único caminho para as mulheres. Para Kollontai, a luta pela superação da propriedade privada deveria coincidir com a luta pela igualdade entre homens e mulheres e com o amor livre. August Bebel, no livro *A mulher e o socialismo*, de 1879, também sistematizou sobre essa questão, do direito das mulheres ao trabalho e a crítica ao trabalho doméstico e à família, apontando a necessidade de liberar as mulheres dessas funções e de socializar essas tarefas com o Estado, no entanto, sem responsabilizar os homens para isso.

A participação ativa das mulheres nos processos de greves iniciadas na última década do século XIX, até os anos 1920, em várias regiões como Estados Unidos, Brasil e Europa, demonstrava a afirmação das mulheres como sujeitos políticos e como trabalhadoras, e o feminismo como corrente teórica e prática. Esse movimento que cumpriu com o papel de questionar as relações de opressão a que as mulheres eram submetidas e apresentar novas propostas de autonomia, liberdade, autodeterminação e emancipação humana para a sociedade.

O resultado da organização das mulheres foi a conquista de vários direitos ao longo do século XX, que se deu de forma desigual, a depender do contexto de cada país, e a instituição do 8 de março, como Dia Internacional da Mulher, resultado da história de lutas das grevistas e socialistas. Após esse período, houve a ascensão do fascismo e nazismo, o que causou um refluxo nas lutas feministas, tendo grande número de mulheres, durante o período da Segunda Guerra Mundial, assumindo a força de trabalho nas fábricas de armamentos e outros setores, no lugar da masculina.

O debate do trabalho doméstico ressurgiu a partir da segunda onda do feminismo, por volta da década de 1960, quando várias mulheres profissionais e de classe média, na Europa e nos Estados Unidos, trazem à tona a necessidade de ter um movimento autônomo de mulheres, de haver o reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos e de elaborar teorias feministas que questionassem as relações de poder construídas entre homens e mulheres e a produção de teorias baseadas unicamente na experiência masculina

como universal. É nesse período que surgem os estudos feministas para denominar as relações sociais de sexo, advindos inicialmente da França por volta dos anos 1970. Esses trabalhos davam conta de analisar a hierarquia entre os sexos que se articulam às categorias de classe e raça para analisar as relações sociais desiguais entre mulheres e homens.

A organização do movimento feminista serviu, segundo Hirata (2002, p. 596), “de base na França às primeiras aparições do termo “divisão sexual do trabalho” tinha uma ambição maior que denunciar desigualdades: sob o impulso do movimento feminista, tratava-se nem mais nem menos de repensar o ‘trabalho’”.

A divisão sexual do trabalho passou a ser evidenciada, nesses termos, com os estudos feministas na área da Sociologia do Trabalho. A partir deles, foi possível compreender e dar luz ao fato de que a classe trabalhadora tem dois sexos, conforme afirmou Elisabeth Souza-Lobo (2011).

O conceito de trabalho levado em consideração, até então, não abarcava o trabalho das mulheres (ARAÚJO, 2005). As teóricas da divisão sexual do trabalho provocaram a redefinição do conceito de trabalho ao ampliar o debate para as esferas da produção e reprodução.

Nesse percurso de diálogos, o movimento feminista contribuiu para alargar o conceito de trabalho e forçar as adaptações teóricas necessárias para entender a nova realidade que se revelava.

Como afirma Hirata e Kergoat (2007, p. 597), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho que decorre das relações sociais de sexo; esta forma é modulada historicamente

e socialmente”. No entanto, há desigualdades nessa divisão, tanto em relação ao trabalho produtivo como ao doméstico.

Ocorre a hierarquização e valoração de cada um desses trabalhos, sendo o trabalho doméstico majoritariamente desenvolvido pelas mulheres, o qual foi desvalorizado e invisibilizado. No entanto, sem ele seria impossível a realização do trabalho assalariado. No caso brasileiro, existe uma dimensão racial no desempenho das relações de trabalho que não pode ser desconsiderada, já que o trabalho escravo foi fortemente empregado no país, atribuindo papéis desiguais e racializados na esfera do trabalho produtivo e reprodutivo.

Assim, dividiram-se as esferas de produção da reprodução, destinando o trabalho de reprodução social às mulheres, que envolve um amplo leque de tarefas no mundo doméstico, e o trabalho remunerado, na vida produtiva, para os homens. Foi nessa separação que o cuidado de crianças, doentes e idosos, a limpeza da casa, a feitura dos alimentos, as compras, as atividades de lavar e passar roupas e muitos outros serviços domésticos tornaram-se meramente de responsabilidade familiar, sendo realizados principalmente pelas mulheres sem remuneração (BARCELOS, 2011).

Segundo Kergoat (2002), a divisão sexual do trabalho surge simultaneamente ao capitalismo e não seria possível a organização do trabalho assalariado sem a existência do trabalho doméstico. Ainda que existisse divisão de papéis entre os gêneros anteriormente ao surgimento do sistema capitalista, é com o surgimento do capitalismo que, pela primeira vez, ocorre a separação da esfera produtiva e reprodutiva.

É a esse trabalho que há pouco tempo nem mesmo era considerado trabalho a que estamos nos dedicando. As pesquisas sobre o trabalho feminino tomaram um outro rumo quando a articulação entre o espaço produtivo e o reprodutivo foi descoberto. Até então prevalecia a noção de que o trabalho doméstico seria um dote natural das mulheres ao casamento (SORJ, 2004). É nessa relação de trabalho constituída entre as duas esferas que queremos fazer falar, pois uma pergunta vem à tona: como as mulheres se inseriram no mercado de trabalho, continuam a ser as grandes responsáveis por todo o trabalho doméstico não remunerado, sem amparo e apoio público e conseguem organizar essa dinâmica?

No Brasil, há uma ausência de políticas voltadas aos cuidados, e pela história de escravidão que marcou o país, as mulheres negras, que são as mais pobres, assumem a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados (GONZÁLEZ, 1983; SORJ, 2013; ENGEL; PEREIRA, 2015). É a racialização do trabalho reprodutivo no país.

As mulheres negras assumem a maioria do trabalho doméstico remunerado, trabalho este regulamentado apenas em 2015 pelas leis trabalhistas. Portanto, ao pensar no Brasil, há que se constatar a evidência histórica de que, ao adentrarem o mercado de trabalho, as mulheres brancas brasileiras já contavam com a força de trabalho precarizada e vulnerável das mulheres negras, que sempre trabalharam no Brasil desde sua diáspora. Há a racialização do trabalho doméstico brasileiro e a inexistência de políticas públicas que ofertem serviços de apoio para diminuir o conflito entre trabalho e vida familiar.

Quando uma mulher contrata uma outra mulher para desempenhar trabalho doméstico, ela está transferindo o trabalho dela para outra. E a empregada doméstica também tem seu próprio trabalho doméstico a desempenhar. É também essa trama que estamos perseguindo, independentemente de ser pago ou não. Como as mulheres resolvem esse imbróglio? Quem tem condições financeiras, paga, e quem não tem como faz?

A ausência desses serviços resulta na sobrecarga de trabalho para as mulheres e na radical desigualdade para as mulheres pobres, que não dispõem, muitas vezes, de recursos financeiros para delegar os cuidados a outras mulheres, e nem podem contar com o Estado nesse sentido, pois esse também não oferece serviços públicos capazes de incidir nessa sobrecarga. A superexploração e a sobrecarga são os resultados mais palpáveis dessas assimetrias. Assim, a divisão sexual do trabalho no Brasil deve ser tratada para além do isolamento de uma das categorias em questão (raça, gênero, classe), ou seja, a partir de uma abordagem interseccional.

2. TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

O conceito de divisão sexual do trabalho foi empregado e é aceito dentro do campo de estudos das Ciências Sociais. Ele vem da escola feminista francesa, no entanto, uma série de outros conceitos são utilizados, o do trabalho doméstico e dos cuidados. Este requer uma atenção

especial, isto porque ele pode ser desempenhado, com ou sem remuneração, e engloba uma série de atividades necessárias a serem delimitadas. A vertente ligada à corrente dos cuidados ou *care* está ligada à escola inglesa. O que seria então esse trabalho de cuidados? Os estudos ligados ao *care* também nascem da especialização do trabalho de cuidados com doentes e de empresas que surgem na área da saúde e da enfermagem responsáveis por atender doentes e idosos em seus próprios lares, o trabalho de *home care*. Trabalho este fortalecido num contexto de estado mínimo e política neoliberal. No entanto, adensam a essa vertente os trabalhos domésticos de cuidados com a casa, as crianças e os alimentos, já que, ao adentrarem os lares, os serviços de cuidado se deparam com uma série de outros trabalhos necessários para que o cuidado aconteça.

O entendimento, a partir de várias pesquisas, denotam o trabalho de cuidados como aqueles exercidos por cuidadores formais e informais. Os cuidadores formais são aqueles que possuem vínculos contratuais, mediante remuneração. Já os cuidadores informais são geralmente um membro da família, em sua grande maioria mulheres, que são as “escolhidas” por ter maior intimidade e habilidade para cuidar do outro e por ter maior disponibilidade de tempo. O aumento do número de cuidadoras e cuidadores está fortemente relacionado à precarização do trabalho, segundo Hirata e Guimarães (2012), e à migração do Sul para o Norte.

No Brasil, o *care* ou o cuidar tem significados difusos como cuidar da casa, cuidar das crianças, cuidar do marido e

dos pais. Além disso, está ligado a tarefas exercidas por mulheres ou pessoas submissas dentro da família, tendo sido elas, inicialmente, desempenhadas pelos negros e negras escravizadas e, posteriormente, por mulheres, em sua maioria negras e pardas.

Nessa perspectiva do cuidado, ligado às funções desempenhadas sem remuneração, ficam mais nítidas as malhas a que se ligam tal situação, sendo um trabalho calcado nas relações sociais de sexo. No entanto, quando passamos a analisar o desempenho do trabalho de cuidados com remuneração, temos que complexificar a leitura, pois estamos necessariamente analisando as categorias das relações sociais de sexo, classe e raça.

O trabalho doméstico e de cuidados, como me refiro nesta pesquisa, será abordado de tal maneira porque, no caso brasileiro, o trabalho de cuidados a alguém nunca se restringe apenas ao cuidado do outro, sempre se desdobra em outras tarefas que vão além do cuidado com a saúde. O trabalho doméstico, parte fundamental da divisão sexual do trabalho e que tem como as principais executoras as mulheres, seria constituído por toda a outra parte de trabalhos que não fosse cuidar dos outros, como tarefas de lavar, comprar, administrar, organizar, limpar, etc. No entanto, no Brasil, na maioria dos casos, o desempenho dessas funções se dá de forma combinada, independentemente de ser pessoa da família ou não.

No Brasil, a conciliação entre trabalho e responsabilidade com os filhos pequenos ainda continua, em sua maioria, com as mulheres. Aquelas que possuem condições financeiras delegam

a outras mulheres essa tarefa, de forma remunerada, e as que não têm condições recorrem a ajuda das mulheres da família.

A disparidade das políticas sociais brasileiras que dão conta de incidir sobre as desigualdades de gênero na execução do trabalho doméstico e de cuidados leva a um quadro de conciliação de trabalho para as mulheres, que significa na prática acúmulo. Hirata e Kergoat (2007) abordam essa questão no artigo *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*:

A questão não era simplesmente somar trabalho profissional e trabalho doméstico. Para ser mais precisa: ao fazer essa soma, logo nos demos conta de que as costuras do paletó 'trabalho', feito sob medida por e para as crenças economicistas, cediam facilmente nas cavas. Assim, pouco a pouco, caminhamos para uma definição não mais centrada na valorização do capital, e sim naquilo que alguns chamaram de 'produção do viver' (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 596).

Portanto, os estudos da divisão sexual do trabalho precisam ir além de apenas constatar as desigualdades mais do que provadas entre homens e mulheres na produção do viver, precisam questionar o porquê dessa permanência nas mãos das mulheres. Desse modo, é possível constatar também que a conciliação do trabalho doméstico e de cuidados com o trabalho produtivo não resolve a problemática, nem a delegação desses trabalhos a outras pessoas, pois estas são mulheres, permanecendo assim a mesma estrutura da divisão sexual do trabalho.

3. DADOS SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Segundo o relatório *Mulheres no trabalho: tendências 2016* da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as mulheres continuam a enfrentar obstáculos significativos ao longo de sua vida profissional e que desde 1995, durante a Conferência Mundial sobre as Mulheres, até 2016 a “desigualdade entre homens e mulheres persiste nos mercados de trabalho globais, em relação às oportunidades, ao tratamento e aos resultados”.

Ainda segundo esse relatório, apesar da significativa melhoria nos níveis de educação das mulheres, isso não se traduz em uma melhoria na situação do trabalho. Além disso, em comparação com os homens, elas têm mais probabilidades de permanecerem ou ficarem desempregadas e, quando conseguem empregos, muitas vezes têm que aceitar os de qualidade inferior. E o relatório diz mais: “A desigual distribuição de cuidados não remunerados e das tarefas domésticas entre homens e mulheres entre as famílias e a sociedade é um fator determinante das desigualdades entre homens e mulheres no trabalho” (OIT, 2016, p. 3).

A OIT afirma que, em 2015, a disparidade de gênero na taxa de emprego atingiu 25,5 pontos percentuais em prejuízo das mulheres, apenas 0,6 pontos menos do que em 1995 e que o percentual de oportunidades de participação das mulheres no mercado de trabalho no mundo permanece quase 27 pontos abaixo das oportunidades dos homens.

Esses dados demonstram a situação de desigualdades a que as mulheres estão submetidas, as quais precisam trabalhar mais de forma não-remunerada, o que aumenta significativamente a pobreza feminina. Em todo o mundo, as mulheres representam menos de 40% do emprego total, mas constituem 57% das pessoas que trabalham a tempo parcial, o que revela a intermitência do trabalho feminino. Ademais, elas ganham 77% do que ganham os homens e ainda estão submetidas a interrupções no mundo do trabalho por conta da maternidade, que, pela informalidade característica de sua participação na esfera produtiva, as deixam mais vulneráveis e pobres. Essas inquietações vão de encontro ao que Bruschini (2006, p. 347) destaca ao afirmar que “a assimetria de gênero se encontra em franca reprodução no interior das famílias”.

A falsa compreensão de que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado não tem nenhum tipo de valor se expressa no fato de ter sido considerado como inatividade pelo IBGE até 2001. Ou seja, uma dona de casa que desempenhasse apenas as funções do trabalho reprodutivo era considerada inativa. Segundo a professora da UFRN, Jordana Maria de Jesus, que escreveu a tese de doutorado *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*, em 2018, se o trabalho doméstico não remunerado passasse a ser remunerado, renderia 600 bilhões de reais, o que representa 10% do Produto Interno Brasileiro.

Segundo a pesquisa Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, divulgada em 4 de março de

2021, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, o nível de ocupação das mulheres no emprego formal ou informal, na faixa etária de 25 a 49 anos, vivendo com crianças de até 3 anos de idade, foi de 54,6% enquanto o dos homens foi de 89,2%. Já aquelas que não têm crianças pequenas tiveram um nível de ocupação de 67,2% em relação a 83,4% dos homens. Esse dado está relacionado às mulheres brancas. Quando partimos para as mulheres negras e pardas, o nível de ocupação cai mais ainda, chegando a 49,7% em 2019. Mais um dado alarmante apresentado pelo estudo do IBGE é a discrepância em relação aos cuidados de pessoas e trabalho doméstico. As mulheres dedicaram quase o dobro de tempo a essas atividades que os homens: 21,4 h semanais contra 11 h.

Ainda segundo o Estatísticas de Gênero (IBGE, 2021), as mulheres têm mais formação: na população com 25 anos ou mais, 15,1% dos homens e 19,4% das mulheres tinham nível superior completo em 2019. No entanto, essa maioria não se expressa nos quadros das Instituições de Ensino Superior (IES) do país, pois apenas 46,8% dos professores das IES são mulheres. Além disso, apesar de estudarem mais, as mulheres ocupavam 37,4% dos cargos gerenciais e recebiam 77,7% do rendimento dos homens. Enquanto o rendimento médio mensal dos homens era de R\$ 2.555, o das mulheres era de R\$ 1.985. As mulheres pretas ou pardas estavam mais envolvidas com os cuidados de pessoas e afazeres domésticos, com o registro de 22 h semanais em 2019, ante 20,7 h para mulheres brancas.

As mulheres que fazem parte dos 20% com os menores rendimentos trabalham em média 24,1 h nas atividades de cuidados e afazeres domésticos, enquanto as que se encontram nos 20% com os maiores rendimentos trabalham 18,2 h.

Mulheres que necessitam conciliar trabalho remunerado com os afazeres domésticos e de cuidados aceitam mais empregos em tempos parciais, com carga horária reduzida. Em 2019, cerca de um terço das mulheres (29,6%) estavam ocupadas em tempo parcial (até 30h semanais de trabalho), quase o dobro do verificado para os homens (15,6%).

As mulheres pretas ou pardas são as que mais trabalham em tempo parcial, 32,7% do total, contra 26% das mulheres brancas. Os homens em trabalho parcial eram 17,2% entre pretos e pardos e 13,5% entre brancos. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de mulheres ocupadas em trabalho parcial: 39,2% e 37,5%, respectivamente.

Sobre a educação, em 2019, mulheres pretas ou pardas, entre 18 e 24 anos, frequentaram menos o ensino superior, 22,3%, quase 50% menos do que a registrada entre brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre homens brancos (30,5%). A menor taxa de frequência escolar foi a dos homens pretos ou pardos (15,7%).

Ainda segundo a pesquisa *Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil*, em 2018, enquanto 30,4 % dos homicídios de mulheres ocorreram no domicílio, para os homens a proporção foi de 11,2%. As mortes de mulheres pretas ou

pardas apresentou um percentual de 1,4 – o que é 34,8% maior que para as mulheres brancas, que tiveram uma taxa de 1,1; fora do domicílio, as mulheres negras e pardas apresentaram uma taxa de 121,7% maior que as brancas - 3,8 e 1,7 - respectivamente.

Portanto, a questão central deste artigo é analisar como o trabalho doméstico não remunerado continua sendo uma atividade majoritariamente ligada às mulheres brasileiras, procurando entender as configurações do trabalho doméstico e de cuidados na vida das mulheres da cidade de João Pessoa, no caso desse artigo, na vida de uma mulher. Nossa tese é de que o trabalho doméstico não remunerado gera uma cadeia reprodutiva de trabalho, o que significa que a partir dela é que se torna possível que mulheres e homens possam trabalhar de forma remunerada, assim, muito mais trabalho reprodutivo é gerado e repassado para outras mulheres.

Para tanto, utilizamos como metodologia a entrevista, observação direta, revisão bibliográfica e documental, e o levantamento de dados para analisarmos as configurações do trabalho doméstico e de cuidados, utilizando a história de vida e o cotidiano de uma mulher, como forma de problematizar os dados apresentados pelos institutos de pesquisa brasileiros. A pesquisa de campo foi realizada de março de 2019 a dezembro de 2019, na cidade de João Pessoa (PB). Foram utilizadas técnicas de coleta de informações como história de vida, entrevista, observação e pesquisa documental.

No processo de pesquisa⁴, realizamos cinco entrevistas semiestruturadas,

⁴ Isso relaciona-se ao processo de pesquisa de minha tese, da qual este artigo apresenta parte dos resultados.

cinco histórias de vida e cerca de 360 h de observação direta ao longo dos meses de contato mais direto com as participantes da pesquisa. Aqui apresentamos o resultado de uma das mulheres envolvidas nesse estudo.

A participante teve o nome preservado pelo anonimato e aceitou participar de nossa pesquisa livremente. Aqui, por questões éticas, adotamos o codinome de Marinês para preservar sua identidade

Vamos utilizar a interseccionalidade como ferramenta teórico- metodológica para analisar a sua história de vida e experiência neste artigo. A interseccionalidade trata da “inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 14). Dessa forma, também é, segundo Akotirene (2019, p. 14), uma ferramenta teórico-metodológica que pode ser utilizada para ver o “cruzamento e a sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais”.

4. TRAJETÓRIA DE VIDA E OBSERVAÇÃO DIRETA DE MARINÊS

Marinês nasceu no dia 24 de fevereiro de 1967, tem 54 anos, é divorciada, mas tem uma relação estável com um homem há dez anos, só que vivem em casas separadas. Negra, de religião de matriz africana, o candomblé. Marinês tem o fundamental incompleto, tendo sido impedida de estudar devido à necessidade de trabalhar desde cedo em casa de família, como ela mesmo diz. “Eu nasci no interior, na

fazenda Olho d’água, no município de Catolé do Rocha, então o pensamento de meus pais era de que o estudo não tinha valor, o que tinha valor era trabalhar. Por isso, não tive oportunidade de estudar, nem eu nem nenhum dos meus irmãos. Para os meus irmãos, o destino era trabalhar na roça e para as mulheres nas casas de família. Minha família era de agricultores, todo mundo muito simples, mas sempre tivemos respeito”, disse.

“Quem cuidou de mim na infância foi minha avó e logo depois minha irmã mais velha”, explicou. Ela é faxineira diarista, mas já trabalhou como empregada doméstica. Tem 11 irmãos, sendo seis mulheres e quatro homens. Quem a iniciou como empregada doméstica foi sua irmã, que trabalha atualmente como governanta na casa de uma família rica na cidade de João Pessoa. Desde a adolescência, sua irmã trabalha nessa casa e levou Marinês para ajudá-la, mas, com o passar dos anos, Marinês achou melhor, dadas as circunstâncias de sua separação e de sua saúde, se tornar diarista. A sua irmã trabalha durante 15 dias ininterruptos, dorme no trabalho, e só então retorna à sua casa.

Marinês mora em uma pequena comunidade em frente ao muro do Hospital Psiquiátrico Juliano Moreira, no bairro de Jaguaribe. Há 12 anos, ela fugiu de casa tendo que deixar a casa e os filhos para trás. Fugiu para não morrer de tanto apanhar do marido. Há 12 anos, não existia a Lei Maria da Penha e a situação foi enquadrada pela Justiça como abandono de lar. Foi morar com a irmã dela e pôde buscar seus filhos a partir daí. Hoje ela mora sozinha. Marinês tem 4 filhos, sendo duas mulheres, dois homens e 12

netos. Acolhe todos eles em sua casa, se for necessário. Ela teve uma doença grave, câncer de útero, doença já superada. Atualmente, trabalha fazendo faxina de segunda a sábado.

Hoje, tem um relacionamento com um rapaz 15 anos mais jovem que ela. Marinês diz ser discriminada pela família de seu atual marido por ser negra e de origem indígena. “Eu tirei ele da lama, da cachaça, ele não tinha nada, se ajeitou comigo e agora eles pensam que eu vou embora assim só porque eles querem?”, relata a diarista sobre uma possível separação. Marinês administra a grande labuta da série de faxinas que faz por semana, com os longos cabelos pretos de índia, pele negra e de beleza chamativa. Ainda mantém corpo bonito e tamanha vaidade em sua maquiagem constante e acessórios, como brincos, colares pulseiras. Alia a tudo isso um gosto por cerveja e saída com as amigas, apesar de relatar estar cansada dessas programações. Marinês é do candomblé, mas disse que essa religião é de muita responsabilidade e que ela não tem tempo para isto, apesar de dizer que é sensitiva.

Nas várias observações nas idas à casa de Marinês, pudemos perceber o quanto ela é o sustentáculo de todos os seus filhos e netos. Todos os dias, ela acorda cedo e só volta para casa à noite. Ela mora em uma quitinete muito bem organizada e limpa. Chega em casa cansada da faxina, mas sempre de batom e cabelo bem penteado, e logo vai recolhendo tudo pelo caminho, faz café, senta um pouco na cama, liga a televisão e logo lava a roupa que chegou da faxina. Nos finais de semana, ela sempre sai no sábado à noite e no domingo gosta de ir à praia.

Quando sua irmã está de folga, as duas vão à praia do Cabo Branco. Acompanhei Marinês algumas vezes ao seu local de faxina, não entrei, mas a acompanhei para sentir um pouco de sua rotina. Desde já agradecemos imensamente essa mulher tão atribulada de trabalho por aceitar participar dessa pesquisa. Minha admiração por essa mulher não desanimar, mesmo com as longas viagens nos ônibus cheios até chegar no bairro do Bessa e as longas jornadas de trabalho. Por semana, Marinês faz seis faxinas, arruma a casa, varre, lava, lava as roupas também e espana. Nesse local de trabalho em que a acompanhei, trabalha desde os 12 anos, pois ela e sua empregadora atual têm a mesma idade e é filha da empregadora da irmã de Marinês. “A gente brincava de boneca juntas, pois minha irmã me levava alguns dias junto com ela para o serviço quando eu ainda era criança. Hoje se eu adoecer no dia da faxina dela, ela não me paga e ainda junta todo o serviço a ser feito para a próxima semana. Diversas vezes quando adoço, peço um adiantamento e ela sempre nega”. Ela diz que justamente por causa dessa relação de amizade que ela admirava muito a profissão de médico, que é a do pai dessa patroa dela.

Marinês teve câncer de colo de útero aos 45 anos e ainda hoje tem sequelas no corpo. “Você imagina que eu fiquei com 40 kg? Eu uma marra dessa, né?”, relata. Quem cuidou dela foi a sua irmã, a mesma que a iniciou no trabalho doméstico remunerado. Sobre esse trabalho, ela diz: “Fazer faxina é uma coisa pesada, né? É diferente quando você trabalha fixa porque é como se todo dia você iniciasse do zero tudo de novo”.

Por causa da doença, do câncer que teve, Marinês recebia o Benefício de Prestação Continuada, mas perdeu o benefício e teve que voltar a fazer as faxinas para se sustentar. Apesar de ter trabalhado desde a adolescência, e mesmo tendo ficado com sequelas sérias, o Instituto Nacional de Seguridade Social não assegura aposentadoria em casos como o dela.

“Meu sonho é me aposentar um dia, agora não. Eu sou depressiva e se eu ficar em casa, eu piro. Eu adoro trabalhar, mas é ruim ter tanta instabilidade. Também quero que meus filhos possam se sustentar sem depender de mim, pois ainda hoje eu pago aluguel de uma de minhas filhas e ajudo a todos financeiramente”, conta.

Marinês tem renda de um salário mínimo mensal. Além de toda essa rotina, ainda arranja tempo para lavar as roupas do namorado dela, arrumar a casa dele e cozinhar para ele nos finais de semana.

Marinês trabalha como empregada doméstica desde criança, levada por sua irmã mais velha, as duas negras e pobres. Passou por violência doméstica e não teve oportunidade de estudar, fato que comprova o que apresenta a pesquisa Estatísticas de Gênero de 2021, segundo a qual as mulheres negras estudam menos, ganham menos e trabalham mais, de forma remunerada e não remunerada. Marinês é a que mais trabalha das nossas cinco pesquisadas.

A existência da violência doméstica na trajetória de Marinês aponta a coerência dos dados apresentados no Atlas da Violência 2020, do IBGE. Esse estudo aponta que as mulheres negras sofrem violência na Paraíba e ao mesmo tempo são desamparadas pelo Estado, conforme

Carla Akotirene narra também no seu livro *Interseccionalidade* (2019).

O fato de ser tida como quase da família, um argumento antigo utilizado desde a colonização, conforme descreve Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, nas relações de cunhadismo e compadrio, invisibiliza a exploração existente entre a patroa e Marinês, até que a patroa cresce e constata a posição de mulher branca de classe mais alta que a de Marinês e rompe com a identidade de amizade anterior, ao se tornar patroa. A empregadora branca destoa da empregada negra e pobre, apesar de serem mulheres e com a mesma idade, se distanciam pela classe que ocupam e pelas suas raças. Recai sobre Marinês o peso do poder da branquitude e do capital.

Também foi possível perceber como Marinês teve seu acesso negado em relação a seus direitos previdenciários, confirmando um dado do relatório *Mulheres no Trabalho* (2016), da OIT.

Outra realidade denunciada pelos movimentos de mulheres negras que percebemos na trajetória de vida de Marinês é a solidão da mulher negra e o preconceito sofrido por ela ao se relacionar com um homem branco, por parte dele e da sua família.

5. CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Segundo Ávila (2004), as mulheres criam redes baseadas na solidariedade para dividir o trabalho doméstico e de

cuidados. Essas redes podem envolver, em algum momento, remuneração ou não, pois são as mulheres que liberam o tempo de outras mulheres. A partir desse achado e do conceito de delegação de Hirata e Kergoat (2007), partimos para a observação e o trabalho de campo.

As mulheres da classe média e alta podem se apoiar no trabalho de outras mulheres para liberarem o seu tempo, por meio do emprego doméstico. Essa contratação produz uma subdivisão no interior da categoria das mulheres.

Federici (2019) afirma que a delegação de trabalho a outras é uma saída comum, remunerada ou não, para que as mulheres consigam viver. Se as mulheres com rendas mais altas conseguem contratar outras mulheres, as mulheres de baixa renda não podem contar com essa alternativa. “O que se produz neste caso são redes de solidariedade comunitária ou familiar nas quais as mulheres trocam entre si o cuidado com as crianças e fazem as outras tarefas domésticas dentro da dupla jornada” (ÁVILA, 2004, p. 9).

Até os anos 1970, essa era uma questão completamente invisibilizada. Por outro lado, era fundamental para o patriarcado mantê-la silenciada, reforçando a violência de gênero, a dependência econômica das mulheres e as desigualdades entre os gêneros.

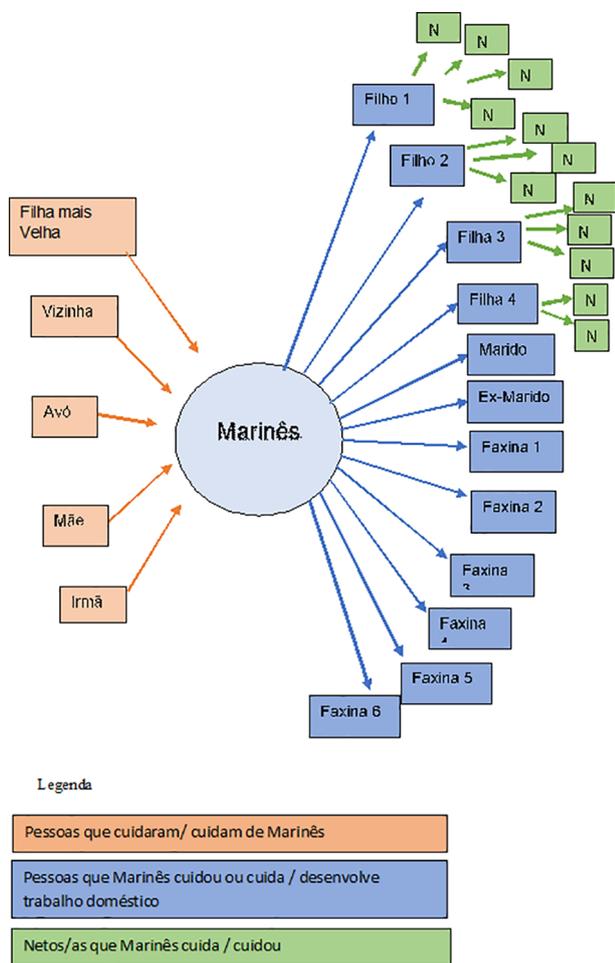
A ausência de políticas públicas implementadas pelo Estado que altere a desigual divisão sexual do trabalho resulta em um acúmulo excessivo de horas trabalhadas para mulheres, ainda difíceis de mensurar, apesar de todo o esforço da PNAD Contínua e das pesquisas de orçamento-tempo (SORJ, 2004; BRUSCHINI, 2006).

Somado a esse cenário, temos um quadro que afeta a esfera reprodutiva e a vida das mulheres, em que temos a baixa qualidade de serviços públicos, como assistência social e à saúde, e de serviços de cuidados para crianças, que combinem com os horários de participação das mulheres no mercado de trabalho. A sobrecarga que as mulheres passam muitas vezes resulta em doenças ocupacionais e de cunho emocional.

Algumas variáveis afetam as jornadas das mulheres, como ter filhos menores de 14 anos e serem casadas com homens. A exploração de gênero na sociedade permanece uma realidade, apesar de todas as conquistas, por isso, é importante produzirmos pesquisas que mostrem essa problemática, trazendo a reprodução para o centro do debate, por meio da categoria “mulheres”. Ademais, apresentar algumas soluções encontradas pelas mulheres para sobreviverem à apropriação do trabalho doméstico e de cuidados. Assim, apoiadas nessas redes, as mulheres conseguem garantir sua rotina de trabalho remunerado e outras atividades da vida.

É com base nessa conceituação que chegamos à tese de que existem **cadeias reprodutivas de trabalho**. Não necessariamente da maneira como está descrito por Ávila (2004), no entanto, com os elementos das redes presentes entre as mulheres que trocam trabalho umas com as outras para minimizar a falta de tempo e a falta de alternativa para suas vidas.

Figura 1 – Cadeia Reprodutiva de Trabalho de Marinês



Fonte: Elaboração própria (2021).

O percurso de Marinês no trabalho doméstico e de cuidados começa pelos cuidados recebidos pela mãe. Logo depois que sua mãe precisou se ausentar para trabalhar, passou a conviver mais tempo com a avó e a receber seus cuidados. Ela começa a trabalhar em “casa de família”, como ela se refere ao trabalho que realiza, a partir dos 12 anos. Casa aos 15 anos com seu primeiro marido e tem 4 filhos.

Após 20 anos de casamento, ela separa do marido. Sobre essa relação, relatou que sofreu muita violência e que seu cônjuge não participava das tarefas de casa. Trabalhava muito o dia inteiro, o que incluía ocasionalmente finais de semana e feriados. Marinês diz que criou os filhos praticamente sozinha e também acabava cuidando do marido, pois ela cozinhava e lavava suas roupas, combinadamente com o trabalho de doméstica que desempenhava à época. Nessa conciliação, ela contou com o trabalho de sua mãe e também de uma vizinha.

Ao se separar, fuga de casa, pois precisou fazer isso para sobreviver à violência, ela disse que seu trabalho doméstico não pago em casa diminuiu muito, mesmo depois de ter reavido a guarda dos filhos. Isso se explica porque nessa época seus filhos/as já eram adolescentes.

Após anos sem querer nenhum relacionamento, em suas palavras, “por medo da violência e também porque não queria colocar ninguém para conviver na vida dos filhos/as”, ela adoeceu de câncer. “Eu quase morri”. Nessa fase, sua irmã foi fundamental, revezou-se entre o apoio aos seus filhos/as e os cuidados diretos com Marinês. “Nesse período minha filha mais velha acolheu a minha mais nova”, explicou.

Outra questão pontuada por ela foi o fato de, sempre que necessário, ela fica com os/as netos/as, que são 12. Assim, ou ela vai até à casa deles/as, ou eles/as vão até à sua casa; ou, ainda, à casa da sua irmã, que é maior, e lá Marinês fica com os netos.

Pudemos observar que Marinês recebeu cuidados femininos vindos da filha mais velha, da vizinha, da avó, da mãe e da irmã. Ou seja, a partir de seu trabalho

doméstico e de cuidados não remunerado e remunerado, criou-se uma verdadeira cadeia a partir de si, reproduzindo a relação de cuidado entre os seus parentes e ativando outras cadeias com suas faxinas.

Vimos seu trabalho passar de uma geração para outra, assim como percebemos que, apesar da recepção de cuidados de sua cadeia advir de mulheres, Marinês executou/executa trabalhos para homens (marido, ex-marido, filhos), mulheres e crianças (netas e netos). Cuida diretamente de 12 arranjos familiares e indiretamente de 12 netas/netos, além das pessoas envolvidas no desempenho de seu trabalho como faxineira diarista.

Em 2019, o número de feminicídios de mulheres negras no estado da Paraíba foi o maior em relação a qualquer outra unidade federativa do Brasil. Segundo Akotirene (2019), as mulheres negras sofrem muita violência e ficam desamparadas pelas políticas públicas porque estas não atendem as suas necessidades específicas. A existência de delegacias de mulheres em áreas centrais das cidades, por exemplo, está em desacordo com as demandas das mulheres pobres e negras. Teriam que ser descentralizadas e instaladas, também, em áreas periféricas. Deveriam funcionar 24h, assim como os Centros de Referência das Mulheres.

Outro fato importante é que nem sempre as mulheres negras querem denunciar seus agressores, pois não os querem presos, uma vez que já são criminalizados pelo racismo, na sociedade, sendo considerados sem nenhum motivo como bandidos. As mulheres negras não querem o estigma de pai bandido para suas filhas e filhos. Digo isto aqui porque

encontramos na vida de Marinês a história de violência do ex-marido, tendo a mesma fugido para se salvar.

Recai sobre Marinês o peso do poder da branquitude e do capital em vários episódios de sua vida. Desde o fato de trabalhar tanto e ganhar tão pouco, até o fato de ter sido colocada em seu “lugar” de empregada doméstica negra, quando sua patroa, antes sua colega de adolescência, rompeu com qualquer relação de afeto e proximidade existente entre as duas.

Tal qual afirma Hirata e Kergoat (2007), a delegação de tarefas domésticas e de cuidados entre mulheres mascara o problema de fundo, ao mesmo tempo que cria desigualdades para o interior do gênero feminino. Quando uma mulher é liberada do trabalho doméstico e de cuidados, geralmente há outras mulheres em algum patamar inferior assumindo o posto. Mas o que fazer então para se livrar do trabalho doméstico e de cuidados?

Com a profissionalização, todas as mulheres têm a necessidade de delegar a outras mulheres tarefas domésticas, seja de forma remunerada, seja contando com os familiares. No entanto, essa constante delegação acaba provocando um duplo mascaramento de falsas soluções.

Essa delegação pode variar de configuração a depender da posição de classe, raça e gênero que as mulheres ocupem. Dessa maneira, confirmamos a tese desta pesquisa, que é a existência das **cadeias reprodutivas de trabalho doméstico** que pode requisitar ou não trabalho remunerado em algum nível no seu desenrolar. Esse conceito partiu da definição de Ávila (2009) sobre as redes de solidariedade que se constituem entre mulheres para resolver

o trabalho doméstico e de cuidados, mas vão além das redes de “solidariedade” descritas por Ávila (2009) e por Ávila e Ferreira (2014), pois elas demonstram o percurso histórico feminino de encadeamento de trabalho reprodutivo necessário para que as mulheres, em seus arranjos familiares, deem conta dessa gama de afazeres domésticos e de cuidados para a produção do viver (HIRATA; ZARIFIAN, 2009; HIRATA, KERGOAT, 2007).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As “soluções” encontradas para resolver o trabalho doméstico e de cuidados são diversa, em que umas mulheres contratam trabalhadoras domésticas remuneradas, outras recorrem a vizinhas, amigas, filhas, mães e avós. Assim, formam as **cadeias reprodutivas de trabalho**, até então invisibilizadas com a potência e importância basilares para todo o trabalho desempenhado por elas em sociedade. As **cadeias reprodutivas de trabalho** têm a presença majoritária de mulheres, executando trabalho doméstico e de cuidados. Essas relações de trabalho passam de geração em geração como um problema feminino forçadamente naturalizado, invisibilizado e silenciado.

No Brasil, dados sobre o problema do trabalho doméstico e de cuidados eram invisíveis até 1992, quando foi desmembrado, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a categoria de ocupados e inserida a categoria “trabalhador doméstico” – serviço doméstico

remunerado – e a categoria “afazeres domésticos”, quando deixou de haver uma alternativa de resposta apenas para quem declarava não trabalhar. A partir disso, foi possível captar a complexa realidade que envolve as mulheres e seu mundo de trabalho, pois até então o trabalho doméstico não era contabilizado como atividade econômica nesse tipo de levantamento e sim como categoria de “inativos”.

No entanto, para além do paradoxo de concluirmos que, relacionado a esse tema, nada muda, é preciso avançar na constatação da permanência das mulheres nesse trabalho, porque as condições femininas de vida mudam ao longo da história, mas o que parece permanecer é a distância entre homens e mulheres, as desigualdades de gênero. Daí a importância das **cadeias reprodutivas de trabalho**, para visualizar as mudanças nos arranjos familiares, as permanências e as redes de pessoas formadas em torno de uma mulher, em relação ao trabalho doméstico e de cuidados, ao longo do tempo de vida das mulheres pesquisadas. E, isso, independentemente dessa mulher exercer ou não trabalho produtivo.

Mesmo as mulheres que não estão no mercado de trabalho têm cargas de trabalho intensas. De acordo com o relatório Estatística de Gênero (IBGE, 2014), as mulheres que não estão economicamente ativas, ou seja, as que não desempenham trabalho produtivo, são responsáveis por 34h de jornada de trabalho semanal, desempenhando afazeres domésticos, enquanto as mulheres que estão no mercado de trabalho somam uma jornada de 36,2 h por semana.

No caso das mulheres negras empobrecidas, o “destino” racial as empurra desde a infância ao serviço doméstico remunerado, sendo a trajetória de vida de Marinês uma expressão dessa dura realidade. Com pouco estudo e sem muitas alternativas, foi levada pela irmã mais velha para ser empregada doméstica, profissão que até hoje exerce, agora, como faxineira diarista. Claro está que mulheres negras e pobres ganham menos e sofrem mais violência doméstica na sociedade, assim como sofrem racismo.

Marinês tem uma carga horária intensa de trabalho remunerado, somada às horas de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, confirmando que é a mulher, de acordo com esta pesquisa, que mais trabalha. E esses passos vêm de longe. Quando era criança, logo soube pelos pais que estudar não era prioridade e que era preciso trabalhar na roça.

Assim, recaí sobre Marinês o peso do poder da branquitude e do capital em vários episódios de sua vida. Desde o fato de trabalhar tanto e ganhar tão pouco, até o fato de ter sido colocada em seu “lugar” de empregada doméstica negra, quando sua patroa, antes sua colega de adolescência, rompeu com qualquer relação de afeto e proximidade existente entre as duas.

As mulheres mais requisitadas a desempenhar o trabalho doméstico e de cuidados são as que têm sob sua responsabilidade crianças menores. As mães das mulheres em atividade remunerada, as avós, geralmente comprometem seu tempo com o cuidado das crianças menores para que suas filhas trabalhem. Em alguns casos, até mesmo a sogra assume esse cuidado, assim como as filhas

mulheres desde crianças são inseridas nas tarefas domésticas e de cuidados, aliviando a carga de trabalho de suas mães.

O trabalho doméstico e de cuidados envolve também afetividade, o que o torna uma questão muito complexa. No entanto, questionar essa dimensão afetiva do trabalho doméstico e de cuidados é fundamental.

É preciso falar da importância de cartografar essas **cadeias reprodutivas de trabalho**. Como resultado, descobrimos de forma inédita a existência das **cadeias reprodutivas de trabalho**. O que começou a partir da definição de “redes de solidariedade” de Ávila (2009); Ávila, Ferreira (2014), resultou em algo bem mais amplo, em um conceito muito além do das redes. Criamos uma nova metodologia, traçada a partir das trajetórias de vida, das entrevistas e observações das mulheres pesquisadas nesta tese, ou seja, do entrecruzamento do cotidiano, em uma perspectiva histórica e relacional, que se traduziu na sistematização de uma cadeia complexa de trabalho reprodutivo. Cadeia essa que passa de geração em geração entre mulheres, permanecendo de forma quase inalterada, ao longo do tempo, a responsabilidade majoritariamente feminina no desempenho do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

É preciso afirmar que o projeto político do capitalismo, aliado ao patriarcado e ao racismo, era de destruição das mulheres, tanto de seus corpos, como de seus pensamentos e sentimentos de comunidade. No entanto, o projeto de coletividade, de experiência comunitária e a resistência das mulheres, sobretudo das mulheres negras, demonstram que, apesar da destruição,

violência, misoginia, exploração, silenciamento, opressão e extenuação pelas horas de trabalho desvalorizado, continuamos firmes, solidárias e em luta.

Assim, chegamos à conclusão que o trabalho doméstico e de cuidados na dinâmica de Marinês é um processo alienado no seu fazer. Retira-se a importância desse trabalho para a sustentação do mundo, e, em uma esfera menor, para a sustentação da família. Basta visualizarmos a configuração da sua **cadeia reprodutiva de trabalho** para constatarmos quem é o sustentáculo da produção do viver da esfera familiar, mas não só; a noção de família também amplia-se para as mulheres, a qual pode conter uma vizinha, colegas de trabalho ou amigas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Genêro nos Estudos de Gênero**. In: MORAES, Maria Lygia Quartim. Gênero nas Fronteiras do Sul. Campinas, SP: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero-UNICAMP, 2005. p. 85-96. (Coleção Encontros).

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais** [...]. Coimbra: CES, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2021.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014a.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica (org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014b. p. 13-49.

ÁVILA, Maria Betânia. **O Tempo do Trabalho das Empregadas Domésticas: tensões entre Dominação/Exploração e Resistência**. 2009. 319 f. Tese (Doutora em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Perseu Brama: Edições Sesc SP, 2013. p. 231 -246.

BARCELOS, M. S. **A incorporação da família nos serviços de saúde: um debate a partir das concepções dos profissionais num hospital de alta complexidade**. 2011. 120 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

BRUSCHINI, Cristina. **Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, 1990.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 23, n. 2, p.331-353, jul./dez. 2006.

CARNEIRO, Suely. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. [S. l.: s. n.], [200-]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

CARRASCO, Cristina; BORDERÍAS, Cristina; TORNOS, Teresa. **El trabajo de cuidado**: historia, teoría y políticas. Madrid: Catarata, 2011.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género em el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario; SAINZ, Cristina Gascía; CARRASCO, Cristina. **El tiempo los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago do Chile: Naciones Unidas:Cepal, 2005. p. 51-79. (Serie Mujer y Desarrollo, n. 65).

DIEESE. **Anuário das Mulheres Brasileiras 2011**. São Paulo: DIEESE, 2011a. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31B027B80131B40586FA0B89/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2014.

DIEESE. **As Mulheres no Mercado de Trabalho Brasileiro**: informações qualitativas e quantitativas. [S. l.]: DIEESE, 2011b. Disponível em: http://projetos.Dieese.org.br/projetos/SPM/trabalhadorasDomesticasSP_Salvador/relatorioFinal.pdf. Acesso em: 8 abr. 2014.

DIEESE. **Cesta Básica Nacional**: salário-mínimo nominal e necessário. São Paulo: DIEESE, 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ENGEL, C.; PEREIRA, B. C. J. A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações sobre gênero e raça. **Revista Punto Género**, v. 5, n. 1, p. 4-24, nov. 2015.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Coletivo Sycorax, 2004.

GÉMES, Ivaldinete de Araújo Delmiro. **Um tempo para Pandora brincar**: etnografia acerca do tempo das operárias. 2012. 147 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Cultural; Cultura e Representações) – Universidade do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Brasília: ANPOC, 1983. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos.

GUIMARÃES, N. A; HIRATA, H. S; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H. S; GUIMARÃES, N. A. **Cuidados e cuidadoras**: as várias faces do *care*. São Paulo: Atlas, 2012. p.79-102.

HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araújo (org.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho de *care*. São Paulo: Atlas, 2012.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; ZARIFIAN, P. Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, H. *et al* (coord.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 251 – 256.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, [São Paulo], v.37, n. 132, p. 595- 609, set./dez. 2007.

IBGE. **Estatística de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010. IBGE: Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. **Estatística de gênero**: uma análise dos resultados do censo demográfico 2019. IBGE: Rio de Janeiro, 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2009. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2010. Síntese dos Indicadores Sociais 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2012. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2013. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/2019. Síntese de Indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IPEA. **Retrato das desigualdades de Gênero e Raça**. 4. ed. Brasília: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2014.

IPEA. Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. **Comunicados do Ipea**, [Brasília, DF], n. 149, p. 2-17, maio 2012.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Brasília, DF: IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 20 out 2021.

JESUS, Jordana Cristina de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. 120 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais: da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação. *In*: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée *et al.* **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KERGOAT, Danièle. Percurso pessoal e problemática da divisão social e sexual do trabalho. *In*: HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 236- 247.

KOLLONTAI, Alexandra. **A nova mulher e a moral sexual**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 183 sobre Proteção da Maternidade**. [S. l.]: OIT, 2000. Disponível em: http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:312328. Acesso em: 02 nov. 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Cartilha sobre trabalhador(a) doméstico(a): conceitos, direitos, deveres e informações sobre a relação de trabalho**. [S. l.]: OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Mulheres no Trabalho: tendências 2016**. Genebra: OIT, 2016.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SORJ, Bila. Trabalho remunerado e trabalho não-remunerado. *In*: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely de (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. 1. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 107-119.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 43, n.149, p. 478-491, maio/ago. 2013.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

OS DESAFIOS DA COMUNIDADE LGBTIA+ NO CONTEXTO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM TEMPO DE PANDEMIA DA COVID-19

THE CHALLENGES OF THE LGBTIA+ COMMUNITY IN THE CONTEXT OF SOCIAL ISOLATION IN THE TIME OF COVID-19 PANDEMIC

Walisson Angélico de Araújo¹

<https://orcid.org/0000-0002-8803-0292>

Paulo Falcão Alves²

<https://orcid.org/0000-0001-8393-0948>

RESUMO

A fragilidade associada à comunidade LGBTIA+ é algo que todos conhecemos. Desde ações xenófobas e racistas, essa comunidade sofre ainda hoje um enorme preconceito social, fruto de séculos assentes numa estrutura social normativa. Nesse sentido, este ensaio pretende identificar os efeitos que a pandemia da covid-19 provocou na comunidade LGBTIA+ durante o período de confinamento, nos domínios social, económico e emocional. Como metodologia, aplica um inquérito por questionário a 206 residentes no Brasil e em Portugal. Os resultados do estudo parecem revelar que essa comunidade não sofreu danos profundos durante o período pandémico.

Palavras-chave: LGBTIA+; Brasil; Portugal; fobia.

ABSTRACT:

The weaknesses associated with the LGBTIA+ community is something we all know. Since xenophobic and racist actions, this community still suffers today from a huge social prejudice, the result of centuries based on a normative social structure. In this sense, we intend with this essay to understand the effects that the Covid-19 pandemic had on the LGBTIA+ community during the period of confinement, in the social, economic and emotional domains. As a methodology, we applied a questionnaire survey to 206 residents in Brazil and Portugal. The results of our study seem to reveal that this community did not suffer any profound damage during this pandemic period.

Keywords: LGBTIA+; Brazil; Portugal; phobia.

¹ Mestrando em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri (UFCA) com período de mobilidade académica na Universidade do Algarve (UALg). E-mail: walissonangelico@gmail.com

² Professor do curso de Licenciatura em Ciências da Comunicação na Universidade do Algarve (UALg) e Professor Convidado na Universidade St. Joseph de Macau, China. É também investigador colaborador do Centro de Investigação em Artes e Comunicação (CIAC) e doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho na variante Sociologia da Comunicação e Informação. E-mail: pjaalves@ualg.pt

INTRODUÇÃO

Em uma crise, é sempre importante lembrar que existem outras crises. Estas, muitas vezes, são ignoradas e deixadas à mercê. No final de 2019, uma infecção viral desconhecida disseminou-se e resultou na pandemia que ainda hoje nos acompanha – a da covid-19.

No dia 31 de maio de 2021, somamos mais de 3,51 milhões de mortes no mundo. Segundo a CNN Brasil, numa pesquisa do Instituto de Métricas e Avaliação de Saúde (IHME), da Universidade de Washington, nos Estados Unidos, a capacidade de testes, os sistemas de saúde sobrecarregados e as mortes não registradas no início da pandemia acarretaram uma aguda subnotificação, estimando-se que mais de 6,9 milhões de pessoas morreram em todo o mundo em decorrência da covid-19³.

Para além das complicações que vêm sendo ocasionadas pelo novo coronavírus, o SARS-Cov-2, não podemos ignorar a opressão às minorias, pois a comunidade LGBTIA+⁴ continua a existir, não dando pausa nem respeitando o distanciamento social. O relatório para a assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o impacto da pandemia da covid-19 nos direitos humanos das pessoas LGBTIA+, produzido pelo especialista independente das Nações Unidas em proteção contra a violência e

a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero – IESOGI (2020) – destaca que a pandemia da covid-19 vem impactando e acentuando as violências (física e verbal), as disparidades sociais, os problemas ocasionados na área da saúde e a criminalização contra a comunidade LGBTIA+. Segundo a Associação Nacional de Transexuais e Travestis (ANTRA), as transexuais e as travestis negras são as mais afetadas.

Nesse cenário, identificam-se a carência de políticas públicas e governamentais assim como de um trabalho na mídia mais contundente, uma vez que vem enfatizando temas recorrentes sobre a pandemia, mas segue ignorando existências e vulnerabilidades. Atribuímos destaque nessa investigação às pessoas que já enfrentavam, antes da covid-19, preconceitos múltiplos motivados simplesmente por divergirem da norma heterossexual. Os órgãos públicos parecem não estar prontos nem interessados em perceber essa temática, ignorando brechas e falhas que essa situação provoca na comunidade LGBTIA+. Desse modo, destacamos como objetivo principal deste ensaio rastrear os efeitos que a recente pandemia da covid-19 provocou e tem vindo a provocar na comunidade LGBTIA+, em relação aos domínios econômico, social e afetivo, almejando perceber as subjetividades relacionadas com a comunidade LGBTIA+ neste tempo de pandemia, num momento

³ Mais informação disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/05/08/mortes-por-covid-19-no-mundo-podem-ser-odobre-do-estimado-segundo-estudo>

⁴ Embora nos relatórios e materiais utilizados neste trabalho tenhamos encontrado variações entre as siglas LGBT+, LGBTI, LGBTI+, decidimos por utilizar a sigla LGBTIA+ para deixar a leitura fluída e compreensível. A sigla é utilizada para lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, intersexuais e assexuais. O sinal + procura alcançar a reverberação das dissidências sexuais e de gênero nos contextos específicos.

em que a agenda mediática não nos deixa muitas vezes perceber a real situação dessa população.

Desse modo, foi realizado um estudo quantitativo, com uma amostra de 206 indivíduos pertencentes à comunidade LGBTIA+ residentes no Brasil e em Portugal que se interessaram em responder a um questionário disponibilizado *on-line* entre os dias 24 e 30 de maio de 2021, compartilhado pelas plataformas digitais e partilhado pelos próprios respondentes com outras pessoas. Tivemos como objetivo tentar verificar que fragilidades estiveram presentes durante esse período de isolamento social ocasionado pela pandemia do novo coronavírus.

1. EM TEMPOS DE PANDEMIA

No dia 12 de dezembro de 2020, foi iniciada uma pesquisa que investigaria pacientes com uma pneumonia viral na China, em Wuhan. No dia 31 de dezembro, a Comissão Municipal de Saúde de Wuhan notificava 27 doentes com pneumonia viral e que todos tinham em comum a prévia exposição ao Mercado de Retalho de Marisco de Huanan. Nesse mesmo dia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) foi informada sobre a situação desse surto e apenas em 30 de janeiro de 2021 declarou o novo coronavírus uma emergência internacional. A 11 de março de 2020, a epidemia do novo coronavírus

identificada na China foi considerada uma pandemia num processo gradual e veloz de disseminação. No dia 26 de fevereiro, o Brasil confirmava o primeiro caso, e em 2 de março, Portugal contabilizava o primeiro paciente infectado pelo novo coronavírus.

Uma pandemia, segundo uma visão epidemiológica, pode ser caracterizada quando uma doença, em estado de epidemia, generaliza-se de forma gradual pelas diversas regiões geográficas, podendo mesmo abranger todo o planeta. Desde a disseminação em nível global da covid-19, várias foram as rotinas que se alteraram devido ao isolamento social, forçando novos quotidianos repletos de medos e de incertezas, enquanto assistíamos a um número elevado da mortalidade, muitas vezes, associado a negligências múltiplas ocasionadas pela forma imatura e desrespeitosa como alguns governos revelaram ao enfrentar a pandemia.

Falar sobre vulnerabilidades em tempos de pandemia é um assunto que precisa ser evidenciado. No momento em que este ensaio está sendo finalizado, o Brasil, com mais de 210 milhões de vidas, já ultrapassa a triste marca de 610 mil mortes. Já em Portugal, um país com cerca de 10 milhões de habitantes, totaliza mais de 18 mil vidas perdidas. Em janeiro de 2021, Portugal chegou a ser o país com mais de mil novos casos por milhão de habitantes⁵.

Segundo a *BBC News*⁶, num estudo do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP), em 2021, o Brasil deve

⁵ Mais informações disponíveis em: <https://www.publico.pt/2021/01/18/sociedade/noticia/portugal-pais-maior-numero-novos-casos-milhao-habitantes-1946815>.

⁶ Mais informações disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56843399>.

somar 61,1 milhões de pessoas vivendo na pobreza e 19,3 milhões vivendo em pobreza extrema. Destacamos ainda a necessidade de contabilizar todos aqueles que vivem de forma ilegal e que, por esse motivo, não entram nas estatísticas oficiais. Embora todos tenhamos sido, de alguma forma, afetados por essa pandemia, o seu efeito foi maior nas classes mais vulneráveis que, devido à sua condição social, tiveram de sofrer de forma mais aguda os efeitos da crise econômica, corrompendo a sua condição social, aumentando o desemprego, a fome, a pobreza extrema e a falta de atendimento básico de saúde.

Precisamos nos comprometer com as histórias que apresentem microcampos de impacto causado por esse momento devastador para além da superficialidade das agendas sobre a covid-19, olhando por meio de um cenário macrossocial, que permita perceber outras problemáticas que permanecem invisíveis para a maioria dos cidadãos. Nesse sentido, achamos pertinente analisar as fragilidades enfrentadas pela comunidade LGBTIA+ nesses tempos de crise social e sanitária, de forma a perceber se essas mesmas fraquezas já conhecidas no âmbito do domínio social, econômico e afetivo aumentaram, diminuíram ou se mantiveram. Por mais que o vírus não escolha quem contaminar, existe algo necessário de ser posto em cena: as desigualdades sociais – saúde mental, distanciamento social, desemprego – e ainda o peso das múltiplas existências de preconceitos que não se apresentam de forma singular, mas de formas fragmentadas, existentes na sociedade que insiste em tentar excluir quem foge da norma social preestabelecida.

2. VULNERABILIDADES LGBTIA+ E COVID-19

Aprendemos com Miguel Vale de Almeida (2010) as informações contidas nos próximos dois parágrafos. Para o autor, entre 1536 e 1821 a Santa Inquisição, ou o Tribunal do Santo Ofício em Portugal, reprimiu a sodomia como um ato abominável ou como um pecado ou uma perversão. Já sobre o termo homossexual, foi criado pelos campos médico, psiquiátrico e jurídico na transição do século XIX para o século XX. Ainda como nos ensina Almeida (2010), em 1892, as expressões bissexual e heterossexual passaram a ser utilizadas pela primeira vez com o sentido que conhecemos atualmente na obra *Psychopathia Sexualis*, do sexólogo Kraft-Ebing, traduzida por Charles Gilbert Chaddock e em 1957 a categoria transexual foi cunhada pelo médico americano Harry Benjamin.

Ainda seguindo uma cronologia com Almeida (2010), em 1969, a Revolta de Stonewall, em Nova Iorque, tornou-se o marco simbólico da emergência LGBTIA+ contemporânea. Entretanto, o estudioso informa que apenas em 1973 a homossexualidade deixou de ser classificada como perversão ou distúrbio pela Associação Americana de Psiquiatria. Em Portugal, somente em 1981, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa adota a recomendação 924 “condenando toda a discriminação legal e social contra a população homossexual” (ALMEIDA, 2010, p. 77).

Para Guimarães (2011), articulado com informações do Conselho Federal

de Psicologia (CFP)⁷, no Brasil, foi apenas em 1985 que o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirou da lista de transtornos a classificação “homossexualismo”, deixando de considerar a homossexualidade como distúrbio, perversão, patologia. Como o autor também nos apresenta, foi em 1990, na 43ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) que a homossexualidade foi retirada da sua lista de doenças e distúrbios mentais, subtraindo-a da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10), a partir de 1993 (GUIMARÃES, 2011).

Segundo Almeida (2010), uma das influências para essa tardia interferência da OMS pode estar relacionada aos países membros onde a homossexualidade ainda é passível de pena de morte, o que pode ter atrasado essa decisão. De acordo com Miskolci (2017), apesar da *despatologização* e da descriminalização da homossexualidade, na segunda metade do século XX, o membro da comunidade LGBTIA+ “continuou a ser perseguido no espaço público nos últimos sessenta anos [...]” (MISKOLCI, 2017, p. 31), por instâncias institucionais, culturais e midiáticas.

Nessa mesma linha de pensamento, poderíamos articular experiências de outra pandemia, esta como uma metáfora existente e estruturada, representada por uma norma patriarcal, binária e

heteronormativa que apresenta formas de viver, de agir, de vestir, definindo o que é certo e o que é errado. Com base em preconceitos, a repulsa pelo que se nomeia como abjeto é produzida em meio a nuances de marginalização das vidas que não se encaixam nas normas sociais e estéticas.

Durante o ano de 2019, o Observatório da Discriminação⁸ contra pessoas LGBTIA+ recebeu um total de 171 denúncias sob a forma de questionários confidenciais em anonimato. Como resultado, “40% das pessoas inquiridas admitiram que se sentiram discriminadas pelo menos num dos seus contextos do quotidiano, e 20% no local de trabalho; 30% afirmam ter sido vítima de algum tipo de abuso no último ano, e 5% sofreram um ataque nos últimos cinco anos [...]” (ILGA, 2020, p. 7).

Ainda sobre os dados desta pesquisa, 16% das situações foram ocasionadas por alguma pessoa com quem a vítima possuía uma relação de proximidade ou de intimidade. No que diz respeito ao tipo de situação denunciada, o insulto ou a ameaça verbal ou escrita representava 46% das queixas. Sobre violência doméstica, a maior parte incluiu algum tipo de violência psicológica, como também a violência física, a privação de liberdade e até de comunicação. Sobre motivação, “dois terços das pessoas (66,92%)

⁷ Disponibilizamos também o link do CFP para mais informações: <https://site.cfp.org.br/nota-pblica-comisso-nacional-de-direitos-humanos-apia-deciso-do-cfp/>. Acesso em: 29 dez. 2021.

⁸ Esta iniciativa visa recolher dados sobre discriminação e violências contra pessoas LGBTIA+ em Portugal. Os primeiros resultados foram conhecidos em 2014 e permitiram uma compreensão da discriminação no que diz respeito à identidade de gênero e à orientação sexual, sendo uma forma de recolher dados e incentivar as denúncias. Esse observatório é coordenado pela Associação ILGA Portugal – Intervenção Lésbica, Gay, Bissexual, Trans e Intersexo. A ILGA é a maior e mais antiga associação que luta pela igualdade e contra a discriminação das pessoas LGBTIA+ e das suas famílias em Portugal.

indicaram que foram proferidos insultos ou linguagem homofóbica ou transfóbica [...]” (ILGA, 2020, p. 27).

A partir de uma pesquisa realizada com mais de 1.000 pessoas em mais de 100 países acerca do impacto da pandemia da covid-19 nos direitos humanos das pessoas LGBTIA+, a assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um relatório que destaca a violência, as disparidades sociais, a criminalização e a *patologização* contra a comunidade LGBTIA+ (IESOGI, 2020). O relatório em questão apresenta um aumento da violência nos países em estudo, não apenas pela força física mas também psicológica, afetando a condição de ansiedade e fatores relacionados ao bem-estar social, econômico e político.

Sobre saúde, esse material do especialista independente das Nações Unidas em proteção contra a violência e a discriminação, com base na orientação sexual e identidade de gênero (IESOGI)⁹ para a Assembleia Geral da ONU, defende que os serviços e os cuidados com o HIV também foram afetados durante a pandemia. “Uma pesquisa global descobriu que 23% dos participantes vivendo com HIV perderam o acesso a provedores de cuidados ao HIV como resultado das medidas de isolamento social da Covid-19” (IESOGI, 2020, p. 2).

Segundo o Diagnóstico LGBTIA+, na Pandemia da VOTE LGBT e BOX1824 (2020), há sérias evidências para esse cenário de vulnerabilidade emocional,

social e financeiro para pessoas LGBTIA+ no Brasil, em que pouco ou nada mudou no cenário de desigualdades enfrentadas, sendo fundamental o papel de políticas públicas e privadas, mudando de certa forma uma realidade assente em critérios de parcialidade e ineficiência. Alguns números desse diagnóstico evidenciaram, com base em 9.521 respostas, que a saúde mental foi identificada como um dos maiores impactos da pandemia para as pessoas LGBTIA+ (42,72%); seguido pela sensação de solidão (16,58%); pelas novas regras de convívio (11,74%); pelo convívio familiar (10,91%); pela falta de dinheiro (10,62%); pela falta de trabalho (7%); e pela terapia hormonal (0,30%).

De acordo com a Direção de Serviços de Prevenção da Doença e Promoção da Saúde (DSPDPS, 2019), o Núcleo sobre Gênero e Equidade em Saúde de Portugal e o arquivo Estratégia de Saúde para as Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo, “persiste uma relativa invisibilidade das pessoas LGBTI[A+] no contexto do planejamento das ações no domínio da saúde” (DSPDPS, 2019, p. 8), não obstante a carência de cuidados preventivos e o acompanhamento clínico prestado às pessoas LGBTIA+, principalmente às pessoas transsexuais e intersexo. No mesmo ano, o Supremo Tribunal Federal julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO 26), ao reconhecer o crime de homofobia como prática de racismo e passível de

⁹ A Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, sem distinção, mesmo assim sabemos que a realidade é outra. Em todas as regiões do mundo, há atos de violência e de discriminação ocasionados pelo preconceito contra as pessoas LGBTIA+. Para lidar com essa questão, o Conselho de Direitos Humanos da ONU, em junho de 2016, criou o mandato de Especialista Independente em proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, o IESOGI.

ser aplicada a Lei nº 7.716/89, até que o Congresso Nacional edite a lei específica¹⁰ – uma proposta apresentada pelo Partido Popular Socialista (PPS), com o objetivo de terminar com a criminalização de todas as formas de homofobia e *transfobia* (BRASIL, 2019).

Ainda em 2019, segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), 329 pessoas LGBTIA+ tiveram morte violenta, sendo 297 homicídios e 32 suicídios. Já em 2020, segundo o Observatório de Mortes Violentas de LGBTIA+ no Brasil, pesquisa guiada pelo Grupo Gay da Bahia e o Acontece Arte e Política LGBTIA+, rastreamos 237 mortes motivadas pela LGBTIfobia.

É inegável o rastro de sangue LGBTI[A]+ derramado em território nacional, a ponto de o país aparecer na liderança de tais crimes no mundo, sem que haja por parte do Estado brasileiro uma sinalização quanto às medidas mais urgentes [...] (GASTALDI *et al.*, 2021, p. 26).

Uma das problemáticas recorrentes é a falta de registros oficiais do Estado brasileiro, gerando incompatibilidade com os números de casos reais, como reflexo de um despreparo e de uma (des) padronização dos estados na forma de classificar e de documentar os casos. Das mortes violentas documentadas pela pesquisa do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2020, “predominaram os homicídios com 215 (90,71%) registros, seguido de 13 (5,48) suicídios e, por fim, latrocínio com 9 (3,79%)” (GASTALDI *et al.*, 2021, p. 32). Nas investigações do GGB, foi enfatizado que as mortes causadas pela orientação sexual

representaram 51 gays (77%), 10 lésbicas (15%), 3 bissexuais (5%) e 2 heterossexuais (3%), violados pela sua performance de se distanciar da norma heterossexual e normativa. Para Gastaldi *et al.* (2021, p. 36), “em 171 casos das mortes registradas não foi possível identificar a orientação sexual das vítimas, sendo que 162 desses casos são travestis, mulheres trans e homens trans, que fica menos explícito a orientação sexual nas mídias”.

Em relação ao Brasil, analisando o Boletim nº 03/2020, no que diz respeito aos assassinatos contra travestis e transexuais em 2020, a partir de dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), fica explícito que a pandemia evidenciou problemáticas aguçadas, principalmente na vida das pessoas transsexuais. No Brasil, no primeiro semestre de 2020, foram registrados 89 assassinatos de pessoas transsexuais, com aumento de 39% em relação ao mesmo período no ano passado, segundo o boletim da ANTRA (2020).

A esfera governamental parece não estar interessada na produção de dados concretos sobre o índice de violência doméstica, assim como em auxiliar projetos específicos de apoio à população LGBTIA+ para o combate da pandemia da covid-19 (ANTRA, 2020). Ainda no mesmo material, a associação estima que “cerca de 60% da população trans não teve garantido a renda básica emergencial do governo federal, ou qualquer outro benefício na esfera governamental” (ANTRA, 2020, p. 6).

Segundo Benevides e Nogueira (2021), sobre os números de óbitos de indivíduos transsexuais no Brasil,

¹⁰ Mais informação disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>.

apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2020), foram registradas 175 mortes em 2020, 124 em 2019, 163 em 2018 e 179 em 2017. É importante destacar que pode existir alguma diferença entre os números apresentados e os números reais, pois estes são contabilizados com base em notícias e na rede de apoio coletivo de pessoas que encaminham informações pelos canais de comunicação, auxiliando a contabilização dos casos, sendo importante lembrar ainda a falta de apoio dos órgãos governamentais para a verdadeira realidade desse fenômeno. Segundo Gomes, Araújo e Arrais (2017), é importante destacar a probabilidade de que os números sejam bem superiores, visto que “é impossível precisar o número de pessoas trans que foram mortas no país. Nos dados da segurança pública, os boletins de ocorrência não geram indicadores baseados em identidade de gênero e orientação sexual” (GOMES; ARAÚJO; ARRAIS, 2017, p. 8).

São vários os casos de mortes violentas contra a comunidade LGBTIA+. Um desses casos aconteceu há 15 anos, em Portugal, em 22 de fevereiro de 2006, quando Gisberta Salce Junior foi espancada vários dias por um grupo de algozes com menos de 18 anos e posteriormente atirada para o fundo de um poço de 15 metros. O ódio que expeliu Gisberta para fora da malha social deu repercussão mundial para a realidade da intolerância e do ódio contra pessoas transsexuais, sendo o mesmo ódio que martirizou a vida de Dandara dos Santos, de 42 anos, no Brasil, em 2017, espancada, apedrejada

e assassinada de forma brutal. Esse crime aconteceu no dia 15 de fevereiro de 2017, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza (CE), e todo o ódio contido nas agressões foi registrado em vídeos que passaram a circular na Internet 16 dias após o assassinato. Angelita Seixas Alves Correia, mulher transsexual, de 31 anos, residente em Portugal desde 2016, *personal trainer* e instrutora de dança, foi encontrada morta em 2021, numa praia portuguesa, após relatar ameaças em *live*¹¹.

Quantas vidas ainda serão necessárias para o fim da LGBTIA+fobia? O Estado se exime da responsabilidade e da necessidade de política de segurança para essa população, sendo que, ao mesmo tempo que avançamos com alterações, retrocedemos ao perceber que ainda parece distante uma realidade que erradique os preconceitos que afetam a psique e a própria existência física dessas pessoas. A violência física e psicológica contra LGBTIA+ atinge todas as cores, idades, profissões e classes sociais, mas é importante não ignorar o fato de que os preconceitos atingem de formas distintas, inclusive sendo importante perceber variáveis sobre educação, raça, entre outros fatores identitários que não podem ser ignorados.

Devido à falta de apoio dos órgãos públicos, que ignoram as existências das minorias sociais, lançamos mão em perceber que as vulnerabilidades já estavam postas, antes mesmo da pandemia, para essa comunidade que sempre vem resistindo contra as diversas formas de apagamento pelo Estado. Assim,

¹¹ Mais informação disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/noticia/2021/01/12/transsexual-goiana-e-encontrada-morta-em-praia-de-portugal-apos-relatar-ameacas-em-live.ghtml>

pensando em como vidas LGBTIA+ estão vivenciando esse momento da pandemia, articulamos este estudo comparativo, tendo como questão principal perceber como a pandemia tem afetado também as pessoas LGBTIA+, no que diz respeito aos domínios sociais, econômicos e emocionais. Assim como o vírus da covid-19, o vírus da LGBTIA+fobia dissemina-se pela linguagem, pelas relações de poder e anuncia as diversas formas de preconceito. Pensando nisso, como se encontram as pessoas que se identificam como LGBTIA+ frente ao momento atual da pandemia no Brasil e em Portugal?

3. CONCEITUALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

Após a revisão da literatura, decidimos criar as nossas hipóteses a partir de três domínios, quais sejam: o econômico, o social e o emocional, os quais consideramos principais. Assim, apresentamos as seguintes hipóteses de investigação: H1 – Durante a pandemia, a comunidade LGBTIA+ sentiu insegurança econômica; H2 – A pandemia acentuou o preconceito contra a comunidade LGBTIA+; H3 – A comunidade LGBTIA+ viu intensificada a violência verbal, física, psicológica e doméstica durante a pandemia; H4 – O distanciamento social, provocado pela pandemia da covid-19 afetou os laços sociais e afetivos e intensificou o sentimento de exclusão social na comunidade LGBTIA+.

No que diz respeito à escolha da metodologia para esta investigação, decidimos optar por uma investigação quantitativa, por meio da aplicação de um inquérito por questionário *on-line*, do tipo fechado, entre os dias 24 e 30 de maio de 2021, a uma amostra de 206 indivíduos, sendo 81% dos inquiridos residentes no Brasil (n= 166) e 19% em Portugal (n= 40). A idade dos inquiridos variou entre os 17 e os 66 anos, verificando-se uma maior predominância nas idades entre os 23 e os 25 anos. Em relação ao gênero, 30,5 % dos inquiridos afirmaram ser mulheres cisgêneros (n= 63); 50,5% homens cisgêneros (n=104); 3% mulheres transexuais (n= 6); 2% homens transexuais (n= 4); 1% travesti (n= 2); 3,5% não binários (n= 7); 3% fluídos (n=6); 2% agêneros (n= 4); 5% outros gêneros (n= 10)¹².

Já no que diz respeito à orientação sexual, 49% afirmam ser gay (n=101) e 28% bissexual (n=58); 11% lésbica (n= 23); 6% heterossexual (n= 9) e 4,5% pansexual (n= 9); 1,5% outro (n= 3). Por fim, em relação à Etnia, 55% dos inquiridos são brancos (n=113) e 30% negros (n=61); 12% se consideram pardos (n= 25); 2,5% amarelos (n= 5); 0,5% indígena (n= 1) e 0,5% outra etnia (n= 1). Como instrumento de medida, optamos por escala de concordância de tipo Likert, onde 1 equivalia à categoria «discordo totalmente» e 4 à «concordo totalmente». Antes da aplicação do nosso questionário, realizamos um pré-teste que nos ajudou a reformular algumas das nossas questões.

¹² Os valores da percentagem foram arredondados para melhor visualização dos resultados.

3.1 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A partir da análise estatística descritiva do questionário, começamos por referir que 75% dos inquiridos têm por hábito conviver com os seus familiares (n=154); 76% afirmam ter com quem poder partilhar assuntos íntimos e pessoais (n=176); 71% não costumam ter encontros afetivos casuais (n=148); 75% afirmam ter um ambiente familiar estável (n=154); 70% sentem-se seguros(as) consigo mesmos (n=143); 80% afirmam poder contar com a ajuda de amigos (n=164); 77% sentem-se integrados socialmente (n=158); 74% afirmam não ter dificuldades de mobilidade (n=152); 61% gostam da sua aparência física (n=125); 57% afirmam não ter um emprego estável (n=118); 76% não têm dificuldade em adquirir os bens essenciais de que necessitam e conseguem pagar todas as suas despesas (n=157); 60% afirmam ter um emprego estável (n=123); 90% afirmam ter boas condições de habitabilidade (n=184); 70% gostam do trabalho que têm (n=145); 65% sentem-se bem no seu local de trabalho (n=133). Na sua maioria, os inquiridos afirmam que durante a pandemia da covid-19 nunca foram vítimas de violência física, doméstica, psicológica e verbal.

3.2. VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE RECOLHA DE DADOS

A partir da validação da construção dos dados, iremos verificar se o questionário mede aquilo que pretendemos analisar. Para verificar essa validação, iremos começar pelo estudo e pela avaliação das qualidades psicométricas da nossa escala, que se centrou no estudo da sua dimensionalidade com base na técnica de análise fatorial exploratória em componentes principais (ACP). Após a análise fatorial, verificamos que a dimensão emocional não aparece representada no componente 3, tendo sido apenas registrada a dimensão econômica e social.

	COMPONENTE	
	Econômica	Social
1. Convivo frequentemente com familiares e amigos	.062	.590
2. Tenho alguém com quem posso partilhar assuntos pessoais	.075	.544
3. Costumo ter encontros afetivos casuais	.119	.425
4. Tenho um ambiente familiar estável	.204	.533
5. Sinto-me seguro(a) comigo mesmo	.209	.582
6. Posso contar com a ajuda de amigos	.153	.715
7. Sinto-me integrado(a) socialmente	.271	.780
8. Desloco-me com facilidade	.247	.508
9. Gosto da minha imagem corporal e aparência física	.195	.497
10. Pratico atividade física	.067	.447
11. Tenho um emprego estável	.705	.068
12. Consigo adquirir os bens essenciais de que preciso	.668	.313
13. Consigo pagar as minhas despesas	.750	.143
14. Tenho um rendimento mensal estável	.816	.043
15. Possuo boas condições de habitação	.428	.328
17. Sinto-me bem no meu local de trabalho	.740	.247
18. Exerço a minha atividade profissional com satisfação	.725	.109
19. Sinto-me realizado(a) profissionalmente	.727	.092

Quadro 1 – Matriz após rotação e remoção dos itens referentes ao domínio emocional

Método de Extração: Componentes Principais.

Método de Rotação: Varimax com Normalização Kaiser

Fonte: produção nossa

Assim, e após nova análise fatorial, verificamos que a adequação da amostra avaliada através do KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) obteve um valor de .823, que, segundo Pestana e Gageiro (1998), apresenta um valor aceitável. Em relação à análise da consistência interna da dimensão econômica e social, o valor do Alpha de Cronbach foi de .859, revelando uma consistência interna substancial.

Por meio da análise das correlações, podemos analisar a intensidade com que diferentes variáveis quantitativas se associam entre si. Esse coeficiente varia entre -1 e +1 ($-1 \leq R \leq 1$), sendo que apenas iremos analisar as correlações ≥ 0.4 , pois, segundo Marôco (2011, p. 24), esse valor já representa uma correlação forte.

Após analisarmos as correlações entre as variáveis deste estudo, verificamos que os indivíduos que convivem frequentemente com familiares e amigos também tendem a contar com o apoio deles no dia a dia ($r=.444$; $p \leq .001$) e a sentirem-se integrados socialmente ($r=.417$; $p \leq .001$). Também os inquiridos que se sentem seguros consigo mesmos tendem a sentirem-se integrados socialmente ($r=.504$; $p \leq .001$) e gostam da sua imagem corporal e aparência física ($r=.538$; $p \leq .001$). Os inquiridos que conseguem pagar as suas despesas também parecem ter um emprego estável ($r=.432$; $p \leq .00$) e conseguem adquirir os bens de que necessitam ($r=.696$; $p \leq .001$). Já aqueles que afirmam sentirem-se bem no local de trabalho, também parecem ter um emprego estável ($r=.469$ $p \leq .001$), exercem a sua profissão com satisfação ($r=.711$ $p \leq .001$) e se sentem realizados(as) profissionalmente ($r=.624$ $p \leq .001$).

Dessa forma, refutamos a hipótese H1: durante a pandemia, a comunidade LGBTIA+ sentiu insegurança econômica e a hipótese H4: o distanciamento social, provocado pela pandemia da covid-19, afetou os laços sociais e afetivos e intensificou o sentimento de exclusão social na comunidade LGBTIA+. As hipóteses H2 e H3 não puderam ser analisadas, pois os dados recolhidos não foram suficientemente concisos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este estudo com o objetivo de perceber e identificar as fragilidades que a comunidade LGBTIA+ sofreu durante o isolamento social provocado pela pandemia da covid-19. Foram vários os autores que apresentaram as fragilidades dessa comunidade e que estiveram na base da construção do nosso instrumento de recolha de dados.

Dos três domínios que pretendíamos investigar: social, econômico e emocional, apenas o domínio emocional não foi possível identificar, pois as variáveis que usamos para o nosso estudo não apresentaram a consistência interna desejada. Desse modo, podemos começar por afirmar que, segundo o nosso ensaio, a comunidade LGBTIA+ não parece ter sido fragilizada de modo profundo face à situação pandêmica atual.

No domínio social, foi possível aferir que os inquiridos parecem ter bases sociais sólidas que lhes permitem ter um apoio familiar e social estável, apresentando

índices de integração bastante aceitáveis. Parecem também ter uma boa autoestima que lhes permite encarar os desafios do mercado laboral de forma otimista.

De um modo geral, os inquiridos apresentam sinais de uma boa integração no mercado de trabalho, sentindo-se, na sua maioria, realizados no que diz respeito à sua profissão. Também não apresentaram sinais de debilidade econômica, afirmando ter acesso aos bens de que necessitam e não ter dificuldades em pagar as suas contas. Por fim, e ao contrário do exposto por alguma literatura, os inquiridos parecem revelar, em sua maior parte, não ter sido vítimas de violência física (98,5%), doméstica (97,5%), psicológica (86%) e verbal (88%) durante a pandemia.

Embora este estudo apresente uma amostra significativa, seria pertinente continuar esta investigação aprofundando outros domínios, como o emocional e o da saúde. É importante também destacar que mesmo que nossas hipóteses tenham sido refutadas, mostrando que os inquiridos, em sua maior parte, apresentaram justamente o oposto do que formulamos inicialmente, não podemos refutar os outros estudos apresentados no decorrer deste trabalho, pois deixam nítidas as vulnerabilidades enfrentadas também na pandemia pela população LGBTIA+.

Portanto, para pesquisas futuras, vemos a necessidade, visto que os órgãos públicos não estão preocupados com esse cenário específico das minorias, de buscarmos alcançar mais pessoas que possam apresentar outras nuances que nos permitam complementar o estudo e, com isso, evitarmos vieses tendenciosos ou enquadrados na nossa bolha social.

Para finalizar, apelamos para a necessidade de que outras pesquisas possam ter essa iniciativa e auxiliar a continuidade desta investigação, para mapearmos outras realidades e evitarmos que apenas uma parcialidade das pessoas LGBTIA+ possam responder.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. V. de. O Contexto LGBT em Portugal. *In*: NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. de (org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. Lisboa: CIG, 2010. p. 45-92. Disponível em: http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF2/0892_ESTUDO_ORIENTACAOSEXUAL_IDENTID.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. **Boletim Nº 03/2020: Assassinatos Contra Travestis e Transexuais em 2020**, 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/06/boletim-3-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BENEVIDES, B.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular; ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) nº 26/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Celso de Mello. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 13 jun. 2019. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur433180/false>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- DIRETORIA DE SERVIÇOS DE PREVENÇÃO DE DOENÇA E PROMOÇÃO DA SAÚDE (DSPDPS). Núcleo sobre gênero e equidade em saúde. **Estratégia de Saúde para as Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo LGBTI**. Lisboa: Direção-Geral da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/estrategia-de-saude-para-as-pessoas-lesbicas-gays-bissexuais-trans-e-intersexo-lgbti-pdf.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- GASTALDI, A. B. F. *et al.* **Observatório de Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil - 2020**: Relatório da contece Arte e Política LGBTI+ e Grupo Gay da Bahia. 1. Ed. Florianópolis: Editora Acontece Arte e Política LGBTI+, 2021. 79 p. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/2021/05/14/relatorio-observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-2020/>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- GOMES, K. L. A.; ARAÚJO, W. A. de.; ARRAIS, J. de A. Caso Dandara e o martírio midiático de uma travesti: um estudo comunicacional a partir do programa profissão repórter. *In*: MÉDOLA, A. S. L. D.; BARBOSA, M. do C. S.; VALENTE JR., F. M. (org.). **Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. São Paulo: Intercom, 2017. p. 1-15. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2017/resumos/R57-0718-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GUIMARÃES, Anibal. **Sexualidade heterodiscordante no mundo antigo**. In: DIAS, Maria Berenice. Diversidade sexual e direito homoafetivo. São Paulo; Revista dos Tribunais: 2011.

IESOGI. **Relatório sobre Terapias de Conversão**. 2020. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/Issues/SexualOrientationGender/Pages/ReportOnConversiontherapy.aspx>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ILGA. **Relatório Anual 2019: discriminação contra pessoas LGBTI+**. Lisboa: Observatório da Discriminação Contra Pessoas LGBTI+, 2020. Disponível em: https://ilgaportugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ILGA_Relatorio_Discriminacao_2019.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

IESOGI. **Relatório para a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU): O Impacto da Pandemia de Covid-19 nos Direitos Humanos das Pessoas LGBTI** (versão em Português). Geneva: Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, 2020. 4p. Disponível em: <https://www.ohchr.org/Documents/Issues/SexualOrientation/Summary-of-Key-Findings-COVID-19-Report-PT.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MARÔCO, J. **Análise Estatística com o SPSS Statistics**. 5. ed. Lisboa: Report Number, 2011.

MISKOLCI, R. **Desejos digitais: Uma análise sociológica da busca por parceiros on-line**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

PESTANA, M.; GAGEIRO, J. **Análise de dados para Ciências Sociais A Complementaridade do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, 1998.

VOTE LGBT, BOX1824. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia: desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus**. São Paulo: VoteLGBT, 2020. Disponível em: <https://votelgbt.org/pesquisas>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ENTREVISTA COM PATRICIA TOVAR

(ANTROPÓLOGA E PROFESSORA NO ANTHROPOLOGY DEPARTMENT
JOHN JAY COLLEGE OF CRIMINAL JUSTICE, CUNY/EUA)

Lore Fortes

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFRN)
<https://orcid.org/0000-0001-5784-4333>



1. Como una antropóloga, usted se ha dedicado profesionalmente a defender la cultura de los pueblos originarios de Colombia y América Latina, así como a denunciar los hechos ocurridos contra los negros norteamericanos. Desde su participación profesional, ¿reconoce que en el origen de estos problemas raciales existe un racismo estructural existente en los Estados Unidos y en varios países de Latinoamérica?

R. Patricia Tovar: Si, la verdad es que mi quehacer profesional como antropóloga se ha centrado en el tema de la desigualdad social, y la intersección de esas desigualdades de género, de raza y de clase social. Tanto en la teoría como en la práctica me he situado desde la perspectiva de las personas a quienes se les han vulnerado sus derechos. Por esto siempre tengo en cuenta el entender esas estructuras de desigualdad como caminos fundamentales para mejorar las condiciones de justicia social, entender el racismo y el sexismo y propiciar la inclusión. Entiendo que estos problemas son comunes y tienen bases similares tanto en los Estados

Unidos como en Latinoamérica. Lo que es diferente es tal vez el esfuerzo por reconocer estos problemas y proponer estrategias de cambio.

2. ¿Usted observa que en la última década en Estados Unidos y Latinoamérica ha habido avances en la lucha por los derechos humanos y por la igualdad de derechos en el sentido de raza, clase y género?

R. Patricia Tovar: Yo creo que sí y de diferentes maneras. Ha habido nueva legislación para combatir la discriminación como resultado del activismo de organizaciones y grupos de interés. También he visto un mayor esfuerzo desde la educación, en las escuelas y en campañas pedagógicas. Sin embargo, creo que existe un gran problema en los medios de comunicación, sobre todo en las redes sociales. No se si eso pueda ser un termómetro adecuado para medir la opinión pública. Pero este tema es muy desalentador, pues los insultos y las agresiones que se publican son terribles, y ahí no hay ningún control. Digo esto, en particular por el cyber

matoneo, y los comentarios que existen en redes hacia personas como la alcaldesa de Bogotá, primera mujer electa por voto popular, que se identifica como lesbiana. Si eso es con una persona como ella que tiene autoridad y poder, como será con otras personas. Por eso digo que aún hay mucho camino por recorrer.

3. Vemos que el asesinato de George Floyd, ocurrido el 25 de mayo de 2020, ha llevado, en la actual administración de Joe Biden, a discusiones sobre el sistema policial estadounidense y sus estrategias de trabajo que han provocado un trato diferencial para los blancos y negros. Las innumerables manifestaciones generadas, no solo en los Estados Unidos sino en varios países del mundo, produjeron una reflexión que pareció conducir a grandes cambios. En su análisis de los hechos, ¿usted ve que se están produciendo cambios efectivos en la política de este sector y en los procedimientos adoptados por la policía estadounidense, que podrían significar un mayor respeto por la vida de los negros?

R. Patricia Tovar: Digamos que las protestas y discusiones sobre este tema comenzaron a llevaron a cabo desde antes de que Biden subiera al poder. He visto como hay pequeños y grandes cambios. Por ejemplo, el que haya cámaras que graben esos hechos violentos y también que la ciudadanía se involucre más y no tenga miedo de represalias, aunque hayan recibido amenazas de muerte. Por otro lado, comento el caso de una profesora, colega en el Graduate Center de CUNY,

Ruth Wilson Gilmore, quien desde la academia ha impulsado un movimiento sobre la abolición del sistema carcelario en los Estados Unidos, que además de ser lucrativo, es en donde el mayor número de personas privadas de la libertad son jóvenes de piel oscura. Para evitar esa situación, dice Ruth, *hay que cambiar todo*. El sistema judicial, el sistema económico y crear una nueva justicia social, racial, de género y del medio ambiente. También menciono las palabras que Angela Davis escribió en su autobiografía: “*Las cárceles y las prisiones están diseñadas para romper a los seres humanos, para convertir a la población en especímenes de zoológicos, obedientes para quien los cuida, pero peligrosos entre ellos.*” Por otra parte, creo que aun hace falta mucho para los grandes cambios, pues nuestras sociedades están muy divididas y hay grupos a los que les cuesta mucho entender y cambiar sus privilegios de clase, de color y de género. Personajes racistas y sexistas como Donald Trump, o grupos religiosos fundamentalistas de derecha, son nefastos en la medida en que crean mayor división social y generan violencia y odio. Digamos que, en el momento, además del tema de violencia hacia los afros en los Estados Unidos, es la xenofobia que ha aumentado considerablemente hacia los chinos u otras personas de Asia, como resultado de las falsas noticias que existen sobre el COVID.

4. Las mujeres afroamericanas y latinoamericanas han avanzado en su lucha feminista por la afirmación, el reconocimiento social y el empoderamiento.

¿Cómo usted considera estos avances?
¿Usted reconoce diferencias significativas entre diferentes países?

R. Patricia Tovar: Yo veo muchas contradicciones en este punto. Por una parte, existen mujeres afro líderes, que han alcanzado lugares muy altos, como por ejemplo Michele Obama, que hizo un gran esfuerzo desde su cargo como Primera Dama y se rodeó de otras mujeres modelo como Oprah Winfrey y muchas otras más, que reciben una atención positiva de los medios de comunicación y que en general son escuchadas. Pero, por otro lado, doy el ejemplo de Colombia donde el asesinato de líderes sociales y la impunidad son el pan de cada día, en las zonas afro e indígenas. En esas condiciones es muy difícil avanzar. A pesar de que hay ONGs y entidades internacionales apoyándolas, la situación es muy crítica. Esto ha sido una constante también en otros países, como ocurrió hace un par de años con el asesinato de Berta Cáceres, en Honduras, una activista indígena que luchaba por los derechos humanos y los del medio ambiente. Sin embargo, a pesar de todas estas dificultades, creo que, si hay un mayor reconocimiento social, si comparamos con lo que teníamos hace unas tres décadas. El otro punto que genera contradicción, que para unas personas puede ser empoderamiento, y para otras es explotación del cuerpo negro, está en la música y en el Rap donde hay una degradación de las mujeres y una hipersexualidad, que produce muchísimo dinero como en el caso de Nicki Minaj por dar un ejemplo, tema que ha examinado bell hooks con brillantez.

5. En la discusión teórica feminista que se aborda en la temática racial, se introdujo el concepto de interseccionalidad, que nos permitió pensar las desigualdades desde una perspectiva de género. ¿Cómo Usted interpreta la importancia de este concepto para una mejor comprensión del fenómeno racial?

R. Patricia Tovar: Este concepto de interseccionalidad fue explicado e instrumentalizado por Kimberlé Williams Crenshaw como un marco analítico que nos permitiera entender cómo los diferentes aspectos y experiencias de la identidad social y política de una persona se entrelazan y manifiestan de diferentes maneras. De ahí que se creen diferentes formas de discriminación y privilegio. Por ejemplo, no es lo mismo ser un hombre negro que uno blanco, cuando ambos gozan del privilegio de ser hombres, pero no de la misma posición social debido al color de su piel y tienen un acceso diferencial al trabajo o a la educación. Volviendo al caso de los Estados Unidos, vemos como muchos hombres negros han sido víctimas de violencia policial o de linchamientos por el miedo y los estereotipos de raza que muchos blancos tienen de ellos. Si a esto le sumamos el tema de clase social, sabemos que esto posiciona a un hombre negro, en un escalón mas bajo que el de un hombre blanco, con menos acceso a recursos, aunque ambos sufran de la misma pobreza.

6. Según las reflexiones de la socióloga colombiana Magdalena León (2001), no se puede pensar en el empoderamiento individual sin tener en cuenta la

cooperación y la solidaridad en un proceso colectivo. ¿Cómo Usted explica el empoderamiento individual y colectivo como dos caras de un mismo proceso?

R. Patricia Tovar: Creo que Magdalena León hablaba principalmente del empoderamiento colectivo, al permitir a las mujeres como grupo, no solo acceso a la tierra, sino a los títulos que les permitían vender o comprar nombre de ellas mismas. Es decir, se trataba de una política pública que las iba a beneficiar. Lógicamente, que para ellas el acceso a esos títulos significaba poder saber leer y escribir, para poder entender las condiciones de lo que estaban adquiriendo, o sea como parte de un proceso de empoderamiento tanto individual como social, que las llevó a otras ganancias sociales.

7. ¿Cómo Usted ve los impactos de la pandemia Covid19 en las desigualdades sociales, sexuales y raciales? De alguna manera, ¿estos efectos pueden exacerbarse con las políticas autoritarias de los gobiernos y los regímenes de poder?

R. Patricia Tovar: Para esto podría dar varios ejemplos. Como pasé el primer año de la pandemia en Nueva York, me puedo referir a mis observaciones sobre los inmigrantes, que constituyen un número significativo de trabajadores esenciales. Las enfermeras filipinas, las limpiadoras de los hospitales latinas, los mensajeros y repartidores de comida mexicanos y los conductores de transporte público negros fueron los grupos más expuestos al virus y los más afectados en

la mortalidad. A muchos, por su condición de indocumentados, les tocó trabajar en condiciones muy precarias y peligrosas, sin beneficios médicos, ni salarios decentes. Estos grupos fueron los más afectados por la pandemia en Nueva York, concentrados en zonas de alta densidad migrante. Su situación laboral no les significó ninguna mejoría en su condición social de migrantes. Por el contrario, durante el gobierno de Trump, se vieron amenazados con ser expulsados del país. Otro caso que vi y que aplica para países como España es el de las empleadas domésticas, que fueron regresadas a sus países de origen, como en el caso del Ecuador, al comienzo de la pandemia y muchas perdieron sus trabajos y de paso, llevaron el virus a sus familias y países como ocurrió con la crisis en Guayaquil. Las empleadas domésticas no recibieron prioridad en la vacunación, ni se consideraron esenciales. Otro grupo totalmente vulnerable es el de los indígenas que viven en zonas apartadas sin acceso a la salud, ni a la vacunación y tampoco son considerados como prioritarios. En Estados Unidos se vio cómo en las reservaciones indígenas, ni siquiera había agua corriente en las casas para que la gente se pudiera lavar bien las manos, lo que aumentó una situación ya crítica. El Covid destapó muchas de las desigualdades sociales que existen en esas comunidades.

8. ¿Cuál es la relevancia de ampliar la categoría de mujeres dentro de los movimientos sociales, considerando el avance del transfeminismo en el mundo como una alianza contra el movimiento feminista?

R. Patricia Tovar: Estoy pensando en Emi Koyama, la activista y artista de origen japonés, que escribió en el año 2000, el ensayo titulado “*Manifiesto Transfeminista*,” que busca los paralelos y los puntos de encuentro entre el feminismo y el transfeminismo e indaga sobre la categoría mujer. Me llama la atención ver en su obra, “*¿De quién es el feminismo?*” cómo indaga y cuestiona los espacios llamados “de solo mujeres,” de los cuales afirma que no son tan seguros pues también están atravesados por el mismo racismo, sexismo y clasismo de siempre. Es decir que, para Emi, la liberación de las mujeres trans, solo será posible dentro de la liberación de todas las mujeres. La cuestión es, volviendo a la interseccionalidad, que como pensaban las feministas de las primera y segunda ola, las mujeres no compartimos una misma experiencia solo por ser mujeres, ya que la experiencia de una mujer negra de clase media, no es la misma de una latina de clase trabajadora e indocumentada, o la de una mujer indígena en Latinoamérica. Una mujer trans tiene marginalizaciones y necesidades adicionales que no están incluidas en el feminismo tradicional, pero que hay que reconocer.

GRAFO DO DESEJO COMO TEORIA DA LINGUAGEM: INTENCIONALIDADE E ATOS DE FALA

THE GRAPH OF DESIRE AS A THEORY OF LANGUAGE: INTENTIONALITY AND SPEECH ACTS

Leonardo Domingos Braga da Silva¹
<https://orcid.org/0000-0003-3926-4321>

RESUMO

Este estudo visa responder ao que ocorre quando o animal humano entra em contato com a linguagem. Para tanto, busca em autores da filosofia e psicanálise essa resposta, sobretudo Slavoj Žižek e Jacques Lacan. A resposta encontrada está na teoria da linguagem de Jacques Lacan: por ser falado e para responder ao apelo do Outro, a parte animal do humano é elidida, restando acesso a ela pelo imaginário, como identificação. Assim, o ato de se comunicar leva à constituição da identidade através da pergunta: “quem e o que sou para o Outro e para mim?”. A identidade e a fantasia são os aspectos da resposta a essas perguntas, articulando identidade e *coisidade*. No seio dessa articulação e sujeição, a partir de um questionamento, a subjetividade ganha forma como um efeito. O estudo exhibe, por fim, o grafo do desejo como uma explicação detalhada desses processos.

Palavras-chave: psicanálise; linguagem; grafo do desejo; identidade; subjetividade.

ABSTRACT

We seek to answer, in this work, what happens when the human animal comes into contact with a language. To that end, we sought this answer from authors from philosophy and psychoanalysis, especially Slavoj Žižek and Jacques Lacan. The answer is founded in Jacques Lacan's theory of language: because it is spoken and to respond to the Other's appeal, the animal part of the human is eliminated, leaving access to it through the imaginary, as identification. Thus, the act of communicating leads to the constitution of identity through the question: 'who and what am I to the Other and to me?'. Identity and fantasy are aspects of the answer to these questions, articulating identity and thing. Within this articulation and subjection, through questioning, subjectivity is formed as an effect. Finally, we show the desire graph as a detailed explanation of these processes.

Keywords: psychoanalysis; philosophy of language; graph of desire; fantasy; subjectivation.

¹ Mestrando em filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFRN). Bacharel em Sociologia pela UFRN.

1. INTRODUÇÃO

Dize-me, Crísis, sem mentir: sou eu por acaso muito feia? Estou mal-arranjada? Algum defeito prejudica minha beleza? Dize a verdade à tua senhora. Sou culpada, certamente, mas de que? (PETRÔNIO, 1970, p. 132).

Anthony Giddens (2009) elaborou a teoria da estruturação buscando um modo de descrever sociologicamente uma sociedade, destacando três dimensões dos sistemas sociais: significação, dominação e legitimação. Para ele, a significação de uma palavra numa comunidade linguística se baseia em normas e convenções; a última sendo uma solução das dificuldades de coordenação das ações dos diversos atores, de modo que os atores envolvidos agirão do modo que espera que os outros esperem dele. O autor utiliza da abordagem pragmática e critica o estruturalismo por tender “a considerar os signos como as propriedades dadas da fala e da escrita, em vez de examinar seu embasamento recursivo na comunicação de significado” (GIDDENS, 2009, p. 36) e assim a semiótica saussuriana ficaria cega ao fato de o significado ser gerado pela atividade cotidiana e suas regras.

Na abordagem pragmática de John Dewey – um dos autores que influenciam Giddens – sobre a linguagem:

“Significado... não é uma entidade com existência física; ele é primariamente uma propriedade do comportamento que o aprendiz [da linguagem] tem” (DEWEY, 1925, p. 179, tradução nossa)². Para ele, além de aquele que ainda não fala aprender a linguagem por ouvir e copiar as palavras do outro que fala, é preciso que os envolvidos vejam o objeto em torno do qual as palavras se articulam.

Além disso, é preciso se portar de acordo com o que é dito, demonstrando, pelo comportamento, o entendimento do discurso: “A teoria característica sobre o entendimento de B dos sons feitos por A, é que ele responda à coisa do ponto de vista de A” (DEWEY, 1925, p. 178)³. Todavia, pensamos que a dimensão subjetiva escapa a essas abordagens⁴, de modo que, uma consideração da teoria da relação entre o animal da espécie humana e a linguagem seria adequada à compreensão daquele que a sociologia de Giddens reconheceu como um dos três pilares dos sistemas sociais, a linguagem e a comunicação.

A abordagem pragmática é uma descrição apropriada dos jogos de linguagem, mas, ao observarmos o pensamento de Jaques Lacan, temos uma descrição mais sutil que perpassa tanto a significação e o discurso quanto a ação. Se for preciso, como Dewey (1925) diz, agir em conformidade, agir adequadamente para mostrar

² “Meaning... is not a psychic existence; it is primarily a property of behaviour the learner has” (DEWEY, 1925, p. 179).

³ The characteristic theory about B’s understanding of A’s sounds is that he responds to the thing from the standpoint of A” (DEWEY, 1925, p. 178, tradução nossa).

⁴ Frederich Vandenberg afirma que a ordem simbólica sempre precede a ação e critica as teorias da ação focadas na razão entendida como cálculo: “Se a ação for reduzida à escolha racional e as condições materiais da ação forem conhecidas, o curso racional da ação pode ser determinado quase automaticamente” (VANDENBERG, 2013, p. 22); assim, a compreensão da agência por Giddens pode reduzir o humano a uma máquina de calcular.

que entendemos o sentido, então, é solicitado do ouvinte um comportamento adequado, e o falante deve possuir um esquema de como esse comportamento deve ser. Assim, a linguagem passa a ser uma prática de fazer os outros se comportarem em relação a si e ao mundo dos afazeres. Mas, qual a intenção por trás desses jogos comunicativos? A comunicação é um fim em si mesmo ou é um meio para atingir outros fins sociais? Existe algo que é comunicado e que está além dos signos? É o que Lacan buscou compreender e aprofundaremos neste estudo.

Analisaremos o grafo do desejo e o conceito de fantasia, entendendo-os como uma descrição do modo como o sujeito, ao falar, identifica-se com sua intenção comunicativa, que, provavelmente, não existe previamente à enunciação, de modo que a linguagem ultrapassa sua condição de ferramenta para a construção dos afazeres humanos. Utilizando a distinção, na qual Lacan insiste, entre o sujeito do enunciado e o sujeito da enunciação, sublinhamos que os atos comunicativos (cuja estrutura é: o proferimento discursivo P de X implica Q, um sentido) ultrapassam o simples movimento calculado de peças num jogo de linguagem, pois há aquele que move as peças e que se relaciona com os atos que efetiva no jogo (assim: a pessoa X implica Q e descobre a implicatura de seu proferimento e se relaciona com ela). Acreditamos que os jogos comunicativos conteriam um elemento bem explorado pela psicanálise: a intenção⁵ S de X ao implicar Q, elemento que pode ser expresso como: “o que quer?”. A pergunta é tanto sobre o querer impessoal

(sem haver clara identificação com o querer e imputação ao outro) quanto sobre a própria imputação do desejo (que quer o outro?) e a identificação (o que eu quero?). De modo que, quando o sujeito faz algo (como um ato falho) considera-se ou se declara como aquele que o fez e, a partir dessa declaração, faz algo novo. A transformação subjetiva ocorre ao declarar, no momento reflexivo do dizer e não no agir: “cada elocução não só transmite um conteúdo, mas ao mesmo tempo determina como o sujeito se relaciona com esse conteúdo” (ZIZEK, 2013, p. 61).

2. DISCUSSÃO

O grafo do desejo interessa, especialmente, no instante em que a questão impessoal “o que quer?” torna-se pessoal: “o que quer de mim?”. A fantasia é a resposta a essa pergunta e por isso é a própria estrutura da identificação do sujeito, de sua identidade, por lhe dizer seu lugar no mundo. Além disso, essa declaração que estabelece simultaneamente sua relação com o sujeito é caracterizada por Slavoj Žižek como ideologia da vida cotidiana, de modo que as identidades não passam de fantasia/ideologia, pois ocultam o fato de não termos acesso ao nosso “si mesmo” numenal, isto é, não sabemos, em última instância, o que somos e toda tentativa de saber isso é provisória e sujeita àquilo que é efetivado, feito, dito, realizado.

O pressuposto do qual uma hermenêutica do humano e toda ontologia

⁵ Não se trata do conceito de intensão da tradição analítica, entendida como extensão da expressão.

deve partir é o que Lacan chama de o fato da submissão do pedaço de carne à linguagem humana e sua consequente transformação em sujeito, ou seja, o fato de que a substância vivente é submetida ao simbólico:

A psicanálise nos mostra, essencialmente, o que chamaremos de captura do homem no constituinte da cadeia significante. Essa captura está, sem dúvida, ligada ao fazer do homem, mas não é coextensiva a esse fazer. Se o homem fala, para falar ele tem de entrar na linguagem e num discurso preexistente. [...] toda a psicologia desliza sobre isso (LACAN, 2013, p. 20).

Significa que o humano não começa lutando contra a natureza ou fazendo trocas na comunicação com vista a uma utilidade, mas no estado de passividade absoluta, jogado no mundo aos cuidados de outro. A primeira coisa com a qual o bebê humano deve lutar é esse fato antropológico da sua passividade diante do Outro, a alteridade radical que dele cuida. No início do desenvolvimento do bebê, provavelmente, não lhe ocorre a ponderação de que esse outro seja só mais um entre muitos, ou outras relativizações da relação; do contrário, a relação tem tudo para lhe aparecer com a marca do absoluto. Entretanto, os infantes recebem cuidados de um outro que possui cultura. O pedaço de carne, portanto, está desde antes de seu nascimento, talvez desde muito antes do nascimento de seus avós, classificado, simbolizado⁶.

Diretamente, é claro, receberá os significantes por aqueles que dele zelam, são esses que entregarão os símbolos nos quais o bebê poderá se identificar. Entretanto, não foram eles que os criaram; nem, relativamente, foram eles os articuladores daquilo que aparece mais imediatamente, o mundo. Na analítica existencial, Heidegger expressa algo similar sobre os humanos: “numa primeira aproximação, a presença fática está no mundo comum, descoberto pela medianidade” (HEIDEGGER, 2015, p. 187), isto é, o humano está, em primeira instância no mundo que é desvelado pelos outros, pela tradição, pela história humana que se presentifica no modo comum de ser e habitar. Conceitos abstratos como “cultura”, “sociedade”, “simbólico” e “linguagem” podem nomear a “fonte” do ser que será dado aos entes e ao ente que nasceu.

Como acontece com toda nomeação, os significantes se impregnam no sujeito e efetivam um tipo de transubstanciação que foi bem exemplificada por Maurice Blanchot (2011) ao tratar da substantivação: ao chamar o gato de gato, mato o gato, de modo que, não é que “gato” seja um nome para uma coisa, um som neutro que se liga a um objeto substancial, antes, o nome é um “objeto” de tipo diferente que sobredetermina o objeto “gato”, destrói sua existência na condição de ente e o faz existir no mundo das ideias, no reino do ser. O mesmo processo se dá com o humano ao receber os “nomes” que os outros lhe dão.

⁶ Como exposto pelo sociólogo Anthony Giddens (1996, p. 135): “se a criança não nasce como um ser reflexivo, nasce com desejos, uma série de necessidades orgânicas para a provisão das quais depende de outros e que medeiam o seu envolvimento crescente num mundo social definido. Assim, o primeiro período de socialização poderá implicar o desenvolvimento da capacidade para gestão de tensões, pela qual a criança se torna ativamente capaz de adequar os seus desejos às exigências e expectativas de terceiros”.

A transubstanciação se deve a uma falta originária de determinação ontológica no humano que nele atua como um fundamento que é, paradoxalmente, um nada: “a falta (de ser) no ser humano é um dado antropológico (ontológico) do ser de uma espécie singular” (SOUSA FILHO, 2017, p. 153). Sendo um pressuposto, um fundamento das ciências humanas, que consequências decorrem disso? A consequência direta é que essa falta nos põe na dependência do outro que nos aparece como absoluto, como “nossa única chance”, portanto, Outro (maiúsculo). É a “falta de garantia ontológica fora do jogo de significação” (ZIZEK, 2013, p. 198), falta de possibilidade de ser fora do universo humano e de ter acesso a si imediatamente.

Nos termos de Lacan, o pedaço de carne recebe como primeiro estímulo do meio externo (alteridade ou Outro) algo que vem codificado, de modo que as necessidades da carne (comida, sono, higiene etc.) são ordenadas nesse código. Por exemplo, as ciências da saúde dizem como cuidar dos infantes, submetendo-os à necessidade⁷ de comer numa regularidade de tempo o conteúdo x e y. Assim, o que está na base da relação com a cultura e linguagem não é a necessidade biológica.

A elaboração de Lévi-Strauss (1995), de que um significante força a função simbólica foi adaptada por Lacan (1988b) nos termos de um impulso a classificar e dar sentido, constituindo o simbólico, que é (1988b), a função simbólica ou inconsciente é aquilo que age pelo “estímulo” de um significante, qualquer coisa tendo potencial para se tornar significante,

forçando a atribuição de sentido, classificação e ordenação. Todavia, como chama atenção Zizek, não é possível conceber o primeiro significante ou a gênese da função simbólica, ocorre uma súbita passagem do nada ao conjunto estrutural da língua, ainda que seja um conjunto muito simples, com poucos significantes:

A ideia estruturalista é que não se pode imaginar a gênese do simbólico (da ordem simbólica): uma vez aqui presente, essa ordem está sempre-já aqui, não se pode sair dela; tudo o que se pode fazer é contar mitos sobre sua gênese (no que Lacan se engaja ocasionalmente) (ZIZEK, 2017, p. 141).

Uma vez estabelecido o simbólico, o sistema de significados e significantes, a necessidade do bebê será imputada e reconhecida pelo Outro (como código e cultura). Mas, a “intencionalidade” do infante, que pode ser entendida como o primeiro motor da dialética da identificação e do desejo, conforme Lacan (2013), deve passar pelo código, sendo ele entendido de modo estruturalista, para o que o pensamento de Ferdinand Saussure, de forte influência sobre Lacan, é ilustrativo: Saussure inaugura uma abordagem da língua que privilegia não os atos de fala, mas uma abstração, um ente hipotético, formado por sistemas de oposições em que um elemento remete a outro, pois nenhum elemento atômico desse sistema possui sentido positivo. A linguagem é esse sistema funcionando a partir da identidade e diferença entre os signos, caracterizado pela união de um conceito com uma

⁷ A própria noção de necessidade já é da cultura enquanto imputação ao bebê de uma interpretação de seu ser como dependente de algo (como a amamentação, o amor parental etc.). Esse algo varia culturalmente.

imagem acústica⁸, constituindo um arranjo das possibilidades do dizer. É compreendida, portanto, por elementos e suas leis de associação, como exemplificado pelo autor (SAUSSURE, 2004): em sincronia, a palavra “autonomia” retira seu sentido da oposição com “independência”, “liberdade”, “individualidade” etc. Saussure afirma que se a língua humana se reduzisse a dois signos, por exemplo, “da” e “to”, toda a gama de pensamentos humanos seria forçada a se encaixar em um dos dois termos. Portanto, a linguagem depende dos significantes mais do que dos significados, sendo a relação entre os primeiros que determina a relação entre os últimos. Para Lacan (2013) o sujeito é constituído por sua relação com os significantes.

Lacan (2013) pensará que, no sentido temporal, na diacronia, na diferenciação (no uso de significantes) que é produzida pelo entrar da intencionalidade do animal humano no código da linguagem, a mensagem do sujeito falante retorna para ele mesmo. É precisamente o que o grafo do desejo faz ver: a fala, essencialmente diacrônica pela sucessão de significantes, curva-se delimitando uma mensagem, um conjunto de significantes a partir dos quais o sujeito se identifica. Conforme Lacan (2013), não sabemos o que queremos, a intencionalidade é determinada pela participação no código, momento que constitui o sujeito e lhe permite reconhecer qual era de fato sua intenção, mas somente *a posteriori*, só retroativamente. Não sabemos o que queremos até falar; ao falar, nós o descobrimos.

Desde o começo de seu ensino, no seminário 1, Lacan (1988a) tinha em mente aquele momento analisado por Althusser (1980) em *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*, em que um sujeito entende o chamado do policial como se referindo a ele. Trata-se do processo em que um sujeito A mostra ao sujeito B que compreendeu a mensagem a partir de seu comportamento (como pensado por DEWEY (1925)); identifica-se como o remetente da mensagem e age de acordo. Além disso, a citação a seguir leva em consideração que a referência ao outro é prévia à consciência:

Se eu digo “virarás à direita”, é para permitir ao outro ajustar a sua linguagem à minha. Penso no que se passa na cabeça dele no momento em que lhe falo. Esse esforço para chegar a um acordo constitui a comunicação própria à linguagem. Esse tu é tão fundamental que intervém antes da consciência (LACAN, 1988a, p. 11).

O grafo do desejo descreve esse processo que se passa na “mente”⁹, em que o sujeito se identifica com o dizer. É preciso chorar para que o bebê descubra que “quer” o leite (a mãe interpreta o choro como sinal de fome). Mas ainda se poderia argumentar contra Lacan: o significado da frase e a intenção por trás desse significado são distintos? A solução dada por Lacan (1998a) parece ser que, na maior parte do tempo, essa separação é reconciliada num tipo de coincidência retroativa entre o dizer e a intenção, mas nem sempre a

⁸ Ambos, bem entendido, entidades psíquicas e não físicas, nos termos de Saussure (SAUSSURE, 2004).

⁹ Usamos aspas, pois a metafísica cartesiana da mente e estados interiores não faz sentido em Lacan. O interno é externo, Extimo. Lacan concorda com Heidegger sobre a Ekstase como “essência” do humano, ou seja, o humano é o que está posto para fora de si.

intenção, como pertencente à esfera do desejo, possui alguma autonomia.

2.1 PROLEGÔMENOS

Em seu artigo *Subjetividade e concepções de linguagem*, Almeida (2010) elabora uma compreensão da diferença entre Freud e Lacan. Para o autor, cada modo de conceber a linguagem implica uma mundivisão diferente: Freud elabora uma teoria sobre a linguagem (entendida como denotativa do mundo) que afeta o comportamento, de modo que curar é fazer a linguagem denotar corretamente. Almeida acredita que, por ser uma psicologia internalista, é difícil enxergar seus momentos sociais. Em contrapartida, Lacan (1988a) situa-se na virada linguística e resolve problemas metafísicos ignorados por Freud. Lacan tenta construir uma ciência da subjetividade, embora com aspectos idealistas, não concebendo um “lado de fora” e fazendo do mundo um sentido linguístico em que os signos são mais reais que a coisa simbolizada. Em Lacan (1988a), a subjetividade é o reflexo de vínculos culturais, de modo que, desejos, crenças e paixões não estão no teatro interior da mente, mas na relação entre “eu” e “outro”. Todavia, noutro artigo, Almeida (2005) afirma que o Freud empirista e naturalista só existiu até 1920, ano de publicação da obra “para além do princípio do prazer”, após a qual, a “inexplicabilidade da compulsão à repetição força à remodelação da arquitetura

conceitual da psicanálise em termos mais metafísicos do que propriamente empiristas” (ALMEIDA, 2005, p. 127).

Podemos encontrar momentos sociais mesmo em Freud, pois a gestão do desejo orgânico é a primeira e mais importante adequação da criança ao mundo, de modo que o inimigo do desejo do agente, em Freud (1996), não é um pai, como uma pessoa concreta, mas *Das Kultur*, a própria cultura, que é o fundamento do mal-estar (*Das Unbehagen*). Uma leitura de seu livro *O mal-estar na civilização* (FREUD, 1996)¹⁰ mostra, em tese, que a castração é já o conflito entre o que poderia ser lido como o corpo animal e o mundo humano.

Nesse sentido, a linguagem é compreendida por Lacan (1988a) como limite do mundo, e por isso atua como a própria castração contra a qual o sujeito deve se defender. Devido a esse conflito, Lacan (2013) pergunta, em *O Seminário 6*, se o desejo seria contrário a toda possível organização, tendo propriedades opostas às da vontade, que seria uma intencionalidade dirigida pelo ego, controlada. Lacan acredita que a experiência do desejo, em alguma medida, contém algo (real) que escapa a toda organização ou submissão à cultura e assim temos a dissolução da oposição entre sujeito e objeto. A pulsão é o nome para esse aspecto que está no terreno da não coordenação das tendências, um resto não simbolizável. Já a fantasia é precisamente “uma espécie totalmente caracterizada no interior dessa vaga determinação designada como a não oposição entre o sujeito e o objeto” (LACAN, 2013, p.18), pois se trata

¹⁰ Freud, S. (1996). *O mal-Estar na civilização* (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 21). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1929).

da articulação efetiva entre o sujeito e o aspecto anárquico de seu desejo, entendendo-se por objeto o aspecto material, substancial do sujeito.

A partir da pulsão, podemos afirmar que não somos simples máquinas computacionais que respondem ao contexto, como que por estímulo e resposta, pois há intensidades nas palavras. Como se faz notável na experiência de falar uma língua estrangeira e de falar uma língua materna, a materna possui mais intensidade, afirma Lacan (2013). Embora exista o jogo de linguagem e a estrutura de significantes (o que as coisas valem umas em relação às outras no sistema da própria linguagem); pensando o xadrez como exemplo¹¹, existe o jogador e para ele um cavalo pode valer mais do que uma rainha, sem, com isso, mudar as regras do jogo. Ele joga de um modo a privilegiar os cavalos de certo modo, ou até joga do modo mais frio possível, baseando-se integralmente no cálculo da melhor jogada possível para cada situação, mas mantendo especial apreço pelos cavalos. Num caso, há mudança de comportamento visível e efetiva no jogo, no outro não.

O que poderia ser a fonte dessas “intensidades” idiossincráticas seria a única substância que a psicanálise postula, aquilo que Freud chamou de *libido*, que é uma das faces da pulsão, e Lacan (1988b) chama de *jouissance* (gozo). Tal substância forma um campo que se condensa num ponto, o objeto causa do desejo, *objeto a*. O gozo é o aspecto anárquico do desejo que configura o caráter particular de uma pessoa, ou mais precisamente sua identidade como, pondo grosseiramente,

jogador de xadrez que aprecia os cavalos e repetidamente perde por causa disso. De certo modo, é aquilo que faz o sujeito ser ele mesmo no que há de repetição em seu agir, ainda que ele não saiba quem ele é.

O psicanalista J-D Nazio diz que, com a noção de gozo, Lacan se liberta da explicação mecanicista e econômica do funcionamento psíquico que talvez Freud tenha privilegiado: “o gozo é [...] um lugar vazio de significantes” (NAZIO, 1993, p. 39), de modo que conhecemos apenas suas fronteiras, não sabemos sua natureza. Conforme o autor, o gozo seria como uma energia do inconsciente quando ele trabalha. O inconsciente trabalha, garante a repetição, e nisso goza, e completa: “o gozo é que o ser, ao cometer um equívoco, põe em ato o inconsciente” (NAZIO, 1993, p. 43). O inconsciente é uma cadeia de significantes em ato na qual falta o elemento que representaria o gozo. O gozo é uma das faces da pulsão, essa se manifesta como repetição: “enquanto houver gozo, haverá vida, pois o gozo não é outra coisa senão a força que assegura a repetição, a sucessão inelutável dos acontecimentos vitais” (NAZIO, 1993, p. 43).

Como pensada por Lacan, a libido ou o gozo seria a propriedade de um órgão especulativo-metafórico no registro do real: “Essa lâmina, esse órgão, que tem por característica não existir, mas que não é por isso menos um órgão (LACAN, 1988b, p. 186). Esse órgão suposto aponta para aquilo que falta ao sujeito como ser finito e determinado pela linguagem, ou seja, a substância vital, o biológico, a animalidade pura:

¹¹ Tanto Ferdinand de Saussure (2004) quanto Wittgenstein (2016) utilizam o xadrez como exemplo para tratar da linguagem.

É a libido, enquanto puro instinto de vida, quer dizer, de vida imortal, de vida irrepreensível, de vida que não precisa, ela, de nenhum órgão, de vida simplificada e indestrutível. É o que é justamente subtraído ao ser vivo pelo fato de ele ser submetido ao ciclo da reprodução sexuada. E é disso aí que são os representantes, os equivalentes, todas as formas que se podem enumerar do objeto *a* (LACAN, 1988b, p. 186).

O objeto causa do desejo ou *objeto a*, condensador de gozo, é o representante da substância vital mítica que falta aos humanos. Žizek (2017, p. 93) afirma que o ponto de Lacan é revitalizar o acontecimento cartesiano, isto é: Descartes traz com o cogito a noção mesma de sujeito freudiano: “um sujeito surge quando um indivíduo é privado de seu conteúdo substancial”, a personalidade, as emoções, habilidades etc. Trata-se de uma imaginária substância do eu, enquanto o sujeito, em seu nível zero, é uma pura casca vazia, esse é o sujeito freudiano, sujeito a uma pulsão autônoma. Além disso, esse objeto representa o aspecto de coisa a partir da qual o sujeito é tomado pelo Outro e pelos outros, aplicando-lhe categorias, adjetivos, e tomando como objeto de desejo e causa do desejo. Ou, nos termos de Heidegger, também somos tomados pelos outros como seres simplesmente dados, ou seja, entes que têm o modo de ser de coisas e substâncias, objetos.

Lacan afirma que a subjetividade humana está inelutavelmente capturada na linguagem, de um modo que, com relação ao par estímulo e resposta, o estímulo é dado em função de um código “que impõe sua ordem à necessidade, à qual nele tem de se traduzir” (LACAN,

2013, p. 20). Conforme o autor, se numa rã é feito cócegas em seu pé, ela responde com distensão muscular, como resposta ao estímulo, já na subjetividade, há emissão de um significante como resposta. Desse modo, o humano é constituído por um conflito interno entre a animalidade (a substância vital ausente) e a linguagem, não sendo adequado reduzir a posição lacaniana a um lugar comum pós-estruturalista que afirmaria que “somos falados pela linguagem”, usados pelo que usamos. Se, em parte, seria uma afirmação verdadeira em relação à teoria lacaniana, por outro, deixaria escapar exatamente a tensão constitutiva e essencial da existência humana, como destaca Žizek, rebatendo um argumento parecido em Heidegger:

Ao contrário, a questão é que Heidegger deixa escapar o impacto particularmente traumático da própria passividade de nosso ser preso na linguagem, a tensão entre o animal humano e a linguagem: existe um “sujeito” porque o animal humano não “se encaixa” na linguagem, o “sujeito” lacaniano é o sujeito torturado, mutilado (ŽIZEK, 2013, p. 506).

É a partir desse conflito que a existência se afirma em sua dimensão criativa. Fugimos à rede causal, a uma simples programação pela linguagem. No grafo do desejo, esse conflito reaparece.

ato de fala. Para elucidar como se deve ler o grafo, deve-se levar em consideração que os processos partem ao mesmo tempo dos quatro pontos: de “Isso” (delta) para “I” (identificação); de “A” (Outro, código) para “s(A)” (significante do Outro); de “D” (cadeia significante) para “S” (significante). O “S” (mais A barrado) é o significante da castração. O “m” representa a palavra francesa “moi” (eu). O “i(a)” significa o outro em sua abordagem imaginária. Nessa etapa do grafo, temos “m(oi)” representando a formação imaginária do eu; e o outro é representado como “i (a)”, que é a imagem especular do outro (neste caso, minúsculo, o outro das interações); “trata-se da experiência com o semelhante na medida em que ele é olhar” (LACAN, 2013, p. 23).

A formação do \$ e do objeto a, isto é, da subjetividade e da *objetividade* (estado de objeto) ocorre “nesta falta de ser, ele se dá conta de que o ser lhe falta, e [...] ele se imagina como um objeto a mais” (LACAN, 1985, p. 280-281). O estágio do espelho mostra uma lógica similar: o bebê se descobre na imagem especular num momento em que ainda não possui controle sobre o corpo, e por isso, percebe-o esfacelado, até ser chocado com uma imagem inteira, fornecida pelo espelho. Mas não é preciso um espelho físico, o olhar do outro pode fazer essa função. Recebendo esses estímulos, ou significantes do Outro, o bebê deverá, ou ocasionalmente o fará, emitir algum tipo de resposta ao se perceber como objeto para o outro. É esse o contato primário com a substância corporal, tomada sempre especulativamente pelo sujeito, simbólico e imaginariamente.

Mesmo em Lacan (2013), a presença do outro é incorporada num esquema que aparenta solipsismo, uma vez que o outro é posto como imagem especulativa criada pelo sujeito da intencionalidade. Mas seria uma leitura equivocada, pois o próprio outro, em sua dimensão física e material, é suplementado por uma imagem de si mesmo que é formada nas interações. O ego foi pensado por Lacan como um mecanismo de defesa contra o desamparo, o que pode sugerir uma ausência do outro, mas o que realmente está ausente é a “natureza humana”, de modo que o desamparo se dá em face do Outro que está presente inescapavelmente como mundo humano já constituído no qual é preciso entrar. O Outro aparece com a marca do absoluto em relação ao qual o sujeito se vê castrado, impotente.

O ego que se constrói é algo que não reflete apenas o aparecimento do sujeito para o outro, mas para si mesmo: o ponto de saída do grafo é o lugar de referência onde o desejo vai aprender a se situar, a fantasia. “\$↘a” (leia-se sujeito barrado pulsão objeto a), marca o lugar da fantasia e o encontro e a formulação do sujeito com o seu gozo, o “\$” é sujeito como falante na medida em que se refere ao outro imaginário. Trata-se do sujeito do estágio do espelho, dividido (barrado) entre a caoticidade real de seu corpo inarticulável em totalidade e a imagem do espelho ou do olhar do outro que lhe oferece um aspecto de totalidade. O segundo andar do grafo acontece na medida em que o suporte da fala, o fundo real sobre o qual a fala existe (que é o sujeito) é marcado pelo Outro e pela linguagem. Ele é produzido na linha pontilhada que representa

o sujeito como suporte real da fala, ou seja, mostra o processo de divisão entre a substância natural e material (corpo biológico, *res extensa*) e a cultura. Essa leitura poderia sugerir uma sobrevivência da metafísica cartesiana criticada por Heidegger, a separação entre *res extensa* e *res cogitans*, mas não resolveremos esse problema neste estudo, apenas sugerimos que Lacan (1985a) trata a linguagem como ser simplesmente dado e o sujeito como uma ausência de ser simplesmente dado. Essa divisão é a base do processo de subjetivação que advém da separação entre a intenção comunicativa e a mensagem comunicada:

[...] o processo da enunciação se distingue da fórmula do enunciado e a ela se superpõe, a captura do sujeito na articulação da fala, captura que era inicialmente inocente, torna-se inconsciente. [...]. Portanto, o que se produz nessa segunda etapa nos permite localizar, lá onde no primeiro esquema estava a mensagem, o surgimento do que é significado do Outro, s(A), por oposição ao significante dado pelo Outro S(A)” (LACAN, 1985a, p. 25).

O que está na origem do grafo (Isso representado por delta) pode ser pensado como a eclosão da necessidade do bebê, e no fim da cadeia intencional está a primeira identificação (I). A primeira etapa se refere ao infante que mal sabe falar e necessita dos cuidados do Outro (A). Sua necessidade é genérica, é necessidade do cuidado. Necessidade biológica na medida em que a biologia é uma falta e necessidade ontológica: pois, no humano, o biológico não se determina como presença, mas como ausência. Se o

instinto animal pode ser visto como um tipo de saber, um conhecimento procedural em relação ao mundo, nos humanos, esse tipo de saber (instintual) falta. Porém, há outro saber que é o precipitado cultural que forma o inconsciente e a linguagem.

O Outro (A) é aquilo com que o sujeito tem de lidar e que lhe aparece com a marca do absoluto: “O Outro em questão é aquele que pode dar ao sujeito a resposta [...] a seu apelo” (LACAN, 2013, p. 23), que pode dar resposta à sua demanda. O apelo pode ser lido a partir de Ser e Tempo, nesses termos do estranhamento, do “não-sentir-se-em-casa” (castração), advém o chamado, o apelo para ser si mesmo e se pôr na ação fática. A ação pode ser lida como o comportamento que Dewey (1925) considera parte dos atos comunicativos, é preciso se portar adequadamente em relação ao que o outro diz e à pergunta que vem de si mesmo. Lacan (2013) afirma que quem responde a esse apelo que o sujeito sente em si como princípio de individuação é o Outro, reforçando a leitura heideggeriana da linguagem como morada do ser. O código (C) é o que informa ao sujeito o que ele deseja a partir da articulação entre a demanda (a passagem da intencionalidade pelo código a transforma em demanda [necessidade articulando-se linguisticamente]) e o Outro (como lugar da fala), representado por “\$D”. Essa articulação, Lacan (2013) diz ser o *horizonte de ser*.

A esse respeito, questiona-se: a qual pergunta o Outro responde? A que apelo? Essas questões têm sua origem no primeiro encontro do sujeito com o desejo, experimentado como algo estranho, externo, que é o desejo do Outro. Se, para Heidegger (2015, p. 347), “o apelo

é um modo de fala” que fala em silêncio, para Lacan (2013), o que é escutado nesse apelo é uma pergunta sobre o lugar do sujeito no mundo, a posição que ele ocupa como objeto (de desejo dos outros) e como sujeito para os outros e para si. Nesse cenário, quem “apela é a presença em sua estranheza” (HEIDEGGER, 2015, p. 355). Portanto, a pergunta é “o que quer você de mim?”. Mas, paradoxalmente, “o sujeito não pode obter a resposta – porque a única resposta é o significante que designa suas relações com o significante” (LACAN, 2013, p. 45), como se o sujeito estivesse preso em um círculo linguístico que não lhe permite ocupar uma posição externa ao círculo, a partir da qual ele observaria sua própria posição nesse círculo. Todavia, algo o empurra, vindo de além desse círculo.

No pensamento de Lacan (2013), o Outro coloca os significantes que representarão o sujeito; coloca as palavras na ponta da língua do sujeito; e o questionar do sujeito (que o constitui) prossegue como “o que o Outro quer ao dar os significantes x ou y”? Em exemplo grosseiro, o que o Outro (cultura materializada em algumas pessoas significativas das relações) quer ao me colocar como menino, menina, negro, gay, pai de família, feio, bonito etc. Cada substantivo é um adjetivo e um advérbio qualifica o ser humano, substancializa e temporaliza seu modo de ser, põe-no em uma posição temporal como o que foi, o que é e o que será. Conforme explica Lacan:

Se essa experiência do desejo do Outro é essencial é porque permite ao sujeito realizar esse para-além da articulação linguageira em torno da qual gira isto: é o Outro que fará com que

um significante ou outro esteja ou não na presença da fala. Com efeito, até então a bateria dos significantes, entre os quais podia ser feita uma escolha, estava ali, mas apenas em si. Agora, é na experiência que essa escolha se mostra comunicativa, na medida em que está ao alcance do Outro fazer com que um ou outro dos significantes ali esteja (LACAN, 2013, p. 24).

Ou seja, é o Outro que dirá, em princípio, “como devo me comportar para demonstrar que sei ser eu mesmo”. O que poderia sugerir que a subjetividade não é mais do que a cultura corporificada e interiorizada, mas, ao contrário, essa experiência com o Outro não é totalmente genérica e remete à singularidade, pois o Outro precisa se efetivar como prática discursiva concreta, situada. É nesse ponto que o desejo aparece na relação entre o proferimento discursivo em si (os significantes efetivamente proferidos) e o fato de esse proferimento não ser apenas em abstrato, pois habita em um contexto concreto e tem uma ordem determinada dos significantes. A escolha dos significantes e sua ordem pode ser vista como a expressão de algo particular que aponta para o que culturalmente se nomeia como individualidade. Esse apontar da cultura e aquilo que é por ela apontado é o ser sujeito a se formar nesse espaço. O desejo (d) se manifesta na:

[...] hiância que separa a pura e simples articulação linguageira da fala daquilo que marca que o sujeito aí realiza algo dele mesmo, algo que só tem alcance, sentido, em relação a essa emissão da fala, algo que é seu ser – o que a linguagem chama com esse nome (LACAN, 2013, p. 26).

Como explica o autor, é na hiância entre a demanda (a necessidade transforma-se em demanda ao passar pelo código e pela interpretação da cultura) e o que seus avatares a fazem se transformar e a exigência de reconhecimento do Outro que se encontra a experiência do desejo. Nesse processo, a demanda precisa ser formulada *linguagueiramente* e, com isso, é criada a hiância, o espaço vazio que é o sujeito. Mas o desejo é primeiramente vivenciado como desejo do Outro, contra o qual o sujeito está em desamparo, no interior do qual o sujeito deve situar o seu desejo.

Quando o sujeito “diz – Eu sou aquele que sabe que sou. Infelizmente, mesmo que ele saiba que é, não sabe absolutamente nada daquilo que é. Eis o que falta em qualquer ser” (LACAN, 1985, p. 280-281). Assim, o sujeito sabe que é, mas não o que é, não consegue qualificar e determinar o seu ser, sua *quididade*.

O grafo, embora seja rico e ilustrativo, encontra seu limite, pois a estrutura de superfície do grafo “não pode dar conta de momentos onde, por exemplo, o analisando se queixa de ‘estar sempre dando volta em redor de não sei quê’, que está sempre ali” (KRUTZEN, 2018, p. 94). Percebendo isso, Lacan (2013) passa a tratar do *toro*, uma estrutura que consegue representar o aspecto de repetição da pulsão, exatamente aquilo que falta ao grafo. Segundo Žižek (2017), o sujeito constitui-se por uma insistência, um retorno ao mesmo, de modo que a hominização também passa pela parada; isto é, o animal passa ao humano quando é capaz de parar no mesmo, de perdurar, de romper o fluxo do devir e permanecer no mesmo. Mas esse objeto em torno do qual

o sujeito se move é sua própria intencionalidade e animalidade.

Então, o infante se insere na linguagem e começa a falar e agir, mas “será que sabemos o que fazemos? [...] será que sabe ou não sabe o que faz ao falar? O que quer dizer: ele consegue significar eficazmente para si sua ação de significação?” (LACAN, 2013, p. 36). O sujeito, ao falar, sabe o que faz? Lacan diz que a resposta de Freud a essa pergunta é: Não.

3. CONCLUSÃO

Neste estudo, esboçamos um diálogo entre diferentes tradições do pensamento sobre o humano, passando por Dewey, Heidegger e Lacan buscando um ponto de convergência entre suas maneiras de compreensão. Dewey e Heidegger poderiam ficar incompletos sem uma compreensão da tensão insuperável existente entre aquilo que se poderia chamar de aspecto animal da realidade humana e o seu aspecto cultural. Pertencer à linguagem em carne ôntica, como o último diria, para a humanidade significa um completo pertencimento, não resta um dualismo animalidade e cultura, pois a animalidade do humano é sobretudo experimentada como um resto. Entretanto, ter e ser um corpo (substância) significa para o humano que não somos inteiramente escravos do simbólico, não apenas seguimos suas regras, há sempre algo que resiste, que não se inscreve, que leva e se origina de além ou aquém, esse algo é o que individualiza e se expressa no desejo

e na intencionalidade, que tenciona a linguagem. Essa animalidade, essa substância aponta para algo de indeterminado que resiste à sua teorização, aponta para algo ausente e presente, para o *noumenal*, como afirma Zizek (2013), ou para o Real.

Acreditamos ter demonstrado brevemente a utilidade do grafo do desejo como descrição da experiência ontológica com a linguagem, sendo de interesse para diferentes campos de estudo das ciências humanas. Respondemos à pergunta inicial do artigo sobre a relação do humano com a linguagem ao observar que, na base da relação do humano com a cultura, temos a intencionalidade, o impulso, ou o que Lacan (2013) chama de pulsão, que corresponde à animalidade.

Assim, o animal humano não se encaixa completamente na linguagem, não podendo, por isso, relacionar-se com ela de um modo neutro como uma máquina, pois, na medida em que comunica, recebe de volta essa comunicação como uma resposta àquilo que ele é, seu lugar no mundo e em relação aos outros. Isso não significa apenas que o humano é usado pela linguagem, na tentativa de usá-la; mas que, nela, ele se descobre. Assim, este trabalho aponta para um tema de relevo na teoria e política da atualidade: a identidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João José Rodrigues Lima de. Subjetividade e concepções de linguagem: freudismo, lacanismo e pragmatismo. **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, v. 10, n. 13-14, p. 137-156, out. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/599>. Acesso em: 11 maio 2015.
- ALMEIDA, João José Rodrigues Lima de. O Inconsciente temporalizado O Inconsciente temporalizado. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 23, n. 12, p. 125-146, maio 2005. Disponível em: <http://saber.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/viewFile/438/353>. Acesso em: 11 maio 2015.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3. ed. Tradução Joaquim José de Maura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1980
- BLANCHOT, Maurice. **A parte do fogo**. São Paulo: Rocco, 2011.
- DEWEY, Jhon. **Experience and Nature**. La Salle: Open Court, 1925.
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago. 1996.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Wmf Martins Fontes Ltda, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico**. Lisboa: Gradiva 2006.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2015.
- KRUTZEN, Henry. **Para uma nova definição do espaço clínico**: Topologia em expansão. São Paulo: Annablume, 2018.
- LACAN, Jacques. **O seminário 1**: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988a.
- LACAN, Jacques. **O seminário 11**: os quatro conceitos fundamentais. São Paulo: Jorge Zahar, 1988b.
- LACAN, Jacques. **O Seminário 2**: o eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- LACAN, Jacques. **O Seminário 6**: o desejo e sua interpretação. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

NAZIO, J.-D. **Cinco lições sobre a teoria de Jaques Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

PETRÔNIO. **Satiricon**. Rio de Janeiro: Escala, 1970.

SAUSSURE, Ferdinand. **Escritos de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 2004.

SOUSA FILHO, Alípio de. **Tudo é construído! tudo é revogável!**: a teoria construcionista crítica nas ciências humanas. São Paulo: Cortez, 2017.

VANDENBERG, Frédéric. Metateoria, teoria social, teoria sociológica. **Cadernos de sociologia**, IESP. UERJ, 15-48, 2013.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

ZIZEK, Slavoj. **Menos Que Nada**: Hegel e a sombra do materialismo dialético. São Paulo: Boitempo, 2013.

ZIZEK, Slavoj. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. São Paulo: Zahar, 2017.

A DINÂMICA SOCIAL EM JOGO: PRÁTICAS DIDÁTICAS EM SOCIOLOGIA COM O JOGO DE CARTAS AGÊNCIA

SOCIAL DYNAMICS AT PLAY: DIDACTIC PRACTICES IN SOCIOLOGY WITH THE AGENCY CARD GAME

Peterson Roberto da Silva¹

<https://orcid.org/0000-0001-6206-2002>

Thereza Cristina Bertazzo Silveira Viana²

<https://orcid.org/0000-0002-7598-2788>

RESUMO

Este artigo apresenta e discute uma ferramenta projetada para auxiliar educadores com o ensino de Sociologia, em especial, a ideia de imaginação sociológica: o jogo de cartas Agência. O estudo apresenta as regras do jogo com vista a situar leitores quanto ao seu funcionamento. Discute de que maneira essas regras representam diferentes perspectivas teóricas da Sociologia acerca do debate entre agência e estrutura, bem como entre outros elementos, como crises e revoltas, objetivando demonstrar de que forma o jogo pode ou não representar a realidade social (como é vista a partir de vários enquadramentos teóricos relevantes). Contextualiza o uso de jogos como recursos didáticos, bem como a produção e a distribuição desse jogo específico, para finalmente apresentar um relato da utilização do jogo em três turmas do nono

ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA-UFSC), na cidade de Florianópolis (SC), em 2018. O estudo aponta que, apesar das dificuldades relacionadas ao tempo alocado para o jogo, ele trouxe bons resultados, considerando o quanto foi possível envolver alunos e alunas nas discussões conceituais e trabalhar esses conceitos de maneira qualificada.

Palavras-chave: ensino de Sociologia; estrutura; agência; jogos.

ABSTRACT

In this article we present and discuss a tool projected to aid educators in teaching sociology, especially the notion of sociological imagination: the Agência

¹ Pesquisador associado ao Instituto de Teoria e História Anarquista, doutorando em Sociologia e Ciência Política com ênfase em Ciência Política pela UFSC (bolsa CNPq).

² Professora de Sociologia no Colégio de Aplicação da UFSC (CA-UFSC), Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Mestre em Sociologia Política (2003) e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

card game. The rules of the game are presented in order to introduce readers to its mechanics. We discuss how these rules represent different theoretical perspectives in sociology regarding the debate between agency and structure, among other elements, such as crises and insurgencies, aiming at showing how the game may or may not represent social reality (as it is seen from the point of view of several relevant theoretical frameworks). Finally, we contextualize the use of games as didactic resources, as well as the production and distribution of this specific game, to then report on its application as a pedagogical tool in three 9th year classes in Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA-UFSC), in Florianópolis (SC), in 2018. We observe that, despite difficulties related to the time allotted to the game, it brought good results, considering it was possible to involve students in the conceptual discussions it brings forth, and to work with them in a qualified manner.

Keywords: Teaching of sociology; structure and agency; games.

INTRODUÇÃO³

Demonstrar a importância de compreender as estruturas sociais – em grande medida, a importância da “imaginação

sociológica” (MILLS, 1982) – é um desafio do ensino de Sociologia na educação básica. Essa dificuldade, talvez inerente ao ensino de Sociologia em sentido mais geral, pode estar sendo exacerbada por nossas condições históricas atuais (BECK; BECK-GERNSHEIM, 2002, p. xxiii; GRAEBER, 2001 *apud* SILVA, 2018, p. 143). Analisar as estruturas sociais exige por parte do(a) docente um trabalho de mediação que busque romper com a concepção bancária de educação, na qual os(as) educadores(as) ocupam a posição de narradores(as) ou dissertadores(as) do conhecimento, que, por sua vez, seria depositado nas mentes dos(as) estudantes, “objetos pacientes” ou “ouvintes” (FREIRE, 2014).

Neste artigo, apresentamos e discutimos uma ferramenta projetada para auxiliar educadores(as) a enfrentar esse desafio: o jogo de cartas Agência. Mediante um relato de sua utilização⁴ em três classes do nono ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (CA-UFSC), em 2018, objetivamos expor seus resultados pedagógicos no que tange à construção crítica e coletiva do conhecimento, e indicar, assim, várias formas de como esse jogo pode ser útil para o ensino de Sociologia.

Para fazer isso, apresentamos as regras do jogo, bem como argumentamos acerca de uma miríade de teorias sociológicas que fundamentam e podem ser exploradas na construção dessas regras. Depois, discutimos brevemente

³ Gostaríamos de agradecer a todas/os as/os alunas/os que participaram da experiência didática descrita neste artigo, bem como às contribuições dos/as pareceristas anônimos.

⁴ Foi utilizada a versão 2.180423. Desde então, o jogo passou por evoluções (atualmente encontra-se na versão 4.190617), o que não será discutido neste artigo. Para mais informações, visite o *site* oficial do jogo em: <https://petercast.net/agencia>.

a utilização de jogos para fins didáticos na educação básica, contextualizando a produção e a distribuição desse jogo em particular, para, por fim, analisarmos sua utilização a partir do relato prático.

APRESENTAÇÃO DO JOGO

No jogo Agência, cada jogador começa a partida com cinco cartas à mão (que devem permanecer ocultas para os seus adversários) e uma carta à sua frente, visível para os demais, que é chamada de “estrutura”. O baralho de Agência é composto de 80 cartas, 12 das quais são “cartas naturais” – as outras 68 sendo “cartas estruturais” (a principal diferença entre elas é que uma carta “natural” não pode ser usada como “estrutura”). Todas as cartas estruturais recebem nomes de “estruturas sociais” amplamente concebidas (por exemplo, “Oligarquia latifundiária”, “Totalitarismo”, “Revolução feminista”), e se subentende que seus efeitos se relacionam com seus nomes.

Neste artigo, enfocaremos as regras do jogo e como elas se relacionam com as teorias sociológicas, podendo, assim, servir como ponto de partida para discussões e aprendizados em sala de aula. O conteúdo das cartas em si – seus nomes, seus efeitos, e como elas são utilizadas no contexto de cada jogo – constituem outra fonte riquíssima de discussões, com um potencial quicá ilimitado em termos de temas que podem ser abordados; contudo, não será o foco deste texto. Adicionamos um apêndice (Apêndice A) ao fim do

artigo listando os nomes e os conteúdos das cartas.

Depois que as cartas são distribuídas, os jogadores (de 3 a 6, formando um círculo) sorteiam quem começará a primeira partida (as subseqüentes são iniciadas pelo vencedor da última). Em sua vez, cada jogador deve fazer exatamente o que a carta em sua estrutura orienta. De fato, muitas vezes, os efeitos atingem mais que o próprio jogador, e condicionam outras estruturas, de modo que o mais adequado seria dizer que todos devem obedecer à estrutura de todos os jogadores, uma de cada vez. Esta é a dinâmica mais elementar do jogo: o jogador deve seguir à risca as instruções de sua estrutura; depois, o próximo a jogar fará o mesmo, e assim sucessivamente. No início do jogo, o fluxo das jogadas é horário. O objetivo da partida é ficar com nenhuma carta à mão; o primeiro a fazer isso sozinho vence a partida.

Se as instruções de uma estrutura não conseguem ser seguidas literalmente, há uma “crise”. Se uma crise ocorre, a jogada é imediatamente cancelada (a carta que origina a crise não causa qualquer efeito) e o jogador com mais cartas na mão (com exceção do jogador cuja carta originou a crise em questão) deve efetuar uma “alteração estrutural”, que significa trocar uma carta de qualquer estrutura vigente por uma carta estrutural que está em sua mão. Como critério de desempate entre dois ou mais jogadores com o maior número de cartas à mão, aquele que for o próximo a jogar no fluxo da partida faz a alteração. Feita essa alteração (informalmente, “resolvendo uma crise”), a partida continua a partir do próximo a jogar.

A “crise” é uma das formas por meio da qual os jogadores podem alterar as estruturas; assim, a dinâmica corrente do jogo é que os jogadores obedeçam às suas estruturas e às estruturas dos demais, caso lhes atinja. No que tange ao aspecto estratégico, cada jogador deve aproveitar tais momentos de agência para colocar na “sociedade” (conjunto de estruturas vigentes na partida) uma estrutura mais favorável, “enviesando” os efeitos cumulativos das estruturas ao longo do jogo para alcançar a vitória.

Há três outras maneiras de alterar as estruturas. Uma delas é obedecendo a certas estruturas que exigem alguma alteração estrutural. Outra forma é por meio das cartas naturais, que se chamam “Nova geração” e “Liderança”. As cartas naturais podem ser descartadas por um jogador depois que ele obedece à sua estrutura e permitem uma alteração estrutural. Cartas naturais também podem ser descartadas para vencer a partida caso sejam a única carta na mão de um jogador (depois que ele obedece à sua estrutura, em sua jogada). A última maneira é a “revolta”, uma possibilidade de o jogador com mais cartas à mão, se ele for o único, e se tiver 3 cartas a mais que o jogador (ou os jogadores) com o menor número de cartas à mão, mudar a estrutura. Enquanto essas condições forem satisfeitas, o jogador em questão pode se revoltar no começo da jogada de qualquer jogador, cancelando tal jogada imediatamente. A “revolta”, contudo, não é uma alteração estrutural simples, mas uma proposta de alteração

estrutural – que, para se efetivar, deve ser aceita por, no mínimo, um adversário. Se nenhum adversário apoiar a “revolta”, a alteração é desfeita e o jogo segue, sem possibilidade de uma nova “revolta” até a próxima crise. Se em uma mesma jogada puder ocorrer uma “crise” e uma “revolta”, a “crise” tem prioridade.

AS FUNDAMENTAÇÕES TEÓRICAS DO JOGO

É ponto pacífico que a complexidade da realidade social a torna irrepresentável em sua completude, mas há na Sociologia várias “grandes teorias” que buscam explicar as dinâmicas sociais de forma ampla. Embora o jogo Agência promova a reflexão sobre vários aspectos de algumas dessas teorias, alguns são priorizados em detrimento de outros, assim como, de antemão, algumas perspectivas teóricas são favorecidas em detrimento de outras⁵. Além disso, o próprio formato do jogo como tal implica tensões decisivas que podem comprometer o seu aspecto de representação teórica, mas podem ser, pela mesma razão, essenciais no contexto da própria reflexão sociológica crítica, em sala de aula, como veremos adiante.

⁵ Um jogo com base em perspectivas como as de Harold Garfinkel ou Erving Goffman, por exemplo, seria muito diferente – e não necessariamente “pior” ou “melhor”. Além disso, furtamo-nos a discutir teorias que poderiam estar representadas no jogo, mas não estão. Ver, por exemplo, o comentário que Sherry Ortner (2007, p. 45-80) faz sobre externalidades.

ESTRUTURA E AGÊNCIA

Quando sociólogos(as) tomam por objeto as regularidades macroscópicas da vida social, é possível que a agência individual saia de foco. É o que faz Durkheim (1971, p. 87), por exemplo, ao discutir como os “fatos sociais” são anteriores aos indivíduos e os constroem; ou Marx (2011, p. 25), em menor grau, quando comenta que “os homens fazem a sua própria história”, mas “não [...] de livre e espontânea vontade”, posto que há “circunstâncias [...] que] lhes foram transmitidas assim como se encontram”. Isso é representado em Agência quando os jogadores, ao iniciarem uma partida, sofrem efeitos de estruturas que não escolheram.

Tal perspectiva pode ser exacerbada até que se perceba, na própria interação entre as estruturas (e como elas determinam ou condicionam as ações dos agentes), a razão para os desenvolvimentos ulteriores de uma sociedade. Poder-se-ia considerar que o jogo promove a corrente teórica estruturalista ao demonstrar de que modo certas estruturas sociais levam inevitavelmente a certos efeitos, ao mesmo tempo que reproduzem a si mesmas. Porém, no contexto do jogo, as possibilidades de intervenção são significativas o bastante para que seu o resultado não possa ser visto como desfecho inevitável de determinada combinação estrutural pregressa. O estruturalismo não levaria em consideração “como as ações dos atores sociais se relacionam a interesses”, isto é, como eles “certamente manipulam regras e padrões”, não podendo ser vistos meramente como “objetos passivos de sistemas de classificação social” (JOAS; KNOBL,

2009, p. 376). Essa é a crítica da qual parte Bourdieu (1983, p. 60), para quem é preciso analisar a dinâmica social contornando o “realismo da estrutura”, indo “do opus operatum ao modus operandi”. Assim, a maneira como os jogadores atuam ou deixam de atuar quando poderiam fazê-lo é indispensável para compreender o *status quo* de uma partida após certo tempo – o que não implica que intenções e ações apenas expliquem o estado de coisas de uma partida. “Não é útil analisar o comportamento de atores individuais em isolamento”, especialmente sem considerar “a posição de um ator dentro de um [...] ‘campo’, dentro do qual a ação ganha significado em primeiro lugar” (JOAS; KNOBL, 2009, p. 378).

Campos oferecem “opções de ação, mas apenas certas opções, o que simplesmente significa que outras opções estão excluídas, e que os atores estão sujeitos a restrições” (JOAS; KNOBL, 2009, p. 378). Em Agência, o campo dentro do qual os jogadores se posicionam, que confere significado a suas ações, é o próprio jogo, com suas regras de alteração estrutural e definições de vitória. Ao jogar (adentrando no campo), os jogadores desenvolvem a disposição para seguir suas regras, o que explica a relativa estabilidade das estruturas ao longo do tempo, característica do jogo: tornam-se menos “sujeitos” e mais “atores em um campo pelo qual eles são profundamente moldados” (JOAS; KNOBL, 2009, p. 378). Bourdieu chama essa disposição, que produz práticas que “tendem a reproduzir as estruturas objetivas das quais elas são, em última análise, o produto”, de “habitus” (BOURDIEU, 1983, p. 61).

Os campos que Bourdieu abordava eram específicos (científico, artístico, religioso), enquanto Agência pretende representar uma totalidade social, o que implicaria a intersecção de uma diversidade de campos. No entanto, isso não necessariamente gera incongruência na medida em que Bourdieu considerava que a competição entre agentes maximizadores de interesse constitui a dinâmica social mais elementar (GRAEBER, 2001, p. 27-29). Um jogo seria, portanto, uma forma conveniente de representar uma sociedade inteira, pois, assim como para os utilitaristas, na sociologia de Bourdieu “as pessoas (consciente ou inconscientemente) sempre perseguem seus interesses – ou preferências”, e dentro de um campo aprendem suas regras e “internalizam” as “estratégias” para alcançar o objetivo inequívoco, ou seja, “melhorar [su]a posição [...] dentro de um campo particular ou ao menos preservar o status quo” (JOAS; KNOBL, 2009, p. 384).

Bourdieu é frequentemente criticado por caracterizar a reprodução das estruturas sociais como algo tão provável que a transformação social torna-se, de certa forma, inexplicável. Para Joas e Knobl (2009, p. 383), “o conceito de ‘habitus’ não exclui um espaço comportamental de manobra que possibilita um tipo criativo e inovador de conduta”, mas implica que “nunca podemos romper ou sair desse comportamento habitual completamente, porque o habitus é um aspecto de nossa identidade e história de vida”. Se esse é o caso, por que a carta “Liderança” (por exemplo) envolve a efetivação de uma nova estrutura social,

muitas vezes sem relação alguma com a atual do jogador que a efetiva, podendo até mesmo substituir sua atual estrutura, se sua própria subjetividade teria sido construída com base nessa estrutura? A origem do imbróglie está no ímpeto utilitarista que Bourdieu vê como intrínseco à agência humana, o que impede *a priori* uma socialização alternativa – para outros *modi operandi* – que certos campos poderiam efetivar. As estruturas (no jogo) não conseguem formar um *habitus* que leve à sua permanência porque o *habitus* preponderante é o da maximização do interesse, que é conceituado pelas regras do jogo-campo: estruturas são trocadas assim que for conveniente, quando for possível; a permanência de uma estrutura é, no máximo, um efeito colateral de certa confluência de fatores conjunturais determinados pelas regras do jogo.

Nesse sentido, podemos dizer que o jogo será mais bem entendido se for visto como uma representação de uma perspectiva teórica como a estruturação de Anthony Giddens, para quem as próprias “propriedades estruturais expressam formas de dominação e poder” (GIDDENS, 1989, p. 21, ênfase no original). A assimetria na distribuição dos recursos da sociedade⁶ está relacionada à força coercitiva intrínseca àquilo que o jogo chama de estruturas, mas não somente: a dominação e o poder “têm de ser reconhecidos como inerentes na associação social”, não sendo o poder “um fenômeno inerentemente nocivo nem apenas a capacidade de ‘dizer não’” (GIDDENS, 1989, p. 37). Em outras palavras, a dominação implícita na reprodução social das instituições e nas regras

⁶ O que poderia ser representado, no jogo, pelo número de cartas à mão.

do jogo produz tanto perdedores quanto um vencedor, permitindo alternâncias; ela estimula a adesão à dinâmica assim como em Bourdieu as estruturas produzem um *habitus*, com a diferença de que o aspecto restritivo das estruturas como configurações de poder e de dominação, também é crucial para compreender a estabilidade em cenários nos quais ela conflita com o interesse de um ou mais jogadores.

No entanto, há uma incongruência terminológica grave entre o simbolismo do jogo e a teoria da estruturação. Para Giddens (1989, p. 20), as estruturas não se referem à “dimensão sintagmática das relações sociais”, mas, sim, à “dimensão paradigmática”, ou seja, às regras de transformação que governam uma matriz de transformações admissíveis, e por isso o “verdadeiro” conceito de estrutura seria mais bem representado pelo regulamento do jogo em si, na medida em que este determina quais transformações são possíveis (e os critérios para que os jogadores julguem quais são desejáveis). O que o jogo chama de estruturas deveria, no contexto da teoria de Giddens, ser chamado de “instituições”.

A estabilidade da estrutura social adquire, assim, outro significado, e a própria possibilidade de agência é questionada – afinal, não há muitas formas de flexibilizar as regras do jogo, e, mesmo as que existem, dependem de cartas estruturais (e, portanto, estão subordinadas às regras em sentido geral, não tendo sua permanência garantida sequer até o final de uma partida, quanto mais de um jogo). Porém, é preciso entender o conceito de agência no âmbito da teoria da estruturação. Para Giddens (1989, p. 9-11), as ações

“têm consequências impremeditadas [que] podem sistematicamente realimentar-se para constituírem as condições não reconhecidas de novos atos”, isto é, um jogador pode realizar certas alterações “estruturais” (na nomenclatura do jogo) com certas intenções, mas causar efeitos imprevistos (desde crises até a vitória de um adversário). O que é mais importante, a agência “não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar”, de modo que “diz respeito a eventos” no sentido específico de que seu indivíduo “perpetrador [...] poderia [...] em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo diferente” (GIDDENS, 1989, p. 17). Essa é uma característica notória do jogo: por um lado, todo jogador derrotado pode explicar sua derrota como consequência de suas restrições – as “estruturas” (na nomenclatura do jogo) levaram outro jogador à vitória! Contudo, em algum momento ele poderia ter agido de forma diferente, ou outros poderiam. Era possível “criar uma diferença”, o que basta para caracterizar a agência humana.

Não obstante, a verdadeira estrutura (as regras do jogo) não é passível de transformações duradouras – esclarecendo: não segundo Giddens, mas, no caso do jogo. Se categorizarmos como “estruturas sociais” somente o formato do jogo e as suas regras, o jogo volta a poder ser compreendido a partir da perspectiva de Bourdieu, pois seria perfeitamente coerente que elas não pudessem ser de outra maneira – a disputa de poder entre indivíduos utilitaristas (ainda que relativizada pela especificidade dos campos onde

o poder e a utilidade adquirem significado) seria, afinal de contas, o fundamento da dinâmica social. Para que o jogo faça sentido a partir da teoria da estruturação, seria preciso considerar a estrutura social não como natural, mas como arranjo de poder que, por alguma razão, não pode ser essencialmente desafiado. Uma explicação possível é externa ao próprio jogo – as regras não podem ser desafiadas por um jogador porque seus adversários não o permitiriam. Outra explicação consiste em depender do apelo a algum tipo de legitimidade, como a legal-racional weberiana (o jogo seria “racional”; ver SILVA (2018, p. 29-30)) ou a cognitiva baseada em pressuposição, próxima à naturalização teórica de Bourdieu no sentido de que se torna impossível conceber outras regras possíveis (SUCHMAN, 1995 *apud* SILVA, 2018, p. 43)⁷.

Uma terceira perspectiva é a de William Sewell, para quem a noção de estrutura é essencial por descrever “a tendência de padrões de relações a serem reproduzidas, mesmo quando os atores engajados nas relações estão inconscientes dos padrões ou não desejam sua reprodução” (SEWELL, 1992, p. 3). Assim como Giddens (1989), Sewell (1992, p. 4) considera que as estruturas sociais tanto restringem a agência humana como a possibilitam: ele conceitua os agentes humanos como “capazes de colocar em ação suas capacidades estruturalmente formadas de maneiras criativas ou inovadoras”, o que poderia eventualmente

levar a transformações estruturais. Diferentemente da teoria da estruturação, esse enquadramento permite tratar como representações de estruturas aquilo que o jogo Agência chama de estruturas, com as regras do jogo se relacionando a um formato específico de agência humana.

Para Sewell (1992, p. 16), é preciso adotar “uma concepção de sociedade – e de estrutura – muito mais múltipla, contingente, e fraturada”, o que implica defender as seguintes premissas quanto à natureza das estruturas: sua multiplicidade, sua transponibilidade, sua intersecção, a imprevisibilidade da acumulação de recursos e a polissemia de recursos. É possível ver como o jogo Agência incorpora tais premissas ao representar as estruturas: múltiplas, interseccionando-se (atuam sobre outros jogadores e entre si), “transponíveis” (podem ser realocadas, ou retiradas da sociedade para ser recolocadas mais tarde), tendo efeitos cumulativos que podem levar a desfechos imprevisíveis (como discutido no conceito de agência de Giddens acima⁸). Ademais, o mesmo elemento do jogo que representa (inversamente) os “recursos” ou elementos de “status” que determinam a vitória (o número de cartas à mão) representa também as possibilidades de transformação social à disposição – envolvendo, assim, uma polissemia na dinâmica do jogo.

A agência, por sua vez, seria a capacidade “de reinterpretar e mobilizar uma gama de recursos em termos de esquemas

⁷ De qualquer forma, o primeiro tipo pressupõe o segundo: os jogadores que impedem outro de ignorar ou alterar as regras o fazem por considerá-las legítimas.

⁸ De fato, o autor não rompe definitivamente com autores como Giddens e Bourdieu, mas combina suas perspectivas para fornecer uma contribuição original ao debate sociológico sobre estruturas e agência.

culturais que não aqueles que inicialmente constituíam tal gama” (SEWELL, 1992, p. 19). Isso seria uma possibilidade sempre presente no jogo Agência, ainda que constrangida e canalizada em formas específicas, como o autor prevê: “a capacidade para a agência – para desejar, formar intenções, e agir criativamente – é inerente a todos os humanos. Mas [as] formas específicas que a agência tomará [...] variam enormemente e são cultural e historicamente determinadas” (SEWELL, 1992, p. 20).

Porém, se a forma como Sewell compreende a agência servisse como fundamento teórico para o jogo, as próprias regras de alteração estrutural (que engendram as oportunidades de agência) deveriam ser postas em jogo, o que já vimos que não acontece. Pela mesma razão, o jogo não traduz teorias como as de Ortner (2007), por exemplo, que discute a variabilidade da própria agência como propriedade estrutural.

Todas essas tensões entre jogo e teoria sociológica advêm do fato de que o jogo é, enfim, um jogo. As regras e definições essenciais do jogo não podem ser modificadas – são “naturalizadas” – porque de outro modo o jogo poderia se tornar outra coisa que não um jogo – um projeto cooperativo, por exemplo. Ademais, ainda que as regras sejam vistas como contingentes, porém legítimas, “uma dada relação de poder não é legítima porque as pessoas acreditam em sua legitimidade, mas porque ela pode ser justificada em termos de suas crenças” (e valores) (BEETHAM, 1991, p. 11) e estas já estão definidas de antemão pelo fato de que se trata de um jogo: os jogadores

querem ganhar. A competitividade absolutamente estruturante não surge em meio à dinâmica do jogo; ela é essencial ao jogo desde antes de seu início porque, sem ela, ele não seria um jogo.

Em suma, o jogo Agência tem por referência grandes teorias sociológicas, mas por se tratar de um jogo, sofre certas limitações. Para seguir Bourdieu mais de perto, por exemplo, seria preciso um jogo com vários campos pelos quais os jogadores poderiam transitar. Algumas escolhas foram feitas para tornar o jogo mais fácil de aprender e simples de jogar, em detrimento da “fidelidade teórica”, embora a questão mais perniciosa seja a própria essência do seu formato: Agência é um jogo, e o tratar como mais que isso – usá-lo como ferramenta didática – exige sua problematização como tal, sob pena de naturalizar ou legitimar um modelo (neo)liberal de sociabilidade, contradizendo qualquer mensagem sobre a importância da imaginação sociológica que poderia ser formulada por meio dele. Mesmo que a “narrativa” que o jogo gera – as cartas e o que acontece com os jogadores por conta delas – possa ser uma espécie de guia para discutir regularidades sociais, o jogo não é capaz de representar (e dificilmente poderia) a disputa cultural e política mais profunda sobre o próprio significado de valor – ou, para além da agência, a própria liberdade:

O que está em jogo em última instância na política [...] não é sequer a luta para apropriar valor; é a luta para estabelecer o que o valor é [...] a maior liberdade não é a liberdade para criar ou acumular valor, mas para decidir (coletiva ou individualmente) o que torna a vida valiosa.

[...] Qualquer projeto como esse, de construção de significados, necessariamente envolve a imaginação de totalidades (já que é disso que significados são feitos), mesmo que nenhum tal projeto de totalidade possa ser completamente traduzido em realidade – a realidade sendo, por definição, aquilo que é sempre mais complicado do que qualquer construção que possamos fazer dela (GRAEBER, 2001, p. 88).

ANALISANDO AS FORMAS DE ALTERAÇÃO ESTRUTURAL

Ainda que as formas de agência disponíveis no jogo Agência devam ser lidas no contexto analisado, discutiremos a seguir a justificativa teórica para a maneira como elas foram estruturadas no jogo. A primeira é a crise, que simboliza a desorientação⁹ causada pelo fracasso da operação normal e previsível de uma estrutura – instando uma reorganização social que oportuniza uma nova (outra) regularidade. A sociologia marxista notoriamente confere às crises (cíclicas, relativas ao modo de produção) um papel essencial nas transformações históricas; contudo, crises de toda sorte, para além das econômicas – políticas, culturais – podem levar à reestruturação social¹⁰. Uma perspectiva arendtiana, que confere grande centralidade às

crises, embasaria mais adequadamente o que ocorre em Agência:

De acordo com Arendt, a política concerne fundamentalmente a relação dos seres humanos entre si, a natureza de seus laços, os princípios que os unem, e o próprio enquadramento dos múltiplos projetos locais e temporários que desenvolvem juntos. A crise por outro lado dá nome à dissolução e possível reconstituição de comunidades humanas [... e] é central à política [...]: somos chamados a reafirmar ou negar nossos laços mútuos previamente estabelecidos, um projeto que não pode deixar de envolver disputas e realinhamentos (NORBERG, 2011, p. 132).

Assim, crises não são fatos objetivos, mas construções que dependem de percepções e valores. Um agente social pode levar a efeito certas medidas ao convencer os demais que elas resolveriam uma crise sem que sua proposta realmente o faça, o que também pode ocorrer no contexto do jogo. Um jogador pode, inclusive, deliberadamente, manter na sociedade a carta que originou uma crise para que, quando ela se repetir no próximo turno, o jogador afetado perca novamente sua vez (lembrando a célebre frase de Darcy Ribeiro quanto à crise da educação no Brasil – que não seria uma crise, mas um projeto).

Em contrapartida, dois aspectos das crises em Agência diminuem sua profundidade teórica na barganha por simplicidade

⁹ Não discutimos, entretanto, as crises à luz da modernidade, a despeito das discussões que diversos pensadores (incluindo Giddens) desenvolveram sobre o tema, na medida em que o jogo não pretende representar a dinâmica social moderna em particular.

¹⁰ Perspectivas de inspiração marxista sobre crises tendem a análises sobre a determinação, por parte das condições materiais, de seus desfechos; nesse sentido, as crises no jogo Agência, que são de caráter muito mais indeterminado, não poderiam – ao menos não sempre – representar as crises como o marxismo as entende.

e equilíbrio estratégico. Em primeiro lugar, as representações de crises em Agência contemplam seus antecedentes e seus efeitos, negligenciando o desenrolar da crise em si, que deveria incluir as disputas que conformam seus realinhamentos. Em outras palavras, não há processo decisório nas crises¹¹ – o jogador com prioridade para resolvê-las simplesmente efetua uma alteração estrutural e a partida segue. Em segundo lugar, e ainda mais importante, tal processo, já negligenciado, é determinado de antemão, pois é sempre o jogador com mais cartas na mão que deve fazer a alteração estrutural. Isso ocorre para que as crises funcionem como mecanismos de equilíbrio, por meio dos quais jogadores em desvantagem possam se recuperar ou obstaculizar a progressão dos adversários, embora isso possa ser considerado pouco realista. Ainda assim, os mais prejudicados de uma sociedade em geral têm mais motivos para imaginar alternativas, de modo que se poderia argumentar que, na emergência de uma crise, não raro são os seus projetos que possuem mais chances de mobilizar esforços com vista a uma reforma.

A segunda forma de agência é a revolta. Espécie de crise voluntariamente provocada, o fato de estar prevista nas regras faz com que o jogo não consiga representar as revoltas adequadamente, isto é, como rompimentos profundos, com frequência, violentos e imprevisíveis, da rotina social. Em contrapartida, é possível capturar algumas características importantes do

fenômeno: a suspensão da rotina (revoltas cancelam jogadas, bem-sucedidas ou não), suas motivações (revoltas estão, no jogo, intrinsecamente associadas à desigualdade), seu aspecto relacional (é preciso ganhar suporte de mais setores da sociedade) e, principalmente, seus efeitos (em caso de sucesso, uma alteração estrutural; em caso de fracasso, a punição – não apenas nada muda mas também a próxima revolta só pode ser efetuada depois da próxima crise¹², como que simbolizando a perda de força do movimento revoltoso).

Já as cartas naturais contrastam com crises e revoltas por estarem diretamente associadas à agência individual. Essa dinâmica também foi introduzida por razões pragmáticas, isto é, para que os jogadores tivessem mais opções de ação. No caso da “Nova geração” (que compõe 10% do baralho), buscou-se estabelecer um catalisador relativamente aleatório para a transformação estrutural (pois esta depende da sorte dos jogadores em ter a carta à mão). Embora as mudanças tidas por “geracionais” não sejam aleatórias, mas profundamente interligadas à conjuntura social, “gerações” são unidades de análise extremamente problemáticas, não por acaso muito mais usadas na cultura popular e na mídia de massa que na Sociologia (ver, por exemplo, MANNHEIM (1952)). Já a “Liderança”, como carta, provoca estranheza por concentrar um elemento presente em crises, revoltas, e até mesmo mudanças geracionais; porém, a partir

¹¹ Algumas cartas, se vigentes na sociedade, preenchem essa lacuna ao complexificar o processo: o “Republicanismo madisoniano”, por exemplo, determina que “O(s) jogador(es) com menos cartas pode(m) vetar alterações estruturais”, o que inclui crises, “– exceto a que substitui esta carta”; já o “Sufrágio universal obrigatório” faz com que “Cada solução para a crise [deva] ser votada”, só entrando “em vigor se contar com a maioria dos votos (empates não aprovam)”.

¹² Há também razões pragmáticas para esta regra: como a desigualdade de cartas não muda imediatamente após uma revolta bem-sucedida, o jogador em condições de declarar revoltas teria o poder de simplesmente interromper indefinidamente o desenvolvimento da partida.

dela, buscou-se representar a alteração estrutural ordinária, em tempos de estabilidade social. A diferença entre as cartas é que a “Liderança” só pode ser usada pelo jogador com menos cartas à mão; com isso, não se pretende dizer que o fenômeno da liderança não ocorre entre os menos favorecidos, mas que ela pode se efetivar mais facilmente ou com mais frequência se os recursos e estímulos positivos abundam, ou ao menos não faltam¹³.

O JOGO AGÊNCIA COMO RECURSO PEDAGÓGICO

Na seção anterior, buscamos explorar como as regras do jogo se relacionam com grandes teorias sociológicas, em especial em relação às ideias de agência, de estrutura, e de transformação social. O jogo “representa” alguma teoria adequadamente? Em que medida o faz, e em quais pontos não o faz, e por quê? Várias teorias foram então analisadas de modo a evidenciar as potências e limitações do jogo em diversos contextos. Por exemplo: ao abordar as ideias de Bourdieu, docentes estariam mais bem preparados para entender em que sentido o jogo se aproxima dessas ideias, e em que sentido se afastam, contribuindo para planejar mais a utilização do jogo como ferramenta pedagógica?

Nesta seção, enfocaremos o jogo como recurso pedagógico. Como já enfatizado

na seção 2 e como se pode observar no Apêndice A, há muitos temas das Ciências Sociais que poderiam ser explorados a partir do jogo, mas a experiência didática que narraremos a seguir e, portanto, este estudo, preocupam-se exclusivamente com o uso do jogo no que diz respeito ao desenvolvimento didático da relação entre agência humana e estruturas sociais.

ASPECTOS PRÁTICOS E MACROSSOCIAIS DO JOGO COMO FERRAMENTA DIDÁTICA

No contexto educacional, a utilização de jogos como recursos pedagógicos atende a diferentes metodologias e diversos objetivos. Em geral, ela oportuniza aos estudantes o uso de uma linguagem familiar e que possui significados diferentes dos conteúdos acadêmicos e escolares. Quando tal recurso está associado ao conteúdo teórico trabalhado durante as aulas, o jogo pode permitir ao estudante acessar o capital cultural (BOURDIEU, 2005) que possui acerca desta dinâmica e, ao mesmo tempo, relacionar a experiência vivida durante o jogo com os conceitos estudados.

O jogo – ou o ato de jogar – vai exigir um exercício da pessoa que está jogando em se colocar em uma situação e viver uma experiência dentro de um ambiente que não é um ambiente verdadeiro, e sim, um ambiente

¹³ Segundo Walsh e Theodorakakis (2017, p. 2), a pobreza é a maior ameaça ao desenvolvimento infantil, impactando negativamente tanto a saúde (física e mental) quanto a aprendizagem; já segundo Wachs, Cueto e Yao (2016), a pobreza está associada a um desenvolvimento infantil prejudicado tanto em países de alta quanto de baixa renda *per capita*.

simbólico (simulado) (SPERHACKE; HOPPE; MEIRELLES, 2016, p. 15).

Isso faz do estudante um agente ativo, uma vez que a condição para que o jogo aconteça é a participação ativa de todos os jogadores. Por isso, os jogos aparecem na literatura na perspectiva das metodologias ativas (quanto a elas, ver Simone Sperhacke, Hoppe e Meirelles (2016)), conferindo protagonismo aos estudantes. Na experiência que apresentaremos na seção “Analisando as formas de alteração estrutural”, por exemplo, foi possível perceber que os estudantes familiarizados com jogos de carta apropriaram-se mais rapidamente da dinâmica e dos conteúdos contidos nas cartas do que os não familiarizados. Além disso, a atração exercida pela ideia de “brincar em sala de aula”, mesmo que seja com um jogo permeado por conteúdos teóricos, provocou nos estudantes uma postura ativa diante da dinâmica e dos desafios postos por ela.

O jogo é uma ferramenta de caráter inovador em termos de metodologia de ensino (SILVA, 2019) e, no caso do jogo Agência, no momento desta experiência prática, é particularmente inovador, considerando que o jogo havia sido projetado pelo primeiro autor deste artigo há pouco tempo (abril de 2018)¹⁴. O jogo está registrado sob uma licença Creative Commons BY-NC-SA,¹⁵ que permite copiá-lo, modificá-lo e o redistribuir, desde que o crédito apropriado seja feito, que o material não seja usado por terceiros para

fins comerciais, e que quaisquer adaptações feitas sejam compartilhadas a partir da mesma licença. Além disso, desde a divulgação pública de sua primeira versão (e continuamente desde então), as cartas do jogo e o manual estão disponíveis para ser descarregados da Internet, editáveis e prontos para imprimir. Isso significa que o jogo pode ser utilizado por docentes em qualquer escola ou cidade com acesso à internet e à impressora, barateando enormemente tanto os custos para utilizá-lo quanto para adaptá-lo a temas e fluxos de trabalho específicos. Vale ressaltar que isso é uma vantagem em particular para escolas públicas brasileiras, como o caso da que foi lócus da experiência pedagógica em tela.

RELATO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM SALA DE AULA

O plano de ensino do nono ano do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da UFSC está dividido trimestralmente e da seguinte forma: o primeiro trimestre consiste em uma introdução à Sociologia; no segundo, introduz-se a Antropologia; no terceiro, trabalha-se com uma apresentação da Ciência Política. Com isso, os estudantes, ao finalizarem o nono ano, terão contato com as três áreas das Ciências Sociais, que serão aprofundadas nos três anos do Ensino Médio¹⁶.

¹⁴ Ver: <https://petercast.net/agencia/politica-de-versionamento/>.

¹⁵ A informação acerca da licença do jogo está em: <https://petercast.net/agencia/conheca-o-jogo/>. Para detalhes técnicos da licença, ver: https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.pt_BR.

¹⁶ Sobre o currículo de Sociologia no Colégio de Aplicação da UFSC, ver: <https://www.ca.ufsc.br/planos-de-ensino>.

Durante o primeiro trimestre, os estudantes precisaram responder à seguinte questão norteadora: “Quem sou eu?”. Por meio da elaboração de um texto livre respondendo a essa questão, trabalha-se a relação indivíduo-sociedade a partir da perspectiva de três pensadores clássicos da Sociologia (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx), problematizando em que medida os indivíduos são produtos da sociedade e em que medida eles atuam como agentes transformadores das estruturas sociais. Após as aulas em que trabalhamos os conteúdos teóricos referentes à relação indivíduo-sociedade, utilizamos o jogo Agência como recurso pedagógico para a solidificação dos conceitos.

As diferentes aptidões dos estudantes se manifestaram nas diversas atividades desenvolvidas em sala de aula. Nesse caso, o jogo Agência possibilitou a troca entre eles e a construção de um processo colaborativo e coletivo durante as partidas. Embora a lógica do jogo seja individual, isto é, cada jogador estabelece uma relação de competição com o outro (visto que apenas um ganhará a partida), o desconhecimento do jogo e dos significados das cartas oportunizou aos estudantes irem além da competição e se ajudarem na compreensão das regras do jogo e das próprias cartas.

A partir da experiência desenvolvida com as três turmas de nono ano, foi possível identificar duas condições necessárias para o trabalho com jogos de cartas em sala de aula. Primeira: o jogo precisa ser planejado de acordo com o conteúdo que está sendo trabalhado pela disciplina, organizado e executado com método e

criticidade tanto pelo professor como pelos estudantes. Caso contrário, o jogo não cumprirá o objetivo pedagógico de consolidação dos conhecimentos teoricamente desenvolvidos durante as aulas. A segunda condição é que a forma como o jogo será apresentado às turmas deverá ser diferente dependendo da característica de cada uma. Para isso, cabe ao(a) professor(a) conhecer profundamente a dinâmica das turmas para definir a melhor forma de apresentação do jogo. No caso da experiência com o jogo Agência, primeiramente traçamos um plano comum às turmas e foi justamente a ineficácia da aplicabilidade em uma delas que nos fez compreender que considerar a dinâmica da turma é um fator fundamental para o êxito do trabalho pedagógico.

O trabalho desenvolvido em sala de aula contou com um plano para a utilização do jogo nas três turmas citadas, ao longo de dois períodos (de 1h30 cada), o máximo possível devido às restrições do calendário escolar. No primeiro período, o jogo seria apresentado aos estudantes, com suas regras explicadas para a turma inteira por meio de um “jogo-exemplo” em que os “jogadores” não seriam indivíduos, mas grupos de alunos(as). Cogitamos essa abordagem para introduzir um elemento cooperativo à dinâmica e por permitir que a turma toda aprendesse a partir de um mesmo jogo. Uma semana mais tarde, no segundo período, faríamos uma discussão coletiva crítica sobre as regras do jogo e, no tempo que sobrasse, os(as) alunos(as) poderiam voltar a jogar, sendo que interviríamos para relacionar os eventos das partidas aos conceitos sociológicos trabalhados anteriormente.

As primeiras experiências forçaram a flexibilização do plano. Explicar o jogo com um único exemplo, tomando equipes por jogadores, mostrou-se bastante ineficaz. Nas duas primeiras turmas, os(as) alunos(as) acabaram rejeitando o modelo em favor de jogos separados e independentes, e de qualquer forma, jogadores de todos os grupos precisaram de auxílio em algum momento, alguns ao longo de todo o período. Gradualmente, o aprendizado possibilitou que as partidas ganhassem um ritmo natural, e o apreço pelo jogo pôde ser constatado – na segunda turma, os estudantes pediram para continuar jogando na aula seguinte, de outro professor. Na terceira turma, entretanto, adotamos uma estratégia alternativa: os(as) alunos(as) – já separados(as) em grupos – puderam se familiarizar livremente com as cartas antes de receberem explicações sobre as regras. Essa abordagem se provou positiva não só por conta da menor quantidade de esclarecimentos solicitados pelos(as) alunos(as) mas também porque eles já anteciparam análises sociológicas espontaneamente ao discutir os efeitos das cartas em relação a seus nomes, curiosos quanto ao que exatamente aquilo tudo significava.

Muito pôde ser percebido nos primeiros períodos, em que os(as) alunos(as) aprenderam e se acostumaram com o jogo. Uma reação frequente era a frustração: havia dificuldade para compreender que a cada “jogada” não necessariamente o jogador poderia “fazer” alguma coisa que produzisse uma diferença na estrutura do jogo. Essa frustração, contudo, ocorria principalmente entre aqueles cujas estruturas prejudicavam as jogadas, e era

notável como também se relacionava a uma dificuldade maior para compreender as regras do jogo, além de levar a caracterizações negativas sobre o jogo (que era chato, ou confuso). Isso dificilmente ocorria com alunos(as) que estavam vencendo por conta das estruturas iniciais, que se exibiam mais confiantes e se acostumavam mais rapidamente com o roteiro preconizado pelas regras.

Inicialmente, ao examinar as cartas que tinham à mão, muitos estudantes perguntavam se elas poderiam produzir efeitos imediatamente (era-lhes explicado que não, que uma carta só causa seus efeitos se for uma estrutura, e há regras que limitam quando os jogadores podem fazer alterações estruturais). Além disso, os estudantes muitas vezes não prestavam atenção ao número de cartas nas mãos dos adversários, deixando de perceber quando as condições do jogo possibilitavam revoltas.

Entre alguns cenários frequentes nos jogos, destacamos a lembrança sobre as revoltas (depois das quais algum estudante dizia que queria se revoltar, mas era lembrado das regras e percebia que não podia fazê-lo), sobre a observação de que as condições para a revolta estavam dadas em uma partida. Considerando que o jogador poderia decretá-la imediatamente, o fazia sem ter pensado antecipadamente qual alteração estrutural gostaria de fazer, e sobre alterações estruturais que acabavam produzindo resultados inesperados e adversos para o próprio jogador que fez a alteração.

Os segundos períodos seguiram mais fielmente ao planejamento, com a exceção de algumas demandas burocráticas em uma ou outra turma. O conteúdo

da discussão dos segundos períodos foi estruturado somente após as experiências nos primeiros. A seguir, analisaremos o que julgamos ser os tópicos mais relevantes, sem esgotar as discussões produzidas nas três salas de aula.

A discussão foi iniciada com uma comparação com outros jogos (Xadrez, Uno, Truco e Banco imobiliário), de modo a estabelecer algumas características gerais de um jogo: partir de alguma igualdade inicial, e, com maior ou menor influência da sorte, oferecer oportunidades de agência para que os jogadores possam atribuir às suas performances responsabilidade pelos resultados obtidos. Já em Agência, a igualdade inicial nunca está presente – alguns jogadores começam com estruturas que os favorecem, e outros, com estruturas que os desfavorecem. Chamou-se a atenção para os efeitos cognitivos da desigualdade, tanto nas sociedades reais¹⁷, que o jogo almeja “representar” teoricamente, como entre os próprios jogadores, cuja compreensão das regras foi afetada por essa desigualdade. Pôde-se constatar a importância desse fator local (ter um bom ou um mau começo nas primeiras partidas) ao considerar que a boa performance acadêmica de alguns(mas) alunos(as) não se traduziu automaticamente em proficiência no jogo. Em contrapartida, a avaliação sobre o jogo por parte de alunos(as) acostumados a jogar outros jogos de cartas, apesar de sua maior facilidade para entender as regras, também era influenciada pela conjuntura inicial das cartas nas primeiras partidas. Uma divergência em relação aos outros

jogos discutidos é a capacidade de agência, que, no jogo Agência, é relativamente diminuída – Sendo explicado que isso se devia à tentativa deliberada de representar a estabilidade relativa das estruturas sociais. Um jogador individual – assim como um indivíduo ou um subgrupo minoritário –, por mais insatisfeito que esteja com uma estrutura social, não consegue alterá-la “do dia para a noite”.

Juntas, essas duas características de Agência providenciam paralelos didáticos interessantes em termos da subjetividade que produz: jogadores desfavorecidos passam a gostar menos do jogo a partir de sua experiência inicial tanto quanto pessoas socialmente desfavorecidas podem deixar de atribuir legitimidade à forma como suas sociedades são organizadas. Em contrapartida, o “viés da autoconveniência” também é um fator a ser considerado no sentido de que, se jogadores com resultados negativos podem culpar a si próprios ou às regras do jogo, jogadores com resultados positivos tendem a considerar a si próprios como possuidores de qualidades superiores (CAMPBELL; SEDIKIDES, 1999) (ver também LEVY (2003)). A partir desses paralelos, o formato do jogo como metáfora para a realidade social foi questionado; de fato, uma característica distintiva dos jogos é a presumida igualdade de condições, que inexistente na prática das dinâmicas sociais. Ver a dinâmica social como um jogo, nesse sentido, produz entre seus “vencedores” um ideário meritocrático que, se adotado por seus “perdedores”, levam a uma menor consideração de si que pode estar relacionada não apenas a

¹⁷ Ver nota de rodapé 11, acima.

questões de saúde mental individual, mas também a uma menor disposição coletiva para questionar as “regras do jogo”.

Uma maneira como a “ideologia” do jogo afeta a percepção sobre as sociedades foi apontada pelos próprios estudantes em todas as turmas: o fato de as crises serem resolvidas pelo jogador em maior desvantagem. Houve também a sugestão, por parte de um dos estudantes, de que a melhor estratégia seria simplesmente “roubar” – por exemplo, ao esconder uma carta positiva para um momento oportuno. Enquanto alguns(mas) alunos(as) apontaram para isso como uma analogia à corrupção, outros consideraram uma reação compreensível (como a revolta, porém realmente imprevista, e um definitivo rompimento da lógica vigente) frente a estruturas injustas.

Por fim, chamou-nos a atenção também o comentário de um estudante, que disse que basicamente a estratégia principal do jogo é “esperar por uma [carta] Nova Geração”. Essa afirmação talvez indique que as maneiras como as formas de agência foram categorizadas no jogo levaram a uma menor preponderância de intervenções planejadas sobre a realidade social, representando uma resistência por parte das estruturas derivada mais da inação dos agentes que da força das estruturas em si. Tal situação não representa adequadamente o que ocorre tanto no jogo quanto, poder-se-ia dizer, nas dinâmicas sociais reais.

Uma situação curiosa que aconteceu em uma das turmas foi o “caso do naufrago”. Ao dividir uma das turmas em grupos para os jogos, referimo-nos aos grupos como “ilhas”, ao que um estudante

perguntou se ele poderia ser “o naufrago”. Aceitamos o seu pedido e criamos uma tarefa para ele: o naufrago deveria relatar o que aconteceria nas “ilhas” de jogos, escrevendo toda a observação em um diário de viagem.

No criativo diário resultante, o aluno cria uma elaborada narrativa sobre um navegante preso em sua “jangada”. Relata a forma como os “nativos não civilizados” das ilhas ao redor aprendem com Deus (a professora Thereza) a jogar um jogo. No momento de explicação das regras, observa que alguns nativos “duvidam de Deus, talvez trabalhando [mais] com a razão do que com a teologia”; [...] “o menor grupo [é] o mais peculiar, eles são silenciosos e questionam a existência”, anota ele. Em outra passagem aponta que “estão criando uma sociedade com leis e regras, diferentes dos outros grupos, onde só se vê anomia, caos social e conflitos internos”. Atento aos efeitos do jogo, chega a escrever que embora “todos questionem [as regras] alguns ainda riem com a desgraça dos outros” e, após comentar que já chegava a esquecer seu próprio nome, observou que os nativos agora seguiam “as regras bíblicas, e como se arrependem de ter pecado, está tudo certo”. Relata ainda que nem todos os(as) alunos(as) mantiveram-se interessados pela dinâmica até o fim da aula: “vejo pequenas máquinas que futuramente serão nomeadas celulares”, escreve o naufrago, que também menciona um “polo aquático” que alguns estariam jogando (com uma bola de papel) no “oceano em que minha jangada boia”. A última entrada no diário é – “a bola bate nas estrelas, Deus não vê, mas o céu cai”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos apresentar o jogo de cartas Agência como ferramenta pedagógica inovadora, explorando a relação entre o seu regramento e várias teorias sociológicas que abordam a relação entre agência e estrutura para averiguar como ele poderia ser utilizado produtivamente em sala de aula. O contexto de sua produção e distribuição é brevemente introduzido para ambientar um relato de uso que exemplifica sua utilização como recurso didático.

O desenvolvimento deste trabalho pedagógico foi desafiante devido ao caráter experimental da atividade e ao pouco tempo para que tal “experimento” fosse colocado em prática, dada a riqueza de possibilidades. Tal riqueza poderia ser explorada a partir de um trabalho mais aprofundado sobre o conteúdo das cartas individuais, ou de um debate crítico quanto ao próprio jogo e de suas regras. Isto é: como seria um jogo mais fiel à realidade social? Que outras regras poderiam ser criadas pelos estudantes, se eles tivessem essa possibilidade de agência? Haveria a possibilidade de criar um jogo que fosse mais “divertido” e talvez, por isso mesmo, menos “real”? Há formas melhores de representar a realidade social, sem dispensar seus elementos de disputa e conflito, e também sem se limitar demais a estes – o que é em si um problema teórico?

Por um lado, dada a “estrutura” do sistema educacional brasileiro, há de se considerar o tempo necessário para a utilização das ferramentas didáticas, que se beneficiam de exposição prolongada.

Tornar o jogo útil para a sua utilização em salas de aula envolve elaborar planos de aula pontuais e planejar a atividade do jogo de acordo com o contexto teórico da disciplina, como nesse caso. Por outro lado, antecipando críticas ou até proporcionando ainda mais oportunidades para que elas surjam, professores(as) podem adaptar o jogo, criando variações específicas para a sua turma. Como visto anteriormente, uma característica importante do jogo é sua licença de uso, que permite essa reutilização com modificações (desde que haja atribuição à autoria original e uso não comercial).

Também é fundamental para a prática pedagógica a possibilidade de incorporar a agência estudantil nos contextos apresentados, como foi o caso do naufrago. Há de se lançar luz sobre seus comentários: a relação entre docente, estudantes e jogo foi por ele comparada àquela entre Deus, seus adoradores e seu livro sagrado. Que objetivos teria esse estudante ao estabelecer tal comparação? Que problemáticas poderiam ser realizadas a partir da leitura coletiva do diário de viagem do naufrago? Com pouco tempo para a dinâmica completa, não sobrou espaço para ponderações e projetos críticos mais profundos.

O jogo é mais bem utilizado não quando é a “verdade sociológica revelada” – até porque ele não é – mas quando serve de plataforma para considerações sobre a complexidade das relações sociais, considerações que podem, inclusive, apontar fracassos na maneira como o jogo representa essas relações. Isso remete ao que coloca Grauerholz (2007, p. 23) acerca da construção de uma pedagogia em que “nossos estudantes sejam pensadores

críticos e rejeitem ideologias dominantes”, o que exige a aceitação do “fato de que estudantes têm o direito de discordar de nossa análise, e desafiá-la”.

De qualquer forma, consideramos que o experimento trouxe bons resultados. A partir deles, surgiram ideias para futuras versões do jogo, de modo que ele poderá melhorar não apenas como jogo, mas também como ferramenta didática¹⁸. Entre as mudanças, estão a inversão de prevalência das cartas “Liderança” e “Nova geração” (aquela passando a ser mais frequente no baralho, herdando o efeito desta, que, por sua vez, passa a possibilitar o rearranjar de estruturas – algo que os estudantes faziam muito, espontaneamente, embora não fosse permitido) e uma nova dinâmica de revoltas (que ainda reflete suas motivações, mas tem um caráter menos “voluntarista” e possibilita mais opções de ação), além da inserção de ideologias e de uma forma diferente de organizar o placar do jogo.

Certamente, e acima de tudo, foi extremamente positivo ver que o jogo possibilitou a discussão dos conteúdos teóricos desenvolvidos em sala de aula acerca da relação indivíduo-sociedade, debate caro ao campo das Ciências Sociais, e ainda entreteve e intrigou os(as) alunos(as) ao ponto de convidá-los à reflexão, funcionando como ferramenta frutífera para discutir, entre outras questões, a interdependência e a complexidade nas sociedades, a influência das estruturas sociais sobre as biografias, e a maneira como os padrões de relação entre as pessoas (o próprio formato do jogo na condição de jogo) influenciam atitudes e subjetividades.

¹⁸ Desde a redação deste artigo, novas versões foram efetivamente publicadas, incorporando considerações engendradas nesse experimento. Listas completas das alterações a cada versão podem ser lidas em: <https://petercast.net/agencia/category/novidades>.

APÊNDICE A – LISTA DE CARTAS E EFEITOS (VERSÃO 2.180423)¹⁹

Padrão da lista: **Nome da carta** – Efeito da carta

- **A sentença dos reis** – Um adversário compra quatro cartas.
- **Oligarquia latifundiária** – Descarte 1 carta. Os dois próximos a jogar compram uma carta.
- **Conservadorismo cultural** – Não proponha ou apoie revoltas.
- **Direitos humanos** – Todo adversário cuja estrutura faz terceiros comprarem cartas compra uma carta.
- **Representatividade sociopolítica** – A carta Liderança pode ser usada com qualquer número de cartas na mão.
- **Mobilidade social** – Troque de estrutura com alguém com menos cartas. Descarte uma carta.
- **A burocracia do comércio globalizado** – Todos entregam duas cartas na direção do fluxo do jogo. O jogador com menos cartas descarta uma carta.
- **Neoliberalismo** – Qualquer jogador que ativar revoltas (mesmo para trocar essa estrutura) compra uma carta. A jogada seguinte ativa uma crise. Descarte uma carta.
- **Plano de privatizações** – Descarte duas cartas. Todo adversário compra uma carta.
- **Materialismo dialético** – Troque uma carta com o último a jogar. O próximo a jogar descarta uma carta.
- **A revolução cultural** – As estruturas na sociedade são embaralhadas e recolocadas em posições aleatórias. A jogada seguinte ativa uma crise.
- **Estatização dos meios de produção** – O(s) jogador(es) com menor número de cartas compram duas cartas.
- **O bode expiatório** – Compre uma carta. Entregue uma carta para o último a jogar.
- **Populismo xenófobo** – Entregue duas cartas para alguém com cinco cartas.

¹⁹ Ver notas de rodapé 2 e 17 acima.

- **Repressão policial** – Você e o último a jogar compram duas cartas.
- **Liberdade de imprensa e expressão** – Descarte três cartas. Altere uma estrutura.
- **Republicanismo madisoniano** – O(s) jogador(es) com menos cartas pode(m) vetar alterações estruturais – exceto a que substitui esta carta. Compre uma carta.
- **Sufrágio universal obrigatório** – Cada solução para crise deve ser votada, e só entra em vigor se contar com a maioria dos votos (empates não aprovam). Compre uma carta.
- **Pedagogia libertária** – A ordem das jogadas passa a fluir na direção contrária à atual. Você e o próximo a jogar descartam uma carta.
- **Justiça restaurativa** – Você e o próximo a jogar descartam duas cartas.
- **Zona autônoma temporária** – Apoie qualquer revolta. Troque uma carta com o próximo a jogar.
- **Teocracia** – O jogador com menos cartas descarta uma carta.
- **O sistema escolar** – Troque de mão com o próximo a jogar. Compre uma carta.
- **Crime organizado** – Troque de mão com alguém com, no máximo, duas cartas.
- **Método científico** – Troque qualquer carta em sua mão por qualquer carta do monte. Descarte uma carta. Embaralhe o monte.
- **Microfísica do poder** – Jogue com a mão à mostra. Não proponha revoltas. Compre uma carta.
- **A ordem natural das coisas** – Não ofereça soluções para crises. Não proponha ou apoie revoltas.
- **Guerra total** – Apenas estruturas que impliquem descartes, compras ou descartes e compras têm efeito. Não causa crise. Compre uma carta.
- **Tecnocracia** – O jogador que resolveu a última crise tem prioridade na resolução de crises.
- **O tempo cíclico** – A ordem das jogadas passa a fluir na direção contrária à atual. Descarte uma carta.

- **Leis trabalhistas** – Cada jogador que comprou uma ou mais cartas no último turno descarta uma carta. Causa crise caso não haja descarte.
- **Moralidade escrava** – Entregue uma carta para cada adversário que descartou uma ou mais cartas no último turno. Causa crise caso não haja descarte.
- **Sindicatos pelegos** – Não apoie revoltas. O último a ter feito algum descarte compra uma carta.
- **Pós-modernismo** – As cartas de todas as mãos são embaralhadas e redistribuídas, com cada jogador recebendo o mesmo número de cartas que tinha antes. A jogada seguinte ativa uma crise. Descarte uma carta.
- **Inteligência artificial** – Todo jogador com três cartas ou menos descarta uma carta.
- **Revolução feminista** – Revoltas não exigem aprovação. Descarte duas cartas.
- **Totalitarismo** – Qualquer estrutura que faça mais que um jogador comprar, descartar, trocar ou entregar cartas não terá efeito. Não causa crise. Descarte uma carta.
- **Corrupção sistêmica** – O último a jogar descarta uma carta. O próximo a jogar compra uma carta.
- **Parlamentarismo** – O último a jogar compra uma carta. O próximo a jogar descarta uma carta.
- **Golpe de Estado** – Troque de mão com o jogador com menos cartas.
- **Presidencialismo de coalizão** – O último a jogar descarta duas cartas. O próximo a jogar compra duas cartas.
- **Resistência guerrilheira** – Você e o último a jogar compram uma carta.
- **Guerra justa** – Descarte duas cartas. O último a jogar compra duas cartas.
- **Guerra santa** – Descarte duas cartas. O próximo a jogar compra duas cartas.
- **Indústria cultural e mídia de massa: a sociedade do espetáculo!** – Todos descartam duas cartas. Todos compram duas cartas.

- **Disrupção tecnocientífica** – Entregue duas cartas para o último a jogar. A ordem das jogadas passa a fluir na direção contrária à atual.
- **A Internet** – Todos entregam uma carta na direção do fluxo do jogo.
- **A pessoa certa no lugar certo** – Descarte uma carta.
- **Acúmulo de privilégios** – Descarte três cartas.
- **Mobilização popular** – O(s) jogador(es) com mais cartas descartam três cartas. A ordem das jogadas passa a fluir na direção contrária à atual.
- **Cooperação comunitária** – Você e o último a jogar descartam uma carta.
- **Aquecimento global** – Todos compram duas cartas.
- **O imponderável** – O jogador com três cartas compra uma carta. A ordem das jogadas passa a fluir na direção contrária à atual.
- **Reforma agrária** – O próximo a jogar descarta duas cartas.
- **Grandes fluxos migratórios** – Entregue uma carta para o último a jogar. Altere uma estrutura.
- **Prosperidade e afluência** – O número de cartas a ser descartadas em cada estrutura dobra.
- **Defesas naturais** – Nenhum jogador pode fazer você comprar cartas ou entregar cartas para você. Não causa crise.
- **Explosão demográfica** – A carta **Nova geração** pode ser usada com qualquer número de cartas nas mãos dos jogadores. Troque uma carta com o próximo a jogar.
- **Pão e circo** – Todos descartam uma carta se não houve revolta bem-sucedida no último turno. Não causa crise.
- **Perseguição política** – Todo jogador com uma revolta malsucedida na partida compra uma carta.
- **Falência** – Troque de estrutura com alguém com mais cartas. Compre uma carta.

- **Trabalho voluntário** – O(s) jogador(es) com mais cartas na mão entregam uma carta cada para você. Descarte uma carta.
- **A máquina política de propaganda** – Descarte uma carta. Os adversários compram uma carta.
- **Hubris** – Compre uma carta.
- **Métodos contraceptivos contemporâneos** – A carta **Nova geração** não pode ser usada.
- **O sistema prisional** – Entregue uma carta para o último a jogar e uma carta para o próximo a jogar.
- **Estado de bem-estar social** – O jogador com mais cartas descarta uma carta.
- **Legislação ambiental** – Cada jogador que descartou uma ou mais cartas no último turno compra uma carta. Todos descartam uma carta.
- **Nova geração** – Descarte esta carta e altere uma estrutura.
- **Liderança** – Se você for o jogador com menos cartas na mão, descarte esta carta e altere uma estrutura.

REFERÊNCIAS

- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization**: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences. Londres: SAGE Publications, 2002.
- BEETHAM, David. **The legitimation of power**. Nova Iorque: Palgrave, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renata (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.
- BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CAMPBELL, William Keith; SEDIKIDES, Constantine. Self-Threat Magnifies the Self-Serving Bias: A Meta-Analytic Integration. **Review of General Psychology**, v. 3, n. 1, p. 23-43, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.
- FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 58. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GRAEBER, David. **Toward An Anthropological Theory of Value**: The False Coin of Our Own Dreams. Nova Iorque: Palgrave, 2001.
- GRAUERHOLZ, Elizabeth. Getting Past Ideology For Effective Teaching. **Sociological Viewpoints**, v. 23, p. 15-28, 2007.
- JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. Between structuralism and theory of practice: The cultural sociology of Pierre Bourdieu. *In*: JOAS, Hans; KNOBL, Wolfgang. **Social Theory**: Twenty introductory Lectures. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 371-400.
- LEVY, Moshe. Are rich people smarter? **Journal of Economic Theory**, n. 110, p. 42-64, 2003.
- LINZ, Juan. Crisis, breakdown, and re-equilibration. *In*: LINZ, Juan; STEPAN, Alfred (ed.). **The Breakdown of Democratic Regimes**: Crisis, Breakdown and Reequilibration. An Introduction. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1978. (BDR Series, v. 1).
- MANNHEIM, Karl. The Sociological Problem of Generations. *In*: MANNHEIM, Karl. **Essays on the Sociology of Knowledge**. Londres: Routledge & Kegan Paul Ltd., 1952. p. 286-320.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

NORBERG, Jakob. Arendt in Crisis: Political Thought in Between Past and Future. **College Literature**, v. 38, n. 1, p. 131-149, 2011.

ORTNER, Sherry. Poder e projetos: reflexões sobre a agência. *In*: GROSSI, Mirian Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter. **Reunião Brasileira de Antropologia: Conferências e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.

SEWELL, William. A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. **American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29, jul. 1992.

SILVA, José Luciano Martins da. APRENDENDO NO JOGAR: uma experiência nas aulas de Sociologia do Ensino Médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, v. 3, n. 2, p. 11-25, jul./dez. 2019.

SILVA, Peterson Roberto da. **O anarquismo e a legitimidade: tensões pós-modernas**. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SPERHACKE, Simone; HOPPE, Luciana; MEIRELLES, Mauro. **Metodologias ativas: ludificação de conteúdo e uso de jogos em sala de aula**. Porto Alegre: Cirkula, 2016.

SUCHMAN, Mark. Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. **Academy of Management Review**, v. 20, p. 571-610, 1995.

WACHS, Theodore; CUETO, Santiago; YAO, Haogen. More than poverty: Pathways from economic inequality to reduced developmental potential. **International Journal of Behavioral Development**, v. 40, n. 6, p. 536-543, 2016.

WALSH, Mary; THEODORAKAKIS, Maria. The Impact of Economic Inequality on Children's Development and Achievement. **Religions**, v. 8, n. 67, p. 1-12, 2017.

ZELDITCH JR., Morris. Theories of legitimacy. *In*: JOST, John; MAJOR, Brenda (ed.). **The Psychology of Legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 33-53.

DEMANDAS À DIGNIDADE

APPEALS TO DIGNITY

Aryanne Queiroz¹

Símbolo da Vida.

Alguns chamam de corpo.

Outros preferem nomear como Identidade.

O que importa, na verdade, é a Dignidade.

Não adianta ser um corpo, declarar uma identidade, simbolizar a Vida, se a Dignidade não há.

Se ela não está, o mundo interno se implode, ali, naquele lugar, designado corpo.

Sem ela, a Vida torna-se vazia.

O corpo é só uma estrutura física de um organismo que diz estar vivo.

Como viver com uma identidade, como suplantar a realidade...quando a Dignidade se perdeu?!

Ou será que nunca se fez presente?!

Será que é uma filha ausente da Vida que lhe concebeu?!

A presença dela só se enxerga em corpos que se encaixam no padrão?!

E os que não se dominam?! A polícia leva no camburão...

O patriarcado é o seu patrão?!

O binarismo é o seu gerente?!

O cisgênero é a sua perfeição?!

E os que não se subjugam não são gente?!

As performances diversas não lhe apetecem?!

Somente o masculino e o feminino que lhe entretêm?!

O biológico é o melhor disfarce para a “ideologia” que lhe convém?!

Dizem que a Senhora, Dona Dignidade, é um princípio norteador;

Que é a baliza do corpo que por aí denominam sofredor.

Mas penso que é somente quem norteia-a-dor, mas não a ampara quando a minoria clama;

Quando os corpos abjetos inflamam com o fogo do homofóbico;

Quando os corpos desprezados sangram nas camas dos hospitais;

Quando os corpos a-gêneros se atormentam, pensando que são acidentais.

Corpos que vivem em busca de ti, Ó Dignidade, e tu faz vista grossa.

Não se importa se estão “vivos” ou se estão na fossa.

Provavelmente se vendeu aos que são heteronormativos.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais (UFRN); técnica administrativa na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

E as perguntas que ficam são:

Será que as vidas e os nossos corpos serão, todos, considerados equitativos?!

Será que um dia, tu, Dignidade, contemplarás todas as identidades?

Ou somente os cis-fecundos terão direito a uma vida promissora?

E a uma vida acolhedora que permita a existência de todas as Sexualidades?

DEMOCRACIA E LUTA DE CLASSES NO PENSAMENTO DE ELLEN WOOD

DEMOCRACY AND CLASS STRUGGLE IN ELLEN WOOD'S THOUGHT

Pedro Henrique Generino de Alcântara¹
<https://orcid.org/0000-0003-1005-8081>

Ellen Meiksins Wood, historiadora e teórica política estadunidense, nasceu em 1942 e faleceu em 2016. Teve importante papel na tentativa de articulação entre marxismo e teoria da democracia no final do século XX. Crítica de certa ortodoxia marxista, ela buscou desenvolver o que chamou de “renovação do materialismo histórico”, com o objetivo de fortalecer a abordagem marxiana frente ao crescimento de teorias pós-marxistas e pós-modernistas, ambas por ela rejeitadas. Isso passava pela rediscussão da categoria “classe” e de sua relação com a democracia.

Essa é a discussão posta no recente livro *Ellen Wood: o resgate da classe e a luta pela democracia*, de Jefferson Ferreira do Nascimento (2019). O autor se pergunta como, diante do capitalismo de acumulação flexível da era neoliberal, marcado pela fragmentação do mundo do trabalho e por um aparente refluxo da questão de classe, seria possível pensar uma rearticulação entre classes, democracia e enfrentamento estrutural do capitalismo. É no pensamento de Wood que Jefferson acredita haver importantes caminhos

sugeridos, embora aponte também os limites da teoria proposta pela autora marxista. Para tanto, ele se propõe a discutir o que a autora entende por “classe” e o que ela entende por “democracia”.

O debate proposto em *Ellen Wood: o resgate da classe e a luta pela democracia* nega fortemente, como o fazia Wood, a precedência de teorias pós-marxistas e pós-modernistas do final do século XX e início do século XXI, que substituíram a centralidade da produção social e do antagonismo de classe como elementos estruturantes da análise da sociedade capitalista pela ênfase na organização de discursos e de práticas fragmentadas no interior de uma ordem plural, elementos que conduziram a outro debate sobre democracia e a sua relação com o capitalismo. O livro é, na verdade, uma tentativa de refutação dessas abordagens e de reafirmação da centralidade do debate sobre classes e do papel do marxismo como ferramenta analítica a partir das ideias de Wood, diante de grave refluxo na reflexão sobre essa questão.

¹ Assessor Parlamentar na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco (ALEPE), doutor em Ciências Sociais pela UFRN, mestre em Ciência Política pela UFPE e graduado em Ciências Sociais pela UFPE.

Para tanto, o autor divide a sua obra em três capítulos, propondo-se a discutir o conceito de classe no interior do marxismo e as escolhas feitas por Wood nesse debate, culminando com a apresentação do modelo de democracia substantiva elaborado pela teórica estadunidense. Nesse sentido, organiza o primeiro capítulo em torno das diferentes concepções sobre classe social presentes na abordagem marxista, passando por autores como o próprio Marx, Lenin, Gramsci e Poulantzas.

No segundo capítulo, apresenta a discussão feita por E. P Thompson sobre esse assunto, mostrando como ele articula a sua ideia de classe e de que forma ela impactou o pensamento de Ellen Wood. Thompson não aceita certas interpretações marxistas para as quais se deduz uma consciência de classe que o operariado deveria ter, afetada por distorções atuadas pelas superestruturas e desvendadas por intelectuais e partidos. Ele propõe outra abordagem, que leve em conta o processo de formação da classe em si mesma no bojo da luta de classes. Para o autor britânico, as classes fazem-se a si mesmas e obtêm consciência de si no decorrer do complexo e contraditório processo histórico, a partir de heranças culturais combinadas com as especificidades das relações de produção de períodos objetivos.

No esquema de Thompson, a ideia de “experiência” ganha relevância. As classes ocorreriam porque pessoas herdeiras de costumes e culturas, inseridas em relações de produção, compartilhariam experiências comuns e identificariam interesses. Nesse caso, o ser social e a consciência social são mediados pela experiência. A

revolução industrial, por exemplo, não teria encontrado na Inglaterra seres amorfos e indefiníveis entre os trabalhadores, mas um conjunto de seres que compartilhava experiências e vinha fazendo-se como classe já há alguns séculos, antes de formar o operariado inglês. Portanto, não há uma inserção fixa nas relações de produção, não há de se falar em classe como “coisa”, mas se deve pensá-la como um fenômeno histórico no qual as relações de produção são sempre fundamentais, mas impactarão de forma diferente na formação da consciência de classe em distintos momentos objetivos, mediadas pela experiência direta dos trabalhadores, num processo de longo prazo em que a classe é que se faz a si mesma. O autor do livro ora resenhado destaca as críticas a essa abordagem de Thompson, especialmente centradas numa suposta carga excessiva de subjetividade no processo de formação de classes a partir da introdução da ideia de experiência. De qualquer forma, sublinha a importância dessa concepção para o pensamento de Wood.

A autora estadunidense, como já foi apontado, tenta operar uma renovação do materialismo histórico que dê conta de pensar as mudanças nas relações de produção do capitalismo flexível da era neoliberal, buscando resgatar o debate sobre classe, articulando-o ao seu modelo de democracia substantiva. Ela parte de uma ideia central: a de que, no capitalismo, a economia ganha uma esfera própria, sustentada no “político”. Ocorre, assim, uma separação entre a cidadania e a condição de classe. Nesse cenário, é possível a existência de lutas por direitos políticos e civis que obtenham êxito sem tocar em

questões-chave da apropriação e dos mecanismos de extração da mais valia, que ocorrem na esfera econômica. No capitalismo, a cidadania expande-se na mesma proporção que deixa de incidir decisivamente sobre a gestão das condições econômicas de reprodução social. Esse rompimento entre cidadania e classe cria um regime “democrático” no qual grupos podem reivindicar avanços prescindindo da categoria “classe”, ou se valendo dela para obter ganhos localizados. No capitalismo, há, mais e mais, a tendência de a luta ser localizada e particularizada, o que não favorece a unidade de classe e a formação da consciência de classe.

Faz-se necessário, portanto, uma concepção de classe que dê conta desse contexto. É na obra de Thompson que ela enxerga potencial para o tratamento dessa questão, pois a ideia de classe como processo e relação – mediada pela experiência, que põe o trabalhador como agente, e não como mera ferramenta revolucionária – implica a produção de uma consciência de classe num contexto novo de luta política, que pode ter na democracia e nos seus processos de participação um instrumento de unificação das lutas dos explorados.

Assim, chegamos à discussão sobre democracia. Em Wood, democracia e classe se relacionam fortemente. Ela, corretamente, aponta que a experiência democrática surge na antiga Atenas a partir dos conflitos entre apropriadores e produtores, significando exatamente um sistema que assegura a autodeterminação dos produtores no exercício do poder. O *demos* não é mera maioria, mas é o povo que produz a riqueza

material, contraposto aos apropriadores dessa riqueza. No capitalismo, a democracia ganha contornos liberais, pois o poder dos produtores se transforma num sistema representativo, portanto, de controle indireto, colonizado pelos interesses econômicos dos apropriadores. Isso só é possível porque a cidadania perde relação direta com a classe. Para ela, então, o projeto democrático deve concentrar-se em recuperar a relação entre poder político e classe operária, ou entre cidadania e *demos*, resgatando a capacidade de o sistema democrático incidir sobre funções econômicas ora intocadas. Nesse processo, ou o poder cidadão recupera a capacidade de determinar a dinâmica da produção de riqueza material, prejudicando, portanto, o esquema capitalista de divisão entre economia e política, ou não há de se falar em democracia.

No esquema de Ellen Wood, a ideia da classe que se constrói a si mesma encontra na democracia, como poder do *demos*, um sistema que estimula a livre associação e a organização direta dos trabalhadores, possibilitando diálogo e unidade entre os diversos interesses presentes no interior dos grupos subalternizados, unificados pela busca do poder popular que seja capaz de incidir sobre as condições estruturais de dominação econômica. Essa é a proposta de democracia substantiva da autora, existente no bojo de sua tentativa de renovação do materialismo histórico, cujo objetivo é resgatar o valor da “classe” no debate contemporâneo dominado pelo pós-marxismo e por versões marxistas que ela julgava inadequadas.

Entendemos que o livro ora resenhado traz uma contribuição importante ao debate sobre a democracia no século XXI, na medida em que resgata reflexões de uma pensadora que insere uma importante corrente, o marxismo, no debate sobre os caminhos da democracia, termo tantas vezes mal compreendido por parte expressiva do pensamento marxista, sempre associado à dominação burguesa e às correntes liberais. A democracia é um valor das classes subalternizadas, surge no mundo antigo como expressão do protagonismo dessas classes e é recuperado no início da era moderna exatamente pelas classes populares, antes de ter sido disputada e desfigurada pelo liberalismo. Ellen Wood capta bem esse sentido e apresenta uma explicação sobre como se deu essa desfiguração: a ruptura entre economia e política operada pelo capitalismo. Ela propõe um resgate do sentido original da democracia, articulada a uma noção de classe que devolve aos explorados a capacidade de fazer-se a si mesmos. Num momento de aparente diluição da questão de classe – aparente porque os determinantes da estrutura do capital que geram suas contradições seguem operando e relacionando-se fortemente com a “classe”, seguindo a trilha de Thompson e Wood, e de Jefferson do Nascimento –, pode estar se formando uma nova consciência classista que terá na construção de uma democracia substantiva um instrumento de rearticulação da luta contra o capital no século XXI.

REFERÊNCIA

NASCIMENTO, J. F. do. **Ellen Wood**: o resgate da classe e a luta pela democracia. Editora Appris: Curitiba, 2019.

SOBRE ARMADILHA DA IDENTIDADE: RAÇA E CLASSE NOS DIAS DE HOJE

ABOUT THE IDENTITY TRAP: RACE AND CLASS TODAY

Diógenes Fagner de Lima¹

<https://orcid.org/0000-0002-2328-7353>

Para os antirracistas brasileiros de hoje, marcados pelas transformações políticas da última década e, atualmente, sob a dura realidade de um governo de extrema direita, a recente obra do historiador paquistanês/estadunidense Asad Haider bem que poderia portar a seguinte dedicatória comum: “Calma, companheiros, conosco também foi assim!”, tamanhas as similaridades dos problemas vivenciados pelo antirracismo nos Estados Unidos da América (EUA) e no Brasil. Ao tratar da política identitária nos EUA, o livro ora resenhado nos fornece pistas teóricas importantes sobre os dilemas da luta contra o racismo em nosso país.

Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje (2019) trata da gênese, da especificidade, da função e da necessidade de superação de uma corrente política, a política identitária, na história recente dos EUA. Ao longo de seis capítulos, o autor conjuga relato pessoal, debate histórico, teórico e político com grande competência. Nesse percurso, Haider parte da sua individualidade para, ao final, entregar um construto teórico da totalidade das relações sociais que

compuseram o fenômeno da política identitária nos EUA nas últimas décadas.

Dividido entre os EUA e o Paquistão, Haider nos conta da dificuldade de determinar com firmeza a sua identidade. Para ele, a identidade desde cedo se apresentou com um caráter evanescente até que, subitamente, essa fluidez foi cristalizada quando do ataque às Torres Gêmeas em 2001. Nas suas palavras: “minha identidade se tornou uma questão de segurança nacional” (HAIDER, 2019, p. 18).

Ainda na escola, teve acesso à autobiografia de Huey P. Newton (1942-1989), membro do Partido dos Panteras Negras. Admirava o fato de Newton ter se lançado para além de sua identidade em busca de solidariedade com países como Cuba, China, Palestina e Vietnã.

Seja em Newton ou Malcolm X (1925-1965), Haider encontrou exemplos reais da máxima comunista “trabalhadores do mundo, uni-vos”. Diante do sofrimento do mundo, muitos se apegaram ao consolo do nacionalismo reacionário e outros se apegaram ao consolo da identidade. Asad Haider, contra a corrente, aderiu à possibilidade de uma solidariedade revolucionária global.

¹ Professor de Sociologia da rede estadual de ensino da Paraíba, mestre em Ciências Sociais (UFRN) e graduado em Ciências Sociais (UFRN).

Acerca do problema da identidade, lemos:

Identidade é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos e ao modo que formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração. Uma abstração que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a constituíram (HAIDER, 2019, p. 35).

Compreende-se, assim, que identidade não é o mesmo que política identitária. Dito isso, em sendo a identidade algo constante na sociabilidade humana, qual seria a particularidade da política identitária?

No transcurso do livro, como já assinalado, Haider salta do relato autobiográfico para a história objetiva da tendência política que ele se propõe a elucidar. Assim, lemos que a expressão “política identitária”, quando cunhada pelo *Coletivo Combahee River*², em 1977, tinha o objetivo de enriquecer a luta de classes, o que, posteriormente, não se objetivou.

A política identitária, na realidade social objetiva, colocou-se contra a luta de classes. Por exemplo, os seus postulados foram utilizados pela candidata democrata Hillary Clinton, nas eleições de 2016, para minar a candidatura do socialista

democrático Bernie Sanders. O objetivo das ativistas do coletivo revolucionário não teve força para se impor sobre as determinações daquele momento histórico que, hoje, sabemos tratar-se de um momento de reestruturação do capitalismo, ascensão do neoliberalismo e nascimento da teoria social pós-moderna (EVANGELISTA, 2007).

Em termos lógicos, política identitária pode ser definida como a neutralização de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar o legado emancipatório dessa luta e colocar a das classes dominantes – Movimento pelos Direitos Civis³ e Partido dos Panteras Negras⁴.

O Partido dos Panteras Negras, referência basilar do autor, reconhecia a especificidade da opressão racial, mas entendia que a luta contra o racismo teria de caminhar ao lado da luta contra o capitalismo. Do contrário, corria-se o risco de se efetivar no contexto da segurança pública estadunidense a violência de policiais brancos e negros, e, num nível mais profundo, a dominação de uma burguesia branca e negra.

Na história dessa corrente política nos EUA, aos poucos, o legado dos movimentos de massa foi sendo esvaziado por uma elite multicultural e, conseqüentemente, a luta antirracista foi se restringindo a uma espécie de policiamento da linguagem e da

² O *Coletivo Combahee River* foi um coletivo de feministas negras que atuou em Boston entre as décadas de 1970 e 1980. Ver a tradução do Manifesto do Coletivo Combahee River em <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/159864>.

³ O Movimento pelos Direitos Civis consistia em diversos embates protagonizados pela população negra, principalmente nos Estados Unidos, entre as décadas de 1950 e 1980. Esses embates buscavam leis iguais para todas as camadas da população, independentemente de sua cor e de sua classe social.

⁴ O Partido Panteras Negras buscava a eliminação da violência exacerbada cometida contra a população negra norte-americana na década de 1960. Ver mais em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/os-panteras-negras-e-o-movimento-racial-nos-eua.htm>.

culpabilização dos brancos, enquanto as desigualdades abissais continuaram intactas.

Ao percorrer os capítulos 2 – Contradição entre as pessoas – e 4 – Passing –, nós nos deparamos com os desdobramentos práticos da política identitária no interior do contexto geral de reestruturação do capitalismo contemporâneo. Contraditoriamente, na época do *Combahee River*, em 1977, a experiência dos humanos se tornou radicalmente genérica com a globalização e isso não resultou em mais prosperidade e felicidade, mas num aprofundamento do individualismo, o que foi posto como base objetiva para distorções como a identidade fixa da política identitária (LESSA, 2004).

Nessa linha, poderíamos afirmar, que a obra resenhada nos apresenta elementos para um fenômeno que, quase que em paralelo, realizou-se plenamente na realidade política do Brasil, de forma acelerada, sobretudo a partir da politização das jornadas de junho de 2013. Quantos de nós, na luta antirracista dos últimos anos no Brasil, não nos deparamos com disputas, fragmentações, desentendimentos e fracassos em experiências semelhantes às relatadas por Haider em sua estadia na Universidade da Califórnia de Santa Cruz (EUA)? No exemplo referido, a partir de desdobramentos do movimento *Black Lives Matter*⁵ (BLM), a aliança entre estudantes e trabalhadores contra privatizações terminou em silenciamento, em fragmentação e em disputas destrutivas por protagonismo.

Inspirados em Haider, poderíamos nos perguntar sobre os resultados objetivos do antirracismo brasileiro de 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), depois com a Marcha de Zumbi em 1995, com a Conferência de Durban em 2001, e com as políticas de igualdade racial nos governos petistas (2003-2016). Como poderíamos pensar a elevação da ação afirmativa como horizonte máximo de reivindicação do antirracismo no Brasil quando hoje, mantida essa política, as Universidades Públicas brasileiras padecem de um amplo desmonte?

Enfim, *Armadilha da Identidade* é, ao mesmo tempo, uma obra de crítica e de expressão de autocrítica, retrato dos erros do antirracismo nos EUA, contribuição intelectual que, além do objeto que elucida, apresenta para nós, leitores brasileiros, elementos pertinentes de comparação como o que se deu com o antirracismo em nosso país. Por último, façamos como afirma em prefácio o professor Silvio Almeida que, em meio à escrita do seu *Racismo Estrutural* (2019), parou para conhecer essa obra e admirar o seu destemor na crítica de uma corrente política hegemônica e na defesa da radical historicidade das relações humanas.

⁵ O Movimento *Black Lives Matter* (Vidas Negras Importam) consiste em embates originados por pessoas negras em busca de segurança. O movimento tomou força no ano de 2021, após o assassinato de um homem negro (George Floyd) pela polícia civil estadunidense. Ver mais em: <https://www.ufes.br/conteudo/estudo-aponta-black-lives-matter-internacionalizou-debate-da-violencia-contr-negros>.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; 2019.

EVANGELISTA, J. E. **Teoria Social Pós-Moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. 197 p.

HAIDER, A. **Armadilha da identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Editora Veneta, 2019.

LESSA, S. **Identidade e Individuação**. Katálysis, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 147-157, 2 jul. 2004. Mensal.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo
Vice-reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues
Vice-diretor: Prof. Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Prof. Orivaldo Pimentel Lopes Júnior
Vice-coordenador da Pós-Graduação: Prof. José Antonio Spinelli

CRONOS – REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Editor-gerente: Prof. José Antonio Spinelli
Coeditora: Profa. Lore Fortes
Assistente Editorial: Letícia França
Auxiliares de Editoria: Luana Araújo, Tiago Souto Bezerra,
Geovane de Souza Almeida e Marcelha Pereira da Silva.

ORGANIZAÇÃO DO DOSSIÊ “GÊNERO E SEXUALIDADE I: CORPOS, POLÍTICAS E ESTÉTICAS”

Profa. Lore Fortes (UFRN)
Profa. Anna Christina Freire Barbosa (UNEB)

COMISSÃO EDITORIAL

Alexsandro Galeno Dantas, UFRN, Brasil
Gabriel Eduardo Vitullo, UFRN, Brasil
Gilmar Santana, UFRN, Brasil
José Antonio Spinelli, UFRN, Brasil
Karlla de Araújo Souza, UERN, Brasil
Lore Fortes, UFRN, Brasil
Orivaldo Pimentel Lopes Júnior, UFRN, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Amaury Cesar Moraes – USP
Boaventura de Sousa Santos – Universidade Coimbra
Denise Machado Cardoso – UFPA
Edgar de Assis Carvalho – PUC-SP
Evaldo Vieira – USP
Jessé Souza – UFABC
João Emmanuel Evangelista – UFRN
John D. Lemons – New England University – USA
José Manuel Pureza – Universidade de Coimbra
Maria da Conceição Almeida – UFRN
Mauro Koury – UFPB
Michel Zaidan Filho – UFPE
Teresa Sales – UNICAMP
Vincent de Gaujelac – Université Paris 7 (FRANÇA)

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues
Diagramador: Victor Hugo Rocha Silva
Revisora: Karla Geane de Oliveira
Bolsista de Revisão: Janaína Moreno Matias

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA UFRN

Secretária: Maria Carmem Freire Diógenes Rêgo
Revisora de Língua Portuguesa: Fabíola Barreto
Revisora de ABNT: Edineide Marques
Diagramador: Ian Medeiros

IMAGEM DE CAPA: Geovane de Souza Almeida

A Revista *CRONOS*, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFRN, é publicada em Natal – Rio Grande do Norte, com periodicidade semestral. O propósito da *CRONOS* é que, ao contribuir com a produção e difusão de material altamente qualificado, seja uma referência entre as Ciências Sociais brasileiras, e com forte entrada na América Latina e em outros países. A cada número da revista, um dossiê temático anunciará a problemática em discussão, seguido de seções de artigos inéditos de autores inscritos num movimento transdisciplinar, e contará normalmente com uma entrevista realizada com um pensador da atualidade, uma sessão artístico-poética, e resenhas.

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Cronos: Revista do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais da UFRN,
v.1, n. 1 (jan./jun. 2000) – Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2000-.

Trimestral

Descrição baseada em: vol. 19, n. 1 (jan./abr., 2018)

ISSN Versão Impressa: 1518-0689 (até o volume 10: 2009)

ISSN Versão Eletrônica: 1982-5560 (a partir do volume 4: 2003)

1. Ciências Sociais – Periódico. 2. Epistemologia – Periódico. 3. Ensino – Periódico. 4. América Latina – Periódicos. 5. Educação – Periódicos. 6. Antropologia – Periódicos.

CDU 301 (05)

CDD 300.05

CRONOS – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA
Av. Senador Salgado Filho, 3000 – Lagoa Nova – CEP 59078-970
<http://periodicos.ufrn.br/index.php/cronos/login>
E-mail: cronospoggcs@gmail.com
NATAL, RN – BRASIL

NORMAS PARA SUBMETER ARTIGOS

<https://periodicos.ufrn.br/cronos/about/submissions#authorGuidelines>

REVISÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Educação a Distância da

UFRN – SEDIS

Março de 2022
